

As funções do item *até*:
um estudo sintático-argumentativo

Por

CHRISTIANA LOURENÇO LEAL

Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Orientadora: Professora Doutora Violeta Virginia Rodrigues.

Rio de Janeiro, 2º. semestre de 2007

BANCA

Defesa de dissertação

LEAL, Christiana Lourenço. As funções do item até: um estudo sintático-argumentativo. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras / UFRJ, 2007. 153 p., *mimeo*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

Banca Examinadora

Professora Doutora Violeta Virginia Rodrigues (Letras Vernáculas – UFRJ)
(Orientadora)

Professor Doutor José Carlos de Azeredo (UERJ)

Professora Doutora Célia Regina dos Santos Lopes (Letras Vernáculas – UFRJ)

Professor Doutor Mário Eduardo Toscano Martelotta (Linguística – UFRJ)
(Suplente)

Professora Doutora Leonor Werneck dos Santos (Letras Vernáculas – UFRJ)
(Suplente)

Defendida a dissertação

Em ____/____/2007.

À minha mãe,
minha referência.

*“A palavra liga os olhos
Liga o aceno, liga o adeus
A palavra só não liga dois querer
Que são os meus”
(Fagner, Dois Querer)*

AGRADEÇO,

Acima de tudo, a Deus, a fortaleza sem a qual, tenho certeza, não teria conseguido tantas vitórias das quais me orgulho.

À professora Doutora Violeta Virginia Rodrigues, pela amizade e a orientação sempre atenta. Também pelas palavras adequadas nos momentos vários em que eu me enchia de indecisões.

Ao professor Doutor José Carlos de Azeredo, mestre, inspiração e profunda admiração.

À professora Doutora Célia Regina dos Santos Lopes, pelas orientações muito valiosas, quando esta dissertação ainda era um pequeno projeto.

Ao professor Doutor Mario Eduardo Martelotta, pelas orientações sempre bem-vindas.

Às queridas professoras Doutoras Leonor Werneck dos Santos e Maria Eugênia Lamoglia Duarte, minhas professoras durante o Mestrado e orientadoras de parte do processo.

Ao professor Mestre Manoel Pinto Ribeiro, meu primeiro orientador, dos tempos de monitoria na UERJ.

A todo o corpo docente de Língua Portuguesa do Colégio de Aplicação da UERJ, minha fonte de inspiração para o que eu desejo ser como profissional.

A todos os meus alunos do Colégio de Aplicação da UERJ por constituírem parte ativa de um lindo processo, em especial a Bernardo Peregrino, Eduardo Landim, Marília Alves, Matheus Cordeiro, Matheus Rodrigues, Tatiana Dornellas e Thiago Gallego (pequenos grandes amigos).

Aos meus queridos alunos do Instituto Nacional de Educação de Surdos que me dizem tanto sem, contudo, falar uma única palavra.

À direção do Colégio Veríssimo, pela compreensão diante de minhas limitações por conta da enorme carga de estudo, em especial ao professor Gilberto Cardozo da Costa.

AGRADEÇO AINDA,

À minha mãe pelo exemplo de perseverança e humildade.

Ao meu irmão, tão amado.

À minha avó pelo orgulho, pela constante torcida e pelas tantas velas acendidas.

Ao meu avô, companheiro incansável a quem eu devo muitas vitórias.

A Raphael Trindade pelo amor, pela paciência, pelas inúmeras sugestões e pela ajuda com a versão em inglês do resumo. Um verdadeiro parceiro.

A Eduardo, Sandra e Ana Carolina, por todo o carinho.

À Fernanda Freitas por me ensinar a poesia da docência.

À Larissa Cordeiro pelo entendimento através do olhar.

SINOPSE

Análise e descrição dos usos do item *até* no Português falado atual, segundo o modelo Funcionalista. Estudo sincrônico do processo de gramaticalização do item. Proposta de subdivisão do item *até* por meio de propriedades sintático-argumentativas intimamente relacionadas ao uso.

LEAL, Christiana Lourenço. As funções do item *até*: um estudo sintático-argumentativo. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras / UFRJ, 2007. 153 p., *mimeo*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA	15
1.1 O objeto de pesquisa	15
1.2 Pressupostos teóricos	16
1.3 Justificativa e metodologia	17
1.4 Os <i>corpora</i>	19
2 PONTOS DE PARTIDA	22
2.1 O processo de subordinação	22
2.2 Elementos conectores	30
2.2.1 A conjunção	33
2.2.2 A preposição	36
2.2.3 O grupo “preposição + <i>que</i> ”	44
2.3. As palavras denotativas	46
3 O MECANISMO DA TRANSPOSIÇÃO	53
3.1 A conexão como instrumento de organização da frase	57
3.1.1 A preposição como instrumento de transposição	58
3.1.2 A conjunção como instrumento de transposição	61
3.1.3 O pronome relativo como instrumento de transposição	62
3.2 Os verbos transpositores	64
3.2.1 A transposição exercida pelo verbo SER	64
3.2.2 A transposição exercida pelos verbos auxiliares	66
3.3 A transposição redundante	67
3.4 As desinências de infinitivo, gerúndio e particípio como transpositores	68

4 A GRAMATICALIZAÇÃO	69
4.1 Formalismo <i>versus</i> Funcionalismo, em poucas palavras	69
4.2 Principais teorias em gramaticalização	72
4.3 Princípios de gramaticalização	77
4.4 A gramaticalização do item <i>até</i>	80
4.4.1 O item <i>até</i> em uma escala de abstratização	82
4.4.2 A gramaticalização do item <i>até</i> pelos princípios de Hopper (1991)	96
4.4.3 O caso de <i>até que</i>	100
5 ANÁLISE DOS DADOS DOS <i>CORPORA</i>	105
5.1 Quantificando dados e definindo padrões	105
5.2 Análise de exemplos	113
CONCLUSÃO	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144
BIBLIOGRAFIA	149

Lista de tabelas e gráficos

Tabela 1 - Ocorrências do item <i>até</i> nos <i>corpora</i> analisados	106
Tabela 2 - Usos de “ <i>até</i> - operador argumentativo”	110
Gráfico 1 - Ocorrências de <i>até</i>	106
Gráfico 2 - Diferentes usos de “ <i>até</i> operador argumentativo”	111

INTRODUÇÃO

Os estudos lingüísticos mais recentes passaram a ser feitos a partir de uma abordagem que se baseia na língua em uso, ou seja, que estuda a língua como um processo e não como um conjunto de nomenclaturas e funções estanques. Assim, o estudo do discurso, como produto coletivo, tem ganhado cada vez mais espaço na análise lingüística.

Essa nova postura caracteriza, principalmente, o pensamento Funcionalista, segundo o qual os estudos lingüísticos devem ser baseados no uso, analisando-se, assim, não só as pressões do contexto de uso, mas também fatores sociais e interpessoais. Isso tudo se opõe diretamente à corrente Formalista de análise da língua, que privilegia o estudo da forma em detrimento do estudo da função. Dessa maneira, a partir das últimas décadas do século XX, autores como Heine (1991; 2003), Hopper (1991) e Givón (1971 — *apud* Neves, 2004 —; 1995) pretenderam mostrar que também há regularidade no uso.

Seguindo os pressupostos do Funcionalismo, surgem teorias sobre a evolução de itens lingüísticos através do tempo e em decorrência do uso. Um dos principais estudos no sentido do enriquecimento gramatical é a gramaticalização: *“investigação dos processos através dos quais um item lexical se transforma em um item gramatical ou, então, como um item gramatical se torna ainda mais gramatical”* (cf. Naro & Braga, 2000).

A gramaticalização é a principal base teórica que sustenta o estudo feito nesta dissertação, uma vez que a presente pesquisa nasceu da necessidade iminente de descrição de um item lingüístico a partir de seu uso. Então, tomando como base as principais teorias sobre gramaticalização, seus princípios e funções na língua, faz-se, neste estudo, uma

análise do item¹ *até* em seus diferentes usos e funções, de modo a comprovar que o item passa por uma escala de abstratização que caminha em direção ao discurso e à argumentatividade.

Há, na Língua Portuguesa, pelo menos três diferentes usos para o item *até*: 1º.) o uso espacial, 2º.) o uso temporal e 3º.) o uso textual. Com base nestes usos, pretende-se comprovar a hipótese de que o item *até* vem sofrendo um processo de gramaticalização, sobretudo no que se refere aos princípios de Hopper (1991) e à teoria localista de Heine *et alii* (1991).

A proposta de análise desenvolvida baseia-se no estudo das diferentes etapas do *continuum* de gramaticalização (ESPAÇO > TEMPO > TEXTO) pelo qual o item passa, desde ocorrências mais concretas até as mais abstratas. Construiu-se, então, uma escala de abstratização pela qual passa o item *até*, objeto de estudo deste trabalho, observando uma aproximação cada vez maior da gramática com o discurso.

Além disso, para um melhor entendimento de algumas das funções do item *até*, dedicou-se uma parte do estudo à descrição do processo de transposição. Com base em Azeredo (1993; 2004) e Carone (1986), pretendeu-se mostrar que, quando, pela gramática tradicional (GT), o item *até* é classificado como uma preposição, sua principal função é a de transpor um sintagma a uma função que não lhe seria própria. É o que acontece quando sintagmas nominais, uma vez precedidos de preposição, passam a funcionar com funções adverbiais, por exemplo. Dessa forma, o item *até* pode, também, ser considerado um elemento transpositor.

¹ Optou-se por chamar o vocábulo *até*, objeto de estudo desta pesquisa, de item. Dessa forma, sempre que se referir a ele, fala-se em “item *até*”. O principal motivo dessa nomenclatura são as várias funções que o *até* pode assumir em diferentes contextos. Assim, ao se chamar o vocábulo *até* de “item” assume-se uma posição mais neutra quanto as diferentes classificações que este vocábulo possa vir a ter em variados usos (preposição, advérbio, palavra denotativa, partícula expletiva, operador argumentativo, marcador discursivo).

Acredita-se que estudos mais detalhados sobre o mecanismo da transposição e o processo de gramaticalização podem formar bases sólidas para uma posterior descrição dos usos de *até*, o que justificou a conjugação dos dois mecanismos neste trabalho.

Inicialmente, no primeiro capítulo, faz-se uma breve exposição dos objetivos da pesquisa, bem como a definição dos pressupostos teóricos que serviram como base para o estudo. Neste capítulo, definiram-se, também, o objeto de trabalho e a metodologia que foi adotada ao longo da dissertação, bem como os *corpora* analisados.

No capítulo posterior, intitulado “Pontos de Partida”, faz-se uma revisão bibliográfica sobre todas as classes e funções descritas pela gramática tradicional e cujos conceitos são utilizados ao longo da dissertação. Dessa forma, são detalhadamente examinados os conceitos de subordinação, conectores (preposições e conjunções) e palavras denotativas. Neste ponto, opta-se por utilizar as nomenclaturas tradicionais, atentando apenas para o fato de se chamarem sempre de conectores (em vez de conjunções) os elementos responsáveis pela “ligação” de palavras, sintagmas ou orações, sobretudo de orações subordinadas adverbiais. No que se refere às preposições, discutem-se, ainda, questões acerca de seu conteúdo semântico.

O terceiro capítulo expõe as principais teorias sobre o mecanismo da transposição, utilizando como exemplo o item *até*, já em uma tentativa de explicar algumas de suas funções à luz das teorias sobre a transposição. Este capítulo desenvolve-se da seguinte forma: primeiramente faz-se uma descrição do mecanismo, seguida da exposição dos principais itens lingüísticos capazes de figurarem como elementos transpositores e em que contextos isso pode ocorrer.

O quarto capítulo é dedicado às principais teorias sobre gramaticalização. Inicialmente, faz-se uma breve explanação acerca dos pressupostos Funcionalistas e da

diferença entre estudos Funcionalistas e Formalistas. Em um segundo momento, trata-se efetivamente dos estudos sobre gramaticalização através do tempo e dos principais princípios que designam as características do processo de gramaticalização. Finalmente, então, faz-se uma pequena análise de alguns exemplos dos *corpora*, de modo a ilustrar a escala de abstratização que se está propondo para o item *até*. Dividem-se estes usos em quatro grupos: 1º.) “*até* – espacial”, 2º.) “*até* – temporal”, 3º.) “*até* - operador argumentativo” e 4º.) “*até* - marcador discursivo”, sendo esta divisão feita a partir da menor ou maior abstratização do item.

Por último, ainda que alguns exemplos dos *corpora* sejam analisados ao longo do trabalho, dedica-se um capítulo à análise dos dados. Neste capítulo, define-se uma escala de abstratização mais específica, visto que o que se chama de “*até* - operador argumentativo” ainda pode ser subdividido em três diferentes usos (sempre seguindo a escala de abstratização). Neste momento, além da análise qualitativa dos dados, faz-se uma breve análise quantitativa dos 467 exemplos recolhidos de três diferentes *corpora* usados na pesquisa, todos de língua oral: D&G-RJ, NURC-RJ e VARPORT. Estes *corpora* são descritos tanto nesse capítulo quanto no capítulo 1.

Por fim, chega-se às considerações finais e às referências bibliográficas, momento no qual se objetiva deixar claro que não se pretendeu esgotar o estudo sobre o item em questão. Portanto, a descrição feita na presente dissertação é apenas uma possibilidade de interpretação do item, uma vez que há questões extremamente subjetivas e que interferem na análise de alguns dos exemplos recolhidos. Assim, a intuição como falante nativo da língua, muitas vezes, influenciou no estabelecimento das hipóteses e nas análises feitas ao longo da pesquisa. De toda forma, ao final do processo, deseja-se contribuir, com este estudo, para a descrição lingüística do item *até* em função de seus usos.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA

Neste capítulo, inicialmente, pretende-se explicitar não só os pressupostos teóricos que serão utilizados bem como a metodologia que será seguida ao longo desta dissertação. Soma-se a isto, ainda, a descrição dos *corpora* utilizados na pesquisa, justificando seus usos.

1.1 O objeto de pesquisa

O item *até* aparece na Gramática Tradicional (GT) listado entre as preposições fortes (aquelas que mantêm um sentido próprio) e, menos destacadamente, nas listas de palavras denotativas (aquelas que servem mais ao discurso do que à gramática).

Ao analisar diferentes contextos em que o item em questão é usado, no português falado atualmente, nota-se que ele exerce, a depender do contexto, diferentes funções. Logo, o que se deseja com este trabalho é fazer uma cuidadosa análise de cada uma dessas funções, sejam elas lingüísticas ou discursivas.

Todo esse estudo objetiva mostrar que, independentemente da classificação morfológica tradicional que receba, fato é que o item *até* desempenha diferentes papéis na língua e que a coexistência desses papéis representa um caso de gramaticalização.

Além disso, o objeto de estudo se mostra muito produtivo ao funcionar como conector oracional. É o item *até* que, através de um processo de transposição, funciona, verdadeiramente, como elemento de conexão entre orações, além, é claro, de fornecer, ele mesmo, a significação do período.

1.2 Pressupostos teóricos

De acordo com o Funcionalismo, a língua deve ser estudada a fim de verificar “*o modo como os usuários se comunicam eficientemente*” (cf. Neves, 2004:2). Sendo assim, deve-se analisar qualquer elemento lingüístico baseando-se no seu uso. No que se refere ao item *até*, objeto de estudo deste trabalho, os estudos de base funcionalista apontam para o fenômeno da gramaticalização.

Entende-se por gramaticalização “*o processo pelo qual itens e construções lexicais passam, em determinados contextos lingüísticos, a servir a funções gramaticais*” (cf. Neves, 2004:115). Assim, o item segue um caminho unidirecional, em uma escala crescente de abstratização, de acordo com os princípios de gramaticalização propostos por Hooper (1991) e com a teoria localista, de acordo com a qual o *continuum* de gramaticalização pode seguir a direção ESPAÇO > TEMPO > TEXTO.

Adota-se, nesta pesquisa, a noção de gramaticalização sincrônica que, segundo Hopper e Traugott (1993:2), é aquela que “*estuda o fenômeno do ponto de vista de padrões fluidos de uso lingüístico*” (cf. Neves, 2004:118).

Além disso, seguem-se as teorias de Azeredo (1993; 2004) e Carone (1986) a respeito do fenômeno da transposição, de acordo com as quais um transpositor é um elemento lingüístico capaz de fazer com que uma classe comporte-se de acordo com uma função incomum à sua classe de origem. Para o estudo aqui desenvolvido, chama-se o item *até* de elemento transpositor toda vez que ele for o elemento capaz de fazer com que um sintagma nominal (oracional ou não) adquira função adverbial. Adota-se a definição de Azeredo (2004:211) que chama de transposição o “*processo pelo qual se formam*

sintagmas derivados de unidades, as quais podem ser sintagmas básicos ou oracionais. Os instrumentos de transposição (...) chamam-se transpositores”.

A partir desses pressupostos, os objetivos a serem alcançados são:

- Pesquisar, em *corpora* de língua falada, diferentes ocorrências do item *até* e analisá-las sob a perspectiva funcionalista.
- Observar o uso do item em questão, apoiando-nos nas teorias sobre a transposição (cf. Azeredo, 1993; 2004 e Carone, 1986) e a gramaticalização (cf. Heine, 1991; 2003 e Hopper, 1991).
- Mostrar que a palavra *até* vem passando por uma escala crescente de abstratização ESPAÇO > TEMPO > TEXTO, mudando sua classe e, conseqüentemente, sua função. Agrupar as ocorrências de *até* levando em consideração seu comportamento no contexto.
- Propor, a partir desses conceitos que o item *até* tem seu uso determinado ora por necessidades lingüísticas, ora por estratégias discursivas.
- Comprovar que, no que se refere ao comportamento de conector, o item *até* exerce a verdadeira função de conector oracional na medida em que fornece a significação do período, bem como desempenha função de transpositor oracional.
- Descrever as possíveis funções desempenhadas pelo item *até* no Português atual falado.

1.3 Justificativa e metodologia

Para desenvolver a pesquisa aqui proposta, parte-se do pressuposto de que o processo de gramaticalização é unidirecional e pode representar uma mudança metafórica

que segue a linha ESPAÇO > TEMPO > TEXTO. O comportamento do item *até* será analisado através de uma passagem pelos três diferentes estágios ora definidos.

Como hipóteses, defende-se que:

- As diferentes ocorrências de *até* variam na direção ESPAÇO > TEMPO > TEXTO, caracterizando, portanto, um caso de gramaticalização.
- Há, entre os diferentes papéis desempenhados pelo item *até*, semelhanças e diferenças.
- O que faz com que o *até* se comporte de maneiras distintas na língua atual é o contexto de uso e o que influencia tal comportamento é um processo de gramaticalização que contribui para a multiplicação de possibilidades da língua.
- Na função de conector oracional, é o item *até* que se comporta como conectivo, uma vez que fornece significação e transforma orações substantivas em adverbiais.
- A função de transpositor é, também, própria do item em questão, sobretudo, ao funcionar como conector oracional, nos casos em que inicia uma oração adverbial temporal.

Para tal, como metodologia de trabalho, será adotada a estratégia de ilustrar a teoria com exemplos dos *corpora*, na medida em que ela for desenvolvida. Ao final da exposição teórica, um capítulo será dedicado ao estudo dos *corpora* no que se refere a aspectos quantitativos e qualitativos.

Tantas são as pesquisas em gramaticalização que aproximam conectores de diversos aspectos a marcadores discursivos, que esse trabalho acaba tendo muito a acrescentar em relação a uma análise morfossintática do item em questão. Logo, diferentemente de rotular o item como preposição ou qualquer outra classe gramatical, pretende-se observar o papel

que ele pode exercer em variados contextos, aplicando os princípios que regem o processo de gramaticalização e a teoria localista.

Além disso, pretende-se estudar como o item *até* se comporta ao funcionar como conector oracional, quais são os contextos em que isso pode ocorrer e em que medida tal ocorrência vem ligada a processos argumentativos.

Acredita-se, portanto, que um estudo como esse, que se solidifica em bases Funcionalistas e que promove uma abordagem mais clara no que diz respeito ao estudo da função com base no uso, serve a novos estudos gramaticais no que diz respeito, inclusive, ao ensino da língua.

1.4 Os *corpora*

A análise dos *corpora* será feita ao longo do trabalho de modo a comprovar a inserção do item *até* em cada uma das teorias propostas. Além disso, será dedicado um capítulo final apenas à análise de dados, no qual se objetiva comprovar que o item *até* deve ser analisado, sincronicamente, à luz das teorias apresentadas ao longo da pesquisa.

Em relação aos *corpora* utilizados, preferiu-se trabalhar apenas com dados de língua falada, tendo em vista que é em um contexto espontâneo que se pode sistematizar um item gramatical que está sendo classificado de acordo com uma opção do falante, inclusive porque é esta opção que determinará a classificação, sobretudo no que diz respeito ao papel argumentativo do item estudado.

Recolheram-se exemplos de três fontes:

- D&G-RJ (projeto Discurso e Gramática), que é um *corpus* em que foram entrevistadas pessoas, do Rio de Janeiro, divididas por meio de seus diferentes níveis de escolaridade (CA supletivo, segundo e terceiro graus).
- VARPORT (Análise Contrastiva de Variedades do Português), que é um projeto de pesquisa que tem como principal objetivo confrontar a Língua Portuguesa de Portugal e do Brasil, de modo a descobrir se há, efetivamente, duas gramáticas que regem as diferentes variedades do Português. Para tal, o projeto trabalha com um *corpus* dividido em Português do Brasil (PB) e Português Europeu (PE) - escrito e falado. Neste trabalho, foi utilizado o *corpus* do Português falado, que contém inquéritos feitos nas décadas de 70 e 90 (do século XX) e, posteriormente, em um recontato, divididos em culto e popular, e separado por faixas etárias.
- NURC-RJ (Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro), que se compõe de entrevistas gravadas nas décadas de 70 e 90 (do século XX) com informantes de nível superior completo, nascidos no Rio de Janeiro e filhos de pais cariocas. O material publicado é dividido de acordo com o tipo de texto: Elocuções Formais (EF) — aulas, conferências, palestras etc; Diálogos entre informante e Documentador (DID) — entrevistas sobre diferentes temas feitas diretamente entre entrevistador/entrevistado; Diálogos entre dois informantes (D2) — gravação de um diálogo – conversa - entre dois entrevistados com a presença de um documentador. O material também é dividido por faixa etária e gênero.

A proposta de trabalho que se adota não é *variacionista* e, portanto, embora haja contagem dos dados, esta não tem por finalidade fazer uma análise comparativa por escolaridade, faixa etária — variantes sociais —, e nem mesmo entre o PB e o PE.

Interessa, na recolha dos dados, a linguagem mais informal que um *corpus* oral pode fornecer. Busca-se, assim, nestes *corpora*, analisar textos do português brasileiro falado, do século XX, masculino e feminino, culto e popular. A seleção de exemplos distribuídos dessa forma e apenas de linguagem oral deve-se ao fato de que se busca uma maior espontaneidade no discurso, bem como uma linguagem menos compromissada e mais cotidiana.

2 PONTOS DE PARTIDA

Neste capítulo, objetiva-se fazer uma análise das principais teorias tradicionais e contemporâneas a respeito da função e da significação dos chamados conectores. Portanto, o capítulo serve de ponto de partida para a dissertação que será aqui desenvolvida a respeito do comportamento do item *até* quando este funciona como conector oracional e de seu comportamento argumentativo no discurso, derivado de um processo de gramaticalização.

Esta revisão bibliográfica inicial pretende delimitar as possíveis funções exercidas pelo que a GT chama de conjunção e de preposição. Justamente por se tratar de uma função de “ligação” entre termos, é necessário também que se estabeleça, aqui, como se dá o processo de subordinação. Também será estudado o conceito de palavras denotativas, aquelas que a gramática analisa à parte por sua função muito mais discursiva do que sintática.

Sendo assim, a intenção desse capítulo é a de fixar padrões para o que se vai conceituar ao longo da pesquisa. Como esta conceituação nas gramáticas é divergente, deseja-se, ao menos para facilitar o entendimento geral, determinar as nomenclaturas que serão utilizadas.

2.1 O processo de subordinação

Em seu *Dicionário de lingüística e gramática*, Câmara Jr. (2004:226) assim define subordinação:

Processo lingüístico que cria o sintagma, estabelecendo entre os constituintes uma relação de determinado a determinante; portanto se opõe à coordenação em que os termos estão em sequência. (...)

Na estrutura da frase, entende-se por subordinação ou hipotaxe, a construção sintática, em que uma oração, determinante, e, pois, subordinada, se articula com outra, determinada por ela.

A partir desse conceito, pode-se notar que a primeira função da subordinação, sobretudo no que se refere às orações, é a criação de um período que contenha um determinante (oração subordinada) e um determinado (oração principal). Aqui, chamar-se-á período ao que, de acordo com Cunha & Cintra (2000: 118), representar uma “*frase organizada em oração ou orações*”.

De acordo com a GT, uma oração subordinada é a que exerce, dentro de um período composto, uma função sintática em relação à chamada oração principal, funcionando aquela como termo desta. Assim, qualquer função sintática pode ser exercida por um sintagma oracional, desde que este sintagma esteja devidamente adequado tanto semântica quanto sintaticamente às necessidades do termo determinado (oração principal).

Nem toda oração é termo subordinado de outra e nem sempre a mesma oração será subordinada a qualquer principal sem restrições. A língua dispõe de diversos mecanismos de conexão entre orações para que uma oração possa determinar outra e são esses mecanismos de conexão que fornecem ao termo subordinado o *status* de função sintática.

A dissertação que ora se desenvolve trabalha com os conceitos de conexão entre orações para demonstrar que, em determinados casos, é a preposição que funciona como elemento conector. Para tal, é necessário que se faça uma breve revisão do que os principais estudiosos em gramática consideram *subordinação*.

Rocha Lima (2002: 232) caracteriza o termo *frase* como sendo uma “*unidade verbal com sentido completo e caracterizada por entonação típica*”. Sendo assim, a frase é

a representação do pensamento humano seja ele qual for. Em geral, as gramáticas dividem as frases de acordo com as idéias que elas transmitem. Assim, há frases declarativas, interrogativas, imperativas, exclamativas, indicativas, entre outras.

O conceito de oração, ainda de acordo com Rocha Lima (2002: 234), perpassa o conceito de frase, na medida em que *“a oração é a frase – ou membro de frase - que se biparte normalmente em sujeito e predicado”*. Quando diz que a oração pode ser o membro de uma frase, Rocha Lima (2002:259) acaba abordando o conceito de período: *“frase formada de duas ou mais orações”*.

O período é classificado como simples ou composto conforme tenha uma ou mais orações, respectivamente. É o estudo do período composto que interessa neste capítulo, visto que é a relação entre orações que pode ser classificada como um processo de subordinação capaz de fazer com que uma oração possa funcionar sintaticamente como membro de outra.

A conexão das orações dentro de um período pode ser feita de duas formas: a coordenação e a subordinação. A coordenação é *“um processo de ligação entre unidades da mesma classe ou da mesma função”* (cf. Azeredo, 2004: 244). Já a subordinação é um processo de dependência sintática entre termos.²

No período composto por subordinação, há uma oração principal (termo subordinante) e uma oração subordinada que exerce uma função sintática (essencial, integrante ou acessória) em relação à oração principal. O conector que inicia as orações subordinadas pertence a elas, de forma que algumas, ao serem deslocadas para o início do

² Nesta pesquisa, ainda que se saiba que estudos mais recentes contestem algumas teorias, e que existam, ainda, outros conceitos (como, por exemplo, a justaposição – união de orações sem o auxílio de uma palavra gramatical, ou seja, sem o uso de conectores) adotaram-se os conceitos tradicionais de coordenação e subordinação ao se tratar dos mecanismos sintáticos de conexão oracional.

período (quando esta é uma possibilidade viável) carregam consigo o elemento conector, seja ele uma conjunção, uma preposição ou um pronome relativo.

Os conectores oracionais serão abordados nas próximas seções, mas cabem, aqui, alguns comentários. Chamam-se conectores àqueles elementos responsáveis pela “ligação” entre termos. No entanto, no processo de subordinação, o conector exerce uma função muito mais complexa do que apenas a de “ligação”: ele é o responsável pela transformação do sintagma em oração subordinada capaz de desempenhar uma função sintática, como um sujeito, um objeto direto, um adjunto adnominal ou um adjunto adverbial, por exemplo. Essa propriedade é denominada transposição e será melhor desenvolvida no capítulo 3.

As orações subordinadas são divididas em substantivas, adjetivas e adverbiais, conforme desempenhem as funções próprias de substantivos, adjetivos e advérbios, respectivamente. Para a presente pesquisa, interessa uma análise mais detalhada das orações subordinadas adverbiais³, aquelas que desempenham a função sintática de adjunto adverbial em relação à oração principal.

Ao tratar de adjuntos adverbiais, cabe ressaltar a diferença entre termos *argumentais* e *não-argumentais* proposta por Bechara (1999: 412). Para ele, são considerados termos *argumentais* (ou *argumentos*) aqueles que são exigidos pelo significado lexical do termo regente. São aqueles que tradicionalmente se classificam como complementos, ou termos integrantes da oração. Os termos *não-argumentais*, tradicionalmente classificados como acessórios, além da capacidade de serem retirados da oração sem maiores prejuízos sintáticos, possuem, também, maior liberdade de posicionamento.

³ As orações subordinadas substantivas também serão bastante citadas, sobretudo no que se refere ao conector *que*, classificado, tradicionalmente, como conjunção integrante.

O adjunto adverbial é, portanto, um termo *não-argumental*, pois, segundo as palavras do autor, possui “*coesão fraca e independência sintático-semântica em relação ao predicado*”, além de gozar de “*maior liberdade de colocação na oração*” (cf. Bechara, 1999: 412).

Em geral, uma oração subordinada adverbial prototípica⁴ possui as características antes expostas, visto que é a representação oracional do adjunto adverbial. Ela é, portanto, um termo *não-argumental* da oração principal com a qual forma o período composto.

Ainda de acordo com Bechara (1999: 493), “*as orações subordinadas adverbiais iniciam-se pelo transpositor ‘que’, acompanhado de preposição ou advérbios ou de outras unidades adverbiais*”. Este é um ponto que merece uma atenção especial neste estudo, pois mostra que é o processo de transposição que permite que uma oração passe a subordinada de outra. Além disso, essa teoria deixa claro que, para que se formem orações subordinadas adverbiais por meio de locuções conjuntivas terminadas pela conjunção *que*, é necessário um duplo processo: a transposição através do *que* e o acréscimo de uma preposição ou de um advérbio que promovam uma nova transposição, de modo a tornar a oração subordinada, adverbial. Esse é, definitivamente, um posicionamento que merece destaque nesta pesquisa e que, portanto, terá um capítulo todo dedicado a ele — o capítulo 3, intitulado *o mecanismo de transposição*.

Segundo Mateus *et alli* (1989:310-11), os conectores temporais podem ser:

- a) conectores como quando ou enquanto;
- b) conectores de base adverbial: agora que, logo que, sempre que, etc;
- c) conectores de base prepositiva: desde que, até que;
- d) conectores implícita ou explicitamente correlativos: mal, apenas, etc;
- e) conectores de base nominal: no momento em que, na altura em que, etc.

⁴ Embora, na tradição, as orações adverbiais sejam tratadas como uniformes, uma investigação mais atual, com base, sobretudo, em estudos funcionalistas, aborda aspectos diferenciais entre elas. Preferiu-se, neste trabalho, não estender esta discussão. Por isso, trabalha-se com o conceito de advérbio prototípico.

Após análise atenta dessa teoria, deve-se ressaltar a separação das chamadas “locuções conjuntivas” em diferentes grupos, tendo como critério a base que as forma: adverbial, preposicional ou nominal. Percebe-se, com isso, a preocupação das autoras em demonstrar que o elemento temporal (seja ele de base adverbial, preposicional ou nominal) é, de fato, o que dá a significação temporal ao grupo conector. A conjunção *que*, presente na grande maioria das locuções em questão, não é a responsável pela ordenação temporal de fatores, mas sim os advérbios, as preposições ou os nomes que se juntam a ela. Dá-se destaque especial ao que as autoras chamam de conectores de base prepositiva, sobretudo ao grupo *até que*, tendo em vista que o item *até* é o objeto desta pesquisa.

No grupo *até que*, conector de base preposicional, o item *até* é o elemento responsável por dar a significação temporal ao período, particularmente, à oração subordinada adverbial que inicia. Cabe ressaltar, neste ponto, duas importantes questões: (a) sabe-se que o produtor do discurso escolhe os conectores⁵ de acordo com a mensagem que deseja passar, ainda que esta escolha seja quase automática quanto maior o domínio lingüístico que possui. No entanto, não se pode excluir a carga semântica do elemento conector por si só, uma vez que, por aparecer constantemente em contextos temporais, no caso de *até que*, o conector carrega o conceito de temporalidade em si sempre que estiver funcionando como elemento de conexão entre duas orações. Como se vê, não se deseja afirmar, aqui, que é o conector o único elemento responsável por dar a significação do período, já que esta significação se dá pela relação entre as orações que compõem o período em um determinado ato comunicativo. Todavia, não se pode negar que os elementos conectores de orações adverbiais, chamados tradicionalmente conjunções subordinativas,

⁵ Os conectores aqui tratados seriam as conjunções subordinativas da tradição. Exclui-se, desta análise, o uso da conjunção integrante *que*, evidentemente, não representa uma escolha do falante.

têm conteúdo semântico, ao contrário das conjunções integrantes que são esvaziadas desse conteúdo;

(b) há contextos em que os itens *até* e *que* aparecem juntos, mas não formam propriamente um grupo. São os casos em que *até* não é uma preposição, mas sim um elemento do discurso que será definido posteriormente neste estudo. Isso acontece nos casos em que o *que* aparece como conjunção integrante, ou seja, quando encabeça uma oração subordinada substantiva, enfatizada pela presença do elemento *até*. Exemplos que comprovam essa diferenciação virão explicitados na análise dos dados (cf. capítulo 5).

Antes de se fechar esta seção, cabe expor, ainda, a teoria de Perini (2003) a respeito da subordinação de orações. Primeiramente, o autor afirma que todo período é sempre uma oração, visto que ele considera que a soma entre a oração principal e a oração subordinada, resulta numa oração que ele chama de *complexa*. Para Perini (2003:68), “*a oração se estrutura de maneira hierárquica, isto é, contém constituintes que, por sua vez, contêm outros constituintes*”. A oração complexa é, portanto, “*a que repete duas ou quatro vezes a estrutura típica de uma oração*” (cf. Perini, 2003:125).

Perini (2003:133) defende, ainda, que o conector não faz parte da estrutura da oração subordinada, visto que esta possui uma estrutura interna (sujeito, verbo, complementos) que faz com que ela possa, inclusive, aparecer sozinha em outros contextos. Esta definição parece equivocada, pois, ainda que não se considere que a função principal do conector nas orações subordinadas seja a de “ligação”, não se pode afirmar que ele não faça parte da estrutura da oração iniciada por ele, já que, não fosse ele, essa oração não poderia ser classificada como subordinada.

Perini (2003) tem razão ao afirmar que o item *que*, por exemplo, é um mecanismo que a língua portuguesa tem para transformar uma oração num sintagma nominal, assunto

que será desenvolvido melhor no capítulo 3. Assim, procede a hipótese de que é a preposição *até*, anteposta à conjunção *que*, que faz com que uma oração subordinada possa funcionar como um sintagma adverbial (desempenhando a função de adjunto adverbial), conforme o exemplo (1), a seguir:

(1) Eu peguei o carro e fui dirigindo alucinadamente **ATÉ** que, no Rebouças, um Voyage surgiu na minha frente e eu não pude desviar. (D&G, informante de terceiro grau)

No exemplo (1), separam-se quatro orações: 1ª.) “Eu peguei o carro...”; 2ª.) “...e fui dirigindo alucinadamente...”; 3ª.) “...até que, no Rebouças, um Voyage surgiu na minha frente...”; 4ª.) “...e eu não pude desviar”. A terceira oração é a única subordinada: funciona como adjunto adverbial de tempo em relação à segunda, indicando uma idéia de tempo limite, própria da preposição *até*. As outras orações estão ligadas através do processo de coordenação.

Fica claro, portanto, que, além de servir como transpositor da oração adverbial, é o conector *até* que contém a significação temporal de que o período (ou a oração complexa) precisa. Pensamento semelhante ao de Perini (2003) também está em Bechara (1999:464). Justamente por todo esse comportamento, parece acertado considerar o conector como sendo parte da oração subordinada, até porque, logicamente, esta oração não seria subordinada não fosse a existência desse elemento.

Como a questão do elemento conector é recorrente na discussão a respeito do processo de subordinação, o próximo item será dedicado à análise dos principais conectores oracionais.

2.2 Elementos conectores

São chamadas de conectores as palavras ou grupos de palavras capazes de fazer com que um termo determine ou complemente outro termo. Esses termos podem ser oracionais ou não e os conectores podem ser coordenativos ou subordinativos. Aqui, analisam-se os conectores subordinativos, sobretudo de termos oracionais, tendo em vista a pesquisa desenvolvida acerca do funcionamento do item *até*.

A GT, quando trata de conjunções e preposições, coloca-as num grupo maior: o dos conectores. O conector seria, portanto, um elemento de ligação capaz de estabelecer relações das mais diversas entre dois termos. Esses termos podem ser subordinados ou coordenados entre si. As preposições e as conjunções, além dos pronomes relativos, seriam os elementos capazes de subordinar. Já a coordenação, seria um processo desempenhado exclusivamente pelas conjunções ou pela justaposição.⁶

Algumas palavras da língua que pertencem à esfera semântica das relações e processos atuam especificamente na junção dos elementos do discurso, isto é, ocorrem num determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem. (Neves, 2000:601)

A definição antes transcrita é funcionalista, uma vez que, trabalha com as questões do uso e do discurso em si. Assim, os conectores seriam aqueles elementos que, além de relacionar e juntar, indicam *o modo pelo qual se conectam porções que se sucedem*. Logo, conectores são itens que promovem a ligação de dois elementos na língua, podendo possuir,

⁶ Deve-se lembrar, novamente, que se está usando a classificação tradicional, somente para embasar a diferenciação entre os conectores oracionais. Sabe-se que existem outras teorias no que diz respeito aos processos de formação de orações complexas e de períodos compostos, como, por exemplo, a subordinação psicológica (cf. Garcia, 2000:46). Não é oportuno aqui, entretanto, este tipo de discussão.

ainda, uma carga semântica (em alguns casos mais definida do que em outros). Essa questão dos valores semânticos dos conectores será mais desenvolvida no capítulo sobre conjunções, quando a diferença entre conjunções integrantes e subordinativas será destacada.

O linguista Perini (2003:138) desenvolve um estudo sobre o que ele chama de *marcas de subordinação* bastante relevante para a presente pesquisa. O autor considera que sejam marcas de subordinação: a conjunção subordinativa, a preposição e o pronome relativo. São esses os conectores capazes de fazer com que um termo se subordine a outro, funcionando como mecanismo de transformação dos termos subordinados em relação à sua classe de origem. Logo, um conector desse tipo pode, por exemplo, juntar-se a um sintagma nominal e transformá-lo em adverbial (casa > em casa), ou transformar uma oração em sintagma nominal ou adjetival (Eu comprei... > O livro que eu comprei...). Neste trabalho, os pronomes relativos, elementos conectores das orações subordinadas adjetivas, por razões práticas, ocuparão uma posição de menor destaque, visto que as conjunções e as preposições são os objetos centrais deste trabalho.

Com base nas definições de Neves (2000) e Perini (2003), bem como na de outros estudiosos funcionalistas e da análise do discurso, defende-se, neste estudo, a idéia de que a relação entre a maioria das orações é estabelecida muito mais por questões discursivas do que sintáticas⁷. Dessa forma, os elementos relacionais que funcionam como conectores oracionais têm, por vezes, funções semânticas bastante características. Isso acontece, sobretudo, no caso das orações subordinadas adverbiais, dada a circunstância que elas estabelecem, justamente por funcionarem como advérbios. Basta observar que as orações

⁷ Neste trabalho, estão no âmbito da sintaxe questões que se referem à estrutura do sistema da língua. Já no âmbito do discurso estão as questões semântico-pragmáticas.

subordinadas substantivas relacionam-se a um elemento específico da oração principal (um verbo, um adjetivo ou um substantivo), enquanto que as orações subordinadas adverbiais, na maioria dos casos, relacionam-se a toda a oração principal, indicando uma circunstância para a ação descrita pela oração subordinante. Isto confirma que as conjunções que precedem as orações substantivas possuam uma carga semântica esvaziada, na medida em que servem apenas como elemento transpositor, ao mesmo tempo em que as conjunções ou as locuções conjuntivas (seguindo a nomenclatura tradicional) que precedem as adverbiais, além de funcionar como transpositores, indicam a relação discursiva que há entre a oração principal e a oração adverbial.

No caso das orações subordinadas adverbiais, a escolha de qual elemento relacional utilizar depende, sobretudo, das intenções do locutor do discurso. Dessa forma, é possível que os conectores possam ser classificados de acordo com a idéia que passem, ou talvez, com a aparente “neutralidade” com que iniciam orações. Parece coerente afirmar, portanto, que há dois tipos de conectores: (a) os que ligam dois termos, subordinando-os (o maior e mais produtivo exemplo desse grupo é o *que* introdutor de orações subordinadas substantivas); (b) os que têm a ação de, ao mesmo tempo em que ligam dois termos, estabelecerem uma relação de sentido entre ambos, ou seja, uma relação sintático-semântica (as conjunções coordenativas, as conjunções/locuções conjuntivas adverbiais e algumas preposições, são os conectivos desse grupo).

Essa divisão, inclusive, facilita a análise das orações iniciadas por locução conjuntiva formada por advérbio + conjunção (sempre que, agora que, logo que...) ou por preposição + conjunção (até que, sem que, desde que...). Fica claro, nesses grupos de conectivos, que o papel de conector semântico é desempenhado pelo elemento adverbial ou preposicional. Acaba-se, assim, com a idéia de que apenas as orações reduzidas

permitiriam que a preposição fosse um conector capaz de subordiná-las a uma principal: a preposição é o conector das orações desenvolvidas também, uma vez que é um mecanismo que fornece a significação do período composto pela oração que ela introduz (acompanhada ou não de uma conjunção).

Esta possibilidade de a preposição poder funcionar como conector oracional, tão ausente na GT, já foi mencionada por Ribeiro (2006:227), segundo o qual *“Normalmente, a preposição estabelece um elo de subordinação entre dois elementos oracionais. No entanto, ela pode aparecer como um conectivo oracional”*.

Aborda-se, a seguir, as principais definições de conjunções e preposições, no que se refere à perspectiva tradicional e à descrição linguística.

2.2.1 A conjunção

Luft (2002:189) afirma que a conjunção é a *“palavra gramatical invariável que estabelece coordenação ou subordinação entre dois membros da oração ou entre uma palavra e uma oração, entre duas orações e, mais raramente, entre dois períodos”*.

A partir desta definição, conclui-se que há dois tipos de conjunção: as que promovem a coordenação entre dois termos (chamadas conjunções coordenativas) e as que promovem a subordinação entre dois termos (chamadas conjunções subordinativas). Às primeiras não se dará tanto destaque visto que é no processo de subordinação que conjunções e preposições se “misturam” e, por vezes, se confundem.

Dentre as conjunções capazes de subordinar, há as integrantes (responsáveis por conectar as orações subordinadas substantivas à oração principal) e as subordinativas adverbiais (que ligam as orações adverbiais à oração principal do período composto). A

principal conjunção integrante é a conjunção *que*. As adverbiais são ainda divididas de acordo com a classificação da oração que elas iniciam.⁸

Há algumas diferenças centrais entre as orações subordinadas substantivas e as adverbiais, inclusive já citadas nos itens 2.1 e 2.2. No que se refere às conjunções, a principal e contundente diferença entre elas é o fato de que a conjunção integrante serve exclusivamente para conectar a oração subordinada substantiva à principal, funcionando como índice de função, ou seja, operando uma transposição (transformação de uma oração em membro sintático de outra). Não há valor semântico no que se refere à conjunção integrante *que*. O *que* – mais produtivo índice de subordinação – funciona como elemento transpositor, isto é, um elemento sintático que serve para fazer com que um termo (no caso, uma oração) possa desempenhar uma função sintática que não lhe seria própria. Como já mencionado, ao conceito de transposição será dedicado o capítulo 3.

Um exemplo para ilustrar essa teoria é a transformação de uma oração como “Ela vende bolsas” em objeto direto de outra oração (oração principal): “Disseram que ela vende bolsas”. A possibilidade de uma oração absoluta tornar-se termo de outra oração em um período composto é facilitada pela conjunção *que*. Uma outra transformação que funciona como facilitador em casos como este é a mudança do modo verbal em alguns casos (“Quero que ela venda bolsas”).

Como a oração subordinada substantiva representa as funções sintáticas próprias do substantivo (sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento relativo⁹, complemento

⁸ Todas essas nomenclaturas estão presentes na NGB (Norma Gramatical Brasileira) e as definições apresentadas pela GT.

⁹ “Complemento relativo é o complemento que, ligado ao verbo por uma preposição determinada (*a, com, de em, etc*), integra, com o valor de objeto direto, a predicação de um verbo de significação relativa” (Rocha Lima, 2002:251). Ainda que ambos sejam termos preposicionados, a principal diferença entre o complemento relativo e o objeto indireto, é que este último deve representar “o ser animado a que se dirige o destina a ação ou estado que o processo verbal expressa” (Rocha Lima, 2002:248). Além disso, “o objeto indireto é

nominal, predicativo e aposto), é natural que, sendo algumas dessas funções preposicionadas, por vezes, a conjunção *que* venha acompanhada por preposições (“Tenho medo de que ele não venda suas bolsas”). Nesses casos, a preposição não influencia na formação da subordinação, nem tampouco na significação da oração subordinada. Ela é, sim, um índice de valência, conforme define Borba (1996).

Processo diferente acontece quando a preposição se junta à conjunção *que* encabeça uma oração subordinada adverbial. Nesse caso, a preposição possui carga semântica definida e ao se combinar com conjunção (especialmente *que*) passa a fazer parte de um grupo, classificado tradicionalmente como locução conjuntiva, no qual desempenha papel significativo, tanto sintática quanto discursivamente.

Em geral, as preposições que se unem à conjunção *que* para formar com ela uma locução conjuntiva introdutora de orações adverbiais são aquelas classificadas como *preposições fortes* (cf. Rocha Lima: 2002:355), já que possuem conteúdo significativo forte o suficiente para acompanhá-las em seus diferentes usos (*até, para, sem*). Assim, formam-se locuções como *até que, para que, sem que*, que desempenham a função de conectores de orações subordinadas adverbiais em relação a uma oração principal. Observe-se a diferença entre as orações sublinhadas nos exemplos a seguir:

(2) Lembrei-me de que sua aula fora cancelada.

(3) Esperarei até que sua aula seja remarcada.

No exemplo (2), a preposição *de* serve para marcar a função de complemento relativo (cf Rocha Lima, 2002:251) desempenhada pela oração subordinada em relação à

introduzido apenas pela preposição a (raramente para) e é comutável pelo pronome pessoal objetivo lhe / lhes, enquanto que o complemento relativo é comutável por preposição +ele, ela, eles, elas”. (cf. Bechara, 1999:421-422)

principal. Já no exemplo (3), a preposição *até* “empresta” sua significação de limite temporal para o período inteiro, fazendo funcionar a oração “que sua aula seja remarcada” como subordinada adverbial. Em (3), a transposição acontece por etapas, primeiramente com o acréscimo da conjunção *que* (etapa única que forma a oração complexa do exemplo 2) e, depois, com o acréscimo da preposição *até* que forma com a conjunção *que*, o grupo responsável por permitir que a oração “sua aula seja remarcada” possa funcionar como adjunto adverbial da oração principal.

Assim, importa, no presente trabalho, o estudo da conjunção como elemento transpositor. Somado a isso, abordam-se, a seguir, as funções da preposição.

2.2.2 A preposição

É consenso que as preposições são palavras invariáveis que subordinam um termo da frase a outro, ou seja, que relacionam termos, numa relação de dependência. Na grande maioria das gramáticas pesquisadas, como as de Bechara (1999), Cunha & Cintra (2000), Kury (1979), Luft (2002) e Rocha Lima (2002), esta definição é recorrente.

Entretanto, os gramáticos tratam esta dependência de diferentes formas. Alguns se referem a uma dependência exclusivamente sintática, outros vêm a questão pelo viés da semântica. Outros, ainda, procuram deixar claro que a utilização da preposição promove uma dependência sintático-semântica entre os itens relacionados.

Segundo Rocha Lima (2002:180), às preposições cabe a função de subordinar um elemento da frase a outro, apresentando o segundo como complemento do primeiro. Ainda de acordo com o mesmo autor, o elemento subordinante (antecedente) pode ser um substantivo, um adjetivo, um verbo, um advérbio e algumas interjeições, mas o termo

subordinado (consequente) deve ter sempre um conceito substantivo, ou seja, deve ser um substantivo, um pronome substantivo, uma palavra substantivada, ou uma oração substantiva.

Em relação às orações anteriormente citadas, segundo Kury (1979), a preposição só é capaz de ligar uma oração principal a uma reduzida de infinitivo, cabendo às conjunções o processo de subordinação das orações desenvolvidas. Ao longo do trabalho, espera-se que fique claro que este conceito precisa ser revisto, uma vez que as preposições também são capazes de funcionar como conectores precedentes de orações desenvolvidas. Tudo depende, é claro, do que se chama de conector e de sua exata função no processo de subordinação.

No que se refere ao uso da preposição como um índice de função, relacionada à regência dos termos subordinantes envolvidos no processo de subordinação, pode-se afirmar que a preposição tem uma função sintática definida: “à *preposição cabe (...) marcar nomes e pronomes (substantivos) e advérbios, como elementos dependentes – complementos ou adjuntos*” (cf. Luft, 2002: 186). Luft (2002:186) ainda afirma que também os objetos diretos podem vir preposicionados. A preposição, neste caso, tem uma função intensificadora, ou seja, semântica. Assim, pode-se notar que o limite posto pelos autores entre função sintática e função semântica é bastante tênue.

Segundo Borba (1996), o uso da preposição acaba sendo uma questão de valência que equivale à necessidade de complementos que um nome ou um verbo possui. Logo, se algum termo exige a presença de um complemento preposicionado, a preposição serve, sintaticamente, para marcar essa valência.

Da mesma forma, Câmara Jr. (1976) demonstra que as preposições têm a função de, em substituição aos casos latinos, demonstrar as relações de subordinação numa estrutura

oracional. Ressalta, ainda, que, em Português, apenas o objeto direto (complemento dos verbos classificados como transitivos diretos) e alguns complementos de natureza circunstancial não precisam da preposição para serem subordinados a outros termos.

No entanto, a preposição não é apenas um elemento subordinador sem carga semântica definida. Mesmo entre os gramáticos tradicionais já se prevê a função semântica da preposição. De acordo com Souza Lima (1945: 38-9), *apud* Rocha Lima (2002:180), “a preposição mostra que entre o antecedente e o conseqüente há uma relação, de tal modo que o sentido do primeiro é explicado ou completado pelo segundo” (grifos nossos).

Desta definição, pode-se caracterizar a função semântica da preposição: relacionar termos de modo que o termo iniciado por ela funcione como um complemento de sentido do termo antecedente. Dessa forma, a preposição acumula, assim, duas funções, ambas em um processo de subordinação. O termo subordinante precisa do subordinado para que, tanto sintática quanto semanticamente, possa funcionar na sentença.

A respeito da noção semântica que veiculam as preposições, é necessário observar a seguinte citação:

Embora as preposições apresentem grande variedade de usos, bastante diferenciados no discurso, é possível estabelecer para cada uma delas uma significação fundamental, marcada pela expressão de movimento ou de situação resultante (ausência de movimento) e aplicável aos campos espacial, temporal e nocional.

A maior ou menor intensidade significativa da preposição depende do tipo de relação sintática por ela estabelecida. Essa relação pode ser fixa, necessária ou livre. (Cunha & Cintra, 2000: 544-8)

A definição do conteúdo significativo das preposições exposta por Cunha & Cintra (2000) é bastante elucidativa, uma vez que, dividindo as preposições através de relações fixas, necessárias e livres, demonstra que o emprego da preposição em relações livres acaba

sendo recurso estilístico, pois, neste caso, especificamente, a preposição assume, na construção sintática a que pertence, o seu verdadeiro conteúdo semântico.

Ainda de acordo com Cunha & Cintra (2000:552), o item *até* exprime idéia de movimento, em relação à aproximação de um limite. Este movimento pode ser espacial, temporal ou discursivo. A maioria dos autores costuma tratar este valor de limite discursivo de *até* numa classificação separada das preposições: a de palavras denotativas de inclusão. Nesse bloco, incluem-se palavras como *também*, *inclusive*, *mesmo* etc.

As chamadas palavras denotativas, como não possuem as propriedades características da classe dos advérbios¹⁰ tampouco da classe das preposições (não subordinam termos nem regem pronomes pessoais retos), acabam ocupando uma classificação à parte. Assim, esta classificação parece uma estratégia da GT para dar nome a um grande número de palavras que se comportam diferentemente de advérbios ou preposições, ou seja, que ficam numa linha fronteira entre estas duas classes de palavras e que servem muito mais ao discurso do que à sintaxe.

Na mesma linha das palavras denotativas, aparecem elementos que funcionam como encadeadores do discurso: os operadores argumentativos e os marcadores discursivos. Aos primeiros cabe a função de marcar algum juízo de valor, opinião do falante, ou mesmo apontar os caminhos a que se quer chegar com o discurso. Aos segundos cabe uma função menos expressiva, mas não menos importante na cadeia da comunicação: a de marcar a ordem e a presença do falante no discurso por ele produzido. Operadores argumentativos e marcadores discursivos terão sua função melhor definida no item 4.4.1.

¹⁰ A classe dos advérbios, como se sabe, não é fechada. Entretanto, adota-se, neste momento do trabalho, a teoria tradicional.

Ainda no que se refere à questão semântica, segundo Rocha Lima (2002:355), dividem-se as preposições entre fortes e fracas. As fortes seriam aquelas que guardam em si um sentido próprio e que, ao serem combinadas com um nome, dão a ele o sentido que carregam em si (exemplos: até, contra, entre, para, sobre). As fracas seriam as que não têm um único sentido próprio, admitindo sentidos diversos dependentemente do contexto de uso (exemplos: a, de, com).

Esta divisão entre preposições fortes e fracas, ao menos, ajuda a separar preposições cuja carga semântica seja mais significativa das que possuem sentido mais mutável. Assim, a escolha que o usuário da língua faz ao utilizar uma ou outra preposição acaba dependendo da maior significação inerente a cada uma delas.

Esta é uma questão a ser bastante discutida ainda, visto que, nenhuma preposição é tão forte que não possa ter seu sentido alterado, nem tampouco tão fraca a ponto de não carregar consigo um sentido básico, que possa mudar de acordo com o uso. Como exemplo, pode-se citar a preposição *até*, objeto desse estudo, que está listada entre as preposições fortes pela GT, mas cujo uso é tão diverso que ela pode adquirir um novo sentido dependendo do contexto comunicativo em que aparece. O que pode fazer com que ela seja classificada como forte é o fato de que há uma idéia de “limite” que ela veicula, independente deste limite ser temporal, espacial ou nocional. É verdade que, na maioria dos dados encontrados, esta idéia de limite é bastante recorrente. Porém, há casos em que essa noção ficou tão esvaziada que o item *até* acaba, inclusive, não mais sendo classificado sintaticamente como preposição, mas sim como marcador discursivo (como se verá mais adiante). Por agora, citam-se alguns exemplos que caracterizam essas diferentes interpretações de *até*:

- (4) Fui com ela **ATÉ** a cidade alta à pé e conversamos sobre várias coisas.
(D&G, informante de segundo grau)
- (5) Você põe numa panela e vai mexendo no fogo **ATÉ** ficar com aquela consistência assim... não muito dura...
(D&G, informante de segundo grau)
- (6) Meu quarto é o paraíso... entendeu? se você entrar você vai **ATÉ** tomar um susto... não é aquele quarto... exuberante... todo arrumado... quarto de homem... sabe como é que é... né?
(D&G, informante de terceiro grau)
- (7) Eu estava esperando você passar aqui... deixei **ATÉ** a fita... uma fita que eu tinha que/ que eu tinha que ter entregue pra ele a “fita com a minha mãe...” e tal... aí ele “sua mãe?”
(D&G, informante de terceiro grau)

Nos exemplos de (4) a (7) há uma gradação nos usos do item *até*, em que a idéia de limite espacial, bastante forte em (4), vai se enfraquecendo, se metaforizando, e passando por graus de limite menos concretos. No caso do exemplo (5), ainda se trata de uma preposição, indicativa de um limite temporal. Já em (6) e (7), o item *até* não é mais classificado como preposição, visto que passa a ser um elemento prioritariamente discursivo. No exemplo (6), a idéia de limite textual-argumentativo, apesar de mais abstrata, ainda é muito forte. No entanto, em (7), a idéia de limite passa a ser quase “zero”, funcionando o item *até* como o que estudos funcionalistas chamam de marcador discursivo. Todas essas questões serão abordadas mais detalhadamente nos capítulos posteriores.

Fica comprovada, assim, a função sintático-semântica que possui a preposição. Se possui função de subordinação, ao mesmo tempo, sem que uma exclua a outra, possui função de complementização de significados, o que justifica o foco funcional-discursivo do presente trabalho no que se refere ao estudo da preposição *até*.

Como se pode ver até aqui, a abordagem das preposições nas gramáticas refere-se, por vezes, a questões sintáticas e, por outras vezes, a questões semântico-discursivas.

Vem-se destacando constantemente o fato de as preposições não poderem ser analisadas sem que se leve em conta a sua significação por motivos específicos. O que se deseja comprovar com este estudo é a autonomia que a preposição exerce mesmo em grupos que a GT classifica como locuções conjuntivas (*até que, sem que, desde que*). Todavia, a essas distinções e análises será dado um destaque maior nos capítulos 3 e 4.

Bechara (1999:296) afirma que a preposição não exerce “*nenhum outro papel que não seja índice da função gramatical de termo que ela introduz*”. O autor continua, dizendo:

Daí dizer-se que, nesses casos, a preposição é um transpositor, isto é, elemento gramatical que habilita uma determinada unidade lingüística a exercer papel gramatical diferente daquele que normalmente exerce.
(Bechara, 1999:296)

Seguindo a linha teórica que trabalha com as preposições que funcionam como “índice de função gramatical” e que, portanto, funcionam como transpositores, encontra-se, a abordagem de Azeredo (2004). Para este autor, do ponto de vista sintático, “*a preposição está sempre apta a originar construções ou locuções de caráter adjetivo ou adverbial*” (cf. Azeredo, 2004:144).

Na mesma perspectiva, Perini (2003: 334) afirma que preposição é a palavra que precede um sintagma nominal (SN), formando com ele um conjunto que pode ser classificado ora como um sintagma adjetival, ora como sintagma adverbial. Com essa definição, o autor mostra a função sintática que a preposição exerce. E, sendo ela um conectivo subordinativo, acaba tendo a propriedade sintática de, ao se unir a um SN, fazer com que o novo conjunto preposicional formado possa exercer uma nova função, antes não exercida pelo SN original.

Perini (2003:336) destaca, ainda, algo de extrema relevância para a pesquisa aqui desenvolvida: a propriedade que as preposições têm de se acrescentar a sintagmas nominais oracionais. Isto é, ao se colocar uma preposição na frente de um grupo formado pela conjunção *que* seguida de uma oração (sintagma nominal oracional), pode-se transformá-lo em uma oração adverbial, por exemplo. Se a conjunção *que* pode servir como um transpositor (cf. capítulo 3) de orações em termos de outras orações (subordinação), a preposição *até* pode servir como transpositor de um item substantivo (oração subordinada substantiva) para um item adverbial (oração subordinada adverbial).

Essa transposição já está, mesmo que indiretamente, prevista nas outras definições de preposição pesquisadas. Inúmeros são os autores que prevêm que a preposição juntar-se-á a grupos nominais para fazer com que os mesmos passem a exercer funções que não seriam próprias dos nomes. Portanto, seguindo a análise de Perini (2003), o que se quer confirmar, aqui, é que essa transposição pode ser exercida não só no nível dos sintagmas nominais cujo núcleo é um nome, mas também no nível dos sintagmas nominais constituídos por uma oração (o caso das orações substantivas).

A noção proposta por Perini (2003) e seguida nesta análise, bem como a definição de Bechara (1999) e Azeredo (2004), serão desenvolvidas e exemplificadas no capítulo 3, quando se estudará mais profundamente o mecanismo da transposição.

2.2.3 O grupo “preposição + *que*”

O item *até* é, portanto, um elemento conector (geralmente classificado como preposição), que, numa análise textual, pode desempenhar várias funções, dentre as quais, a função de operador argumentativo e indicador de opinião.

Ora, se, como se mencionou anteriormente, há preposições *fortes* e *fracas*, as preposições fortes possuem uma maior capacidade de estabelecer relações semânticas que as fracas. Cabe a essas últimas encabeçar sintagmas preposicionais capazes, por exemplo, de funcionarem como locuções adjetivas, ou complementos verbais obrigatórios.

Conseqüentemente, as preposições fortes acabam sendo capazes de ligar orações desenvolvidas. Tais orações dependem, apenas, que, num processo intermediário ao do acréscimo de preposições, acrescentem-se a elas elementos capazes de as tornarem passíveis de subordinação. O principal desses elementos é a conjunção *que*, que, segundo Barreto (1999: 106), seria um *índice subordinativo por excelência*, tendo em vista que, desprovida de significação, faz única e exclusivamente o trabalho de subordinação.

Ao acrescentar-se ao *que*, “conjunção por excelência” (cf. Barreto, 1999), a preposição é capaz de atribuir ao novo grupo (tradicionalmente classificado como locução conjuntiva, pois termina em conjunção) um significado. E é este significado que será capaz de relacionar as orações que possivelmente serão ligadas por este grupo.

Percebe-se, então, que a grande problemática da questão aqui analisada está no fato de se analisarem as locuções conjuntivas como um bloco cristalizado, sem que se observe a função semântica e a pragmática que há na escolha dos itens que compõem esta locução. Englobar preposições e conjunções num mesmo grupo (conectivos), fazendo, entre elas, uma distinção apenas sintática, enquanto que a questão atinge os campos da semântica e,

até mesmo, da pragmática, parece equivocado. Desta forma, deve-se levar em conta que, para que a conexão entre termos possua significado, em alguns casos, o uso exclusivo da conjunção não é suficiente. Em grupos de preposição + conjunção *que*, é a preposição que possui o comportamento semântico-discursivo que permite que uma oração possa ser classificada de acordo com o sentido que estabelece com a principal.

A conjunção *que* acaba sendo capaz de ligar, em relação aos grupos oracionais, apenas aqueles que têm relação com a *valência* (cf. Borba, 1996) de elementos da oração principal (orações subordinadas substantivas). Quando o caso é a ligação entre oração principal e oração subordinada adverbial, o uso de um elemento significativo por si só faz-se extremamente necessário. É a investigação dessa relação que se destina parte desta dissertação.

Há, de fato, conjunções capazes de, além de funcionar sintaticamente, estabelecer relações lógicas entre as orações. O que se questiona, aqui, são os grupos conectivos formados de “preposição + *que*”, visto que, nestes casos, é a preposição que fornece elementos para a significação do período.

A classificação das orações está intimamente relacionada com os conectivos que as precedem e, mais ainda, com as funções que estes exercem no período formado. Então, não há como negar o comportamento de conectivo que a preposição possui, mesmo ao subordinar uma oração desenvolvida a uma principal, afinal de contas é através da preposição que a relação é estabelecida.

Sobretudo em grupos formados por “preposição + *que*”, é a preposição que estabelece a verdadeira relação entre os termos relacionados. Sua propriedade de transposição é bastante produtiva, uma vez que pode fazer com que um item pertencente a uma classe desempenhe uma função que sua classe jamais desempenharia. Ela é, pois, o

elemento transpositor por excelência. Sendo assim, a preposição é responsável pela significação e pela função que os diferentes usos proporcionam.

Portanto, acredita-se que se deve levar mais em consideração os papéis da preposição, não delegando a ela uma função apenas subordinadora. Sua função é sintático-semântico-discursiva e seu uso não representa uma simples escolha sintática, uma vez que o locutor (“eu” do discurso) procura na preposição um termo que seja capaz de cumprir um comportamento relacional que realize o seu desejo de comunicação.

Na maioria das gramáticas, a significação das preposições aparece como um apêndice ao capítulo que trata da função sintática dos conectivos. No entanto, como se tem observado, a função semântica da preposição não deve ser relegada a segundo plano. Ela é tão importante quanto a função sintática, visto que a escolha da preposição representa um comportamento argumentativo que não é, de modo algum, dispensável.

2.3. As palavras denotativas

Especificamente no que se refere ao item *até*, objeto desta pesquisa, dependendo do contexto e de sua aplicação na frase, a classificação original que diz que o item é uma preposição acaba sendo modificada por processos discursivos. Na verdade, o que acontece com o *até* é uma mudança gramatical que se busca demonstrar aqui ser um processo de gramaticalização.

O estudo sobre gramaticalização será melhor desenvolvido no capítulo 4. Neste momento, analisam-se as outras diferentes classes de palavras em que, tradicionalmente, se poderia incluir o item *até*, tomando como base questões muito mais discursivas do que sintáticas.

Inúmeros são os trabalhos que mostram que os conceitos de preposição, advérbio e conjunção se misturam. Bomfim (2002) afirma que as semelhanças e distinções entre estas três classes de palavras são determinantes na classificação dos itens lexicais. Há preposições que podem passar a funcionar como advérbios e há, ainda, advérbios que, gramaticalizados (cf. capítulo 4) ou não, passam a funcionar como conjunções ou preposições. Neste último caso, tem-se as chamadas preposições acidentais que a teoria tradicional inclui na lista das preposições, mas que, originalmente, pertenceriam a outra classe.

No que se refere ao item *até*, devido à sua aplicação em diferentes contextos, pode-se notar que há casos em que o seu comportamento é bastante semelhante ao que a GT classifica como advérbio, sobretudo no que diz respeito à função circunstancial que exerce. No entanto, sua classificação como advérbio fica comprometida na medida em que não exerce as funções modificadoras próprias desta classe listadas pela tradição gramatical (modificar um verbo, um adjetivo ou um outro advérbio).

Por este e outros casos, a teoria gramatical, a partir de Oiticica (1940), propõe a classe das *palavras denotativas* que seriam palavras capazes de exercer um “*papel transfrástico e melhor atendem a fatores de função textual estranhos às relações semântico-sintáticas inerentes às orações em que se acham inseridas*” (cf. Bechara, 1999:291). Em geral, as palavras denotativas encontram-se ou em um subcapítulo do capítulo sobre preposições ou como um apêndice no capítulo sobre advérbios, o que demonstra que elas são, efetivamente, uma classe fronteira de palavras (se é que é possível considerá-las uma classe de palavras).

Após uma pesquisa atenta em diferentes compêndios gramaticais, pode-se notar que a nomenclatura e a classificação das palavras denotativas não constitui um consenso. Além

disso, algumas vezes, as palavras denotativas incluem-se em uma subdivisão dos advérbios, outras vezes aparecem no capítulo que trata das preposições, como já se disse. Há, ainda, os casos em que nem aparecem na análise gramatical.

A GT faz, apenas, uma observação sobre tais palavras quando descreve a classe dos advérbios. Como alguns tipos de advérbios (como os de designação) não fazem parte da lista tradicional, a teoria diz que estas palavras devem ser incluídas, em classificação à parte, como *palavras denotativas*, às quais a nomenclatura faz ligeira referência.

Bechara (1999) e Cunha & Cintra (2000) são os autores que fazem referência mais profunda à classe das palavras denotativas, porém sempre dentro do capítulo sobre advérbios, na forma de observação. Os últimos, inclusive, afirmam que denotar é próprio de qualquer unidade léxica, logo, todas as palavras são, de alguma forma, denotadoras. No entanto, na falta de uma nomenclatura melhor para palavras que não poderiam ser consideradas advérbios pelo fato de não modificarem verbos, adjetivos, nem outros advérbios, passou-se a chamar de palavras denotativas aquelas que denotam inclusão (até, inclusive, mesmo...), exclusão (apenas, salvo, só...), designação (eis), realce (cá, lá, é que...), retificação (aliás, ou melhor, isto é...) e situação (afinal, agora, então...).

É importante ressaltar, neste ponto, que a nomenclatura gramatical portuguesa admite a existência de advérbios de exclusão e inclusão, classificando-os como advérbios de oração. Esta ainda é uma teoria não aceita pela nomenclatura brasileira, porém, estudos lingüísticos apontam na direção de que deve haver uma revisão na classificação das palavras enquanto advérbios no que se refere à sua função modificadora. Incluem-se aí os estudos sobre modalizadores e operadores argumentativos.

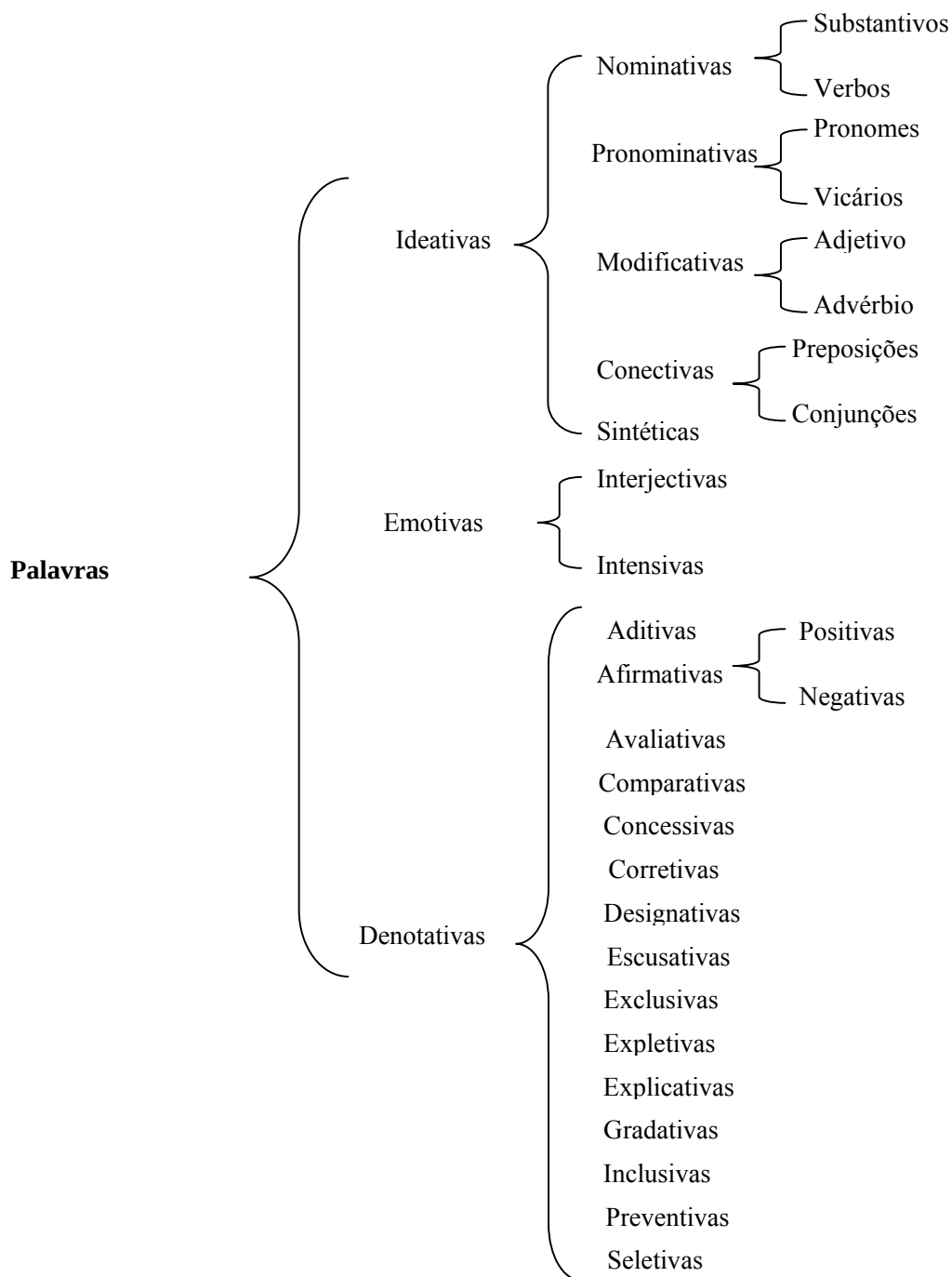
A nomenclatura “palavras denotativas” foi primeiramente utilizada por Oiticica (1940) em seu *Manual de análise (léxica e sintática)*. Este autor, dentro do capítulo sobre

advérbios, ressalta que há palavras que, diferentemente de expressar alguma circunstância em relação ao verbo, funcionam como modificadores de substantivos ou de toda uma sentença. Estas palavras são aquelas que, segundo ele, representam *meros acidentes do discurso* (cf. Oiticica, 1940:50).

Oiticica (1940:51) divide as palavras da língua em três grupos: palavras ideativas (que exprimem idéias), palavras emotivas (que exprimem emoções) e palavras denotativas (os tais acidentes do discurso).

Dessa forma, Oiticica (1940) divide as palavras pelas idéias que elas expressam e é baseando-se nas idéias que ele cria a nomenclatura “palavras denotativas” e as subdivide de acordo com o que elas denotam. O item *até* aparece na lista das palavras denotativas inclusivas e aí permanece em todos os estudos sobre palavras denotativas.

A divisão de Oiticica (1940) pode ser observada no esquema a seguir:



Um ponto interessante a ser ressaltado a partir desse trabalho de Oiticica (1940) é o fato de ele considerar os advérbios como palavras ideativas modificativas. Ideativas porque

a classificação dos advérbios parte de uma interpretação de sentido e modificativas porque os advérbios são classificados a partir das palavras que modificam (verbos, adjetivos ou outros advérbios). É também considerado uma palavras ideativa modificativa o adjetivo, pois também deve ser analisado a partir de sua significação e da sua capacidade de modificar substantivos.

Para Oiticica (1940), as palavras emotivas e as denotativas são aquelas que são colocadas à parte pelos gramáticos pelo fato de que não transmitem idéias, mas sim emoções ou operações subjetivas. Quando as palavras não transmitem idéias, os gramáticos preferem excluí-las da taxionomia pela difícil classificação. É o caso das interjeições e das palavras denotativas.

É bastante pertinente ainda fazer mais uma observação a respeito desta subdivisão das palavras por Oiticica (1940) no que se refere aos conectivos. Além de colocar preposições e conjunções como conectivos, ele as insere no campo das palavras ideativas, ou seja, as que transmitem idéias, o que reforça a teoria de que conectivos não devem ser desprovidos de sentido. Ainda segundo Oiticica (1940), a preposição é a palavra que indica relação entre duas idéias e a conjunção é a que indica relação entre dois pensamentos. Parece uma distinção muito tênue a que divide idéias e pensamentos. No entanto, é importante levar em conta que ambas são palavras relacionais e que as preposições fazem “*relações mais explícitas*”, enquanto as conjunções promovem “*relações implícitas*” (Oiticica, 1940).

Atualmente, a inclusão das palavras denotativas nos compêndios gramaticais é mais constante, porque mais aceita. No entanto, estudos funcionalistas e afins criaram nomenclaturas mais apropriadas para tais termos: modalizadores discursivos, operadores

argumentativos e marcadores discursivos. Tais nomenclaturas serão mais profundamente abordadas no capítulo 4, quando se tratará das questões argumentativas propriamente ditas.

No entanto, antes de se abordarem funções argumentativas, é necessário analisar o item *até* como um elemento conector. Como já se disse anteriormente, é na função de conector (de termos ou de orações) que o item *até* comporta-se como elemento transpositor. O próximo capítulo descreve, portanto, o mecanismo da transposição, suas funções e principais elementos responsáveis pelo processo.

3 O MECANISMO DA TRANSPOSIÇÃO

Atualmente, num estudo sincrônico da Língua Portuguesa, é muito comum adotar-se a análise morfossintática. Tal procedimento deve-se ao fato de que é praticamente impossível trabalhar apenas no nível da morfologia ou apenas no nível da sintaxe. Categorias e funções só são classificáveis na medida em que ambas são observadas no que diz respeito a combinações e colocações em determinado co-texto e contexto de uso.

Esta questão nos remete à teoria saussureana de relações sintagmáticas e associativas. As relações sintagmáticas realizam-se no plano da sintaxe, já as associativas realizam-se no plano do léxico e da morfologia. Dessa forma, qualquer análise dos componentes lingüísticos de um vocábulo, de um sintagma ou de uma oração deve ter abordagem mórfica, sintática e semântica.

A intenção desse capítulo é, portanto, a de mostrar, através do estudo do mecanismo da transposição, que sintaxe e morfologia estão intimamente ligadas, visto que, na cadeia falada e/ou escrita, as escolhas se dão, simultaneamente, nos eixos sintagmático e paradigmático da língua. O sintagma constitui, justamente, a fronteira entre estudos morfológicos e sintáticos. A transposição é o mecanismo pelo qual, através de transpositores e da posição ocupada pelo sintagma, pode-se adaptar diferentes classes (morfologia) a funções (sintaxe) que normalmente tais classes não assumiriam.

É importante ressaltar, antes de iniciar o estudo propriamente dito, que o mecanismo de transposição é de extrema valia para a multiplicidade de possibilidades do português. Constitui um meio de formar sintagmas a partir de classes de palavras diversas da intenção que se quer em relação à função. Vê-se, assim, que é um mecanismo sintagmático, relacional e, sobretudo, “criacional”.

Azeredo (2004:210) define transposição¹¹ como sendo um processo morfossintático através do qual uma classe de palavras assume um comportamento característico de outra classe de palavras. É, nas palavras do autor, “*um processo pelo qual se formam sintagmas derivados de outras unidades, as quais podem ser sintagmas básicos ou orações*” (cf. Azeredo, 2004:211). Isso se dá através de alguns elementos conhecidos, em geral, como transpositores.

Além disso, a transposição é um recurso gramatical que permite um crescimento ilimitado das possibilidades de expressão. Sendo assim, um substantivo pode adquirir um comportamento adjetivo ou mesmo um sintagma verbal pode ser substantivado em forma de oração subordinada substantiva. Dessa forma, ampliam-se as formas de expressão, na medida em que, sem perder sua classe, a palavra ou o sintagma pode comportar-se como sendo de outra classe.

Os transpositores aparecem tanto na forma de conectivos, quanto na forma de verbos, afixos e, até mesmo, determinantes. Dependendo do vocábulo ou do sintagma aos quais o transpositor unir-se-á, ele pode assumir qualquer uma das formas mencionadas, de modo a, literalmente, transpor um bloco de significado a uma função que não lhe é própria.

O transpositor tem a mesma funcionalidade que os afixos numa análise tradicionalmente morfológica. O vocábulo orgulhosamente, por exemplo, passa por duas transformações:

orgulho (substantivo) → orgulhoso (adjetivo) → orgulhosamente (advérbio)

¹¹ O nome *transposição* é usado por Azeredo (1993; 2004) e por Bechara (1999), enquanto que Carone (1986) usa *translação*. Após estudo atento, pode-se perceber que é apenas uma questão de nomenclatura. Usa-se, neste trabalho, o termo transposição para se referir ao fenômeno e o termo transpositor para se referir ao elemento responsável pela realização do fenômeno.

Nota-se que, tanto na passagem de substantivo para adjetivo, quanto na passagem de adjetivo para advérbio, os sufixos (-oso e -mente, respectivamente) funcionam como transpositores da classe do vocábulo anterior.

A transposição sintática segue o mesmo princípio, contudo, trabalha no nível das relações sintagmáticas. Nesse caso, os transpositores não são apenas afixos, mas também, como já foi mencionado, podem ser preposições, determinantes, pronomes, conjunções e, até mesmo, verbos.

Vale ressaltar, no entanto, que a classe das palavras que sofrem transposição não é alterada. Um advérbio, por exemplo, continua sendo um advérbio independente de estar inserido num bloco com função substantiva. Por esse motivo, diz-se que uma oração não é substantiva, por exemplo, mas sim o bloco sintagmático iniciado pela conjunção subordinativa integrante (um transpositor nominalizador) adquire a função substantiva. Por exemplo, em períodos como “É verdade que ele não estudou”, a oração sublinhada (subordinada substantiva subjetiva) exerce a função de sujeito da oração principal (“É verdade”) devido ao fato de estar acompanhada pela conjunção *que*. É a conjunção integrante que exerce a função de transpositor e torna possível que a oração funcione como um substantivo.

O que se pode chamar de “conectivo subordinativo” não é nada mais do que um transpositor. Assim, num sintagma como “o livro de Pedro”, a preposição “de” faz o papel de transpositor fazendo com que o substantivo “Pedro” passe a atributo de outro sintagma: o livro. Tal mecanismo ocorre, inclusive, no nível do sintagma oracional. Nesse caso, o sintagma predicativo passa a termo de outro sintagma por meio do conectivo (conjunção ou pronome relativo). Assim, os conectivos subordinativos são transpositores tanto no nível do

sintagma quanto no nível da oração (um sintagma mais complexo, que gira em torno de um verbo).

Carone (1986) subdivide a transposição (a qual chama de *translação*) em de primeiro e de segundo graus, seguindo a linha de Tesnière (1976).

Tesnière (1976) define a translação de primeiro grau como aquela que atinge substantivos, adjetivos e advérbios, fazendo com que um possa assumir o comportamento do outro. Esse tipo de translação pode se dar mesmo na ausência de translativos (os transpositores). São os casos em que um substantivo se comporta como epíteto (adjunto adnominal) ou como aposto de um outro substantivo. Seguem-se exemplos, em que se sublinham os elementos transpostos: Torre Eifel; Rio Amazonas. Nestes casos, *Eifel* e *Amazonas* são substantivos próprios que exercem função específica de adjetivos — a de caracterizar um substantivo.

A translação de segundo grau é de nível um pouco mais elevado, segundo Tesnière (1976), já que, por atingir um verbo, sua consequência é muito mais profunda: a oração inteira de que tal verbo faz parte acaba sendo objeto da transposição, sendo transposta a um valor substantivo, adjetivo ou adverbial. Essas orações funcionarão sintaticamente em relação a um termo da oração principal à qual estão relacionadas.

Traçando uma relação com as classes com as quais trabalha a GT, funcionariam como translativos de 1º. grau, as preposições, os afixos, alguns determinantes e verbos auxiliares. A translação de 2º. grau ficaria por conta das conjunções / locuções conjuntivas subordinativas e dos pronomes relativos, operando a transposição sobre o verbo e mudando seu comportamento, de modo a formar orações substantivas, adjetivas ou adverbiais.

O grande problema da teoria de Tesnière (1976) parece ser o fato de tratar os transpositores como *palavras vazias*. Segundo ele, palavras vazias seriam aquelas que

funcionam como “cimento” na constituição da frase. Além de invariáveis, seriam os elementos desprovidos de sentido. Por outro lado, as *palavras cheias* seriam aquelas que funcionam como “pedras” na constituição da frase, possuem função estrutural e semântica e são variáveis (cf. Rosário, 2007:51). Além dos transpositores, Tesnière (1976) considera que os *juntivos* (as conjunções coordenativas) seriam também categorias vazias.

O que se vem tentando provar é, justamente, que o conteúdo semântico das preposições deve ser levado em conta para qualquer análise gramatical. Inclusive, esse conteúdo semântico é, muitas vezes, responsável pela função de conector e transpositor que as preposições podem exercer. Dessa forma, a teoria de Tesnière (1976), conforme mencionado, parece inadequada neste ponto. No entanto, não se pode negar a contribuição que a mesma teoria dá aos estudos mais recentes sobre o mecanismo da transposição como Azeredo (1993; 2004), Bechara (1999) e Carone (1986).

3.1 A conexão como instrumento de organização da frase

É através da conexão, ou seja, da relação de subordinação entre os termos, que as palavras vão se organizando em sintagmas e estes vão se dispondo linear e estruturalmente nas orações. Sendo assim, a análise morfossintática só é possível se forem observadas a disposição e a relação de cada termo ao longo da oração.

Como instrumentos dessa conexão estão as chamadas *palavras instrumentais*: preposições, conjunções subordinativas e pronomes relativos.

3.1.1 A preposição como instrumento de transposição

A preposição articula-se com o substantivo (ou com algum vocábulo de valor substantivo) ou com o sintagma nominal, formando, assim, uma outra unidade sintática: o sintagma preposicional.

Uma vez que o sintagma preposicional encontra-se estruturado, a preposição opera a conexão do conjunto que introduz com outro termo da frase ou oração, ao qual será marginal. Isso se dá porque a preposição é um *gramema exofórico*, isto é, uma unidade gramatical que introduz uma *construção exocêntrica*. *Construções exocêntricas* são aquelas que não têm núcleo próprio que possa valer pelo todo e que se voltam, portanto, para um elemento externo. Diz-se que a preposição inicia uma *construção exocêntrica* porque é em relação a um elemento externo que o sintagma preposicional vai exercer uma determinada função sintática. Sendo assim, o sintagma preposicional pode ser tanto um complemento verbal quanto nominal. Observem-se os exemplos abaixo:

(8) Doce de abóbora.

(9) Saí com minha irmã.

No exemplo (8), o sintagma preposicional “de abóbora” tem característica adjetiva. O todo (sintagma *exocêntrico*) vale como um adjetivo em relação ao núcleo “doce”. No entanto, suas partes são preposição + substantivo. Nesse caso, a preposição, além de ser índice de função, opera uma mudança qualitativa: a transposição. O mesmo ocorre no exemplo (9), em que o sintagma preposicional, de base nominal (núcleo: irmã), adquire valor adverbial.

Por outro lado, é importante observar os casos em que a preposição não exerce função de transpositor sendo apenas um índice de valência. É o caso do complemento relativo, do complemento nominal e do agente da passiva, funções de base substantiva:

(10) Gostamos de limão. — complemento relativo

(11) Espremedor de limão. — complemento nominal

(12) A queimadura foi feita pelo limão. — agente da passiva

Em (10), (11) e (12), os três sintagmas preposicionais sublinhados mantêm o valor substantivo de suas classes originais: “limão” é um substantivo que exerce, com o auxílio da preposição *de*, funções de base substantiva. Sendo assim, não houve transposição.

Dessa forma, fica claro que a preposição é um transpositor quando o sintagma preposicional que ela integra tem comportamento diferente da classe que lhe deu origem. Independente de sofrer transposição ou não, o vocábulo precedido de preposição não perde seu caráter substantivo. Em (10), por exemplo, “limão” é um substantivo, exercendo, junto da preposição, função própria de substantivo. Logo, não houve transposição. Já em (8), “abóbora” é um substantivo, exercendo, junto da preposição, função própria de adjetivo. Poranto, houve transposição.

Antes de passar ao próximo caso, é importante analisar mais dois exemplos:

(13) O carro foi puxado pela estrada. X O carro foi puxado pelo guincho.

(14) O amor livre não acabará com a prostituição.

Em (13), sintaticamente, pela estrada e pelo guincho, apesar de estruturalmente bastante parecidos por serem sintagmas preposicionais de base nominal (preposição +SN), funcionam de forma diferente. Ambos são termos relacionados ao verbo “puxar” e, inclusive, poderiam funcionar juntos na mesma frase (O carro foi puxado pela estrada pelo guincho). Entretanto “pela estrada” representa o termo paciente da ação de puxar — lugar ao longo do qual o carro foi puxado —, enquanto que “pelo guincho” representa o termo agente — aquele que puxou o carro. O primeiro é um adjunto adverbial de lugar e, portanto, faz parte de um processo de transposição, visto que um sintagma nominal (“a estrada”) comporta-se como advérbio de lugar (pela estrada). Já o segundo é um agente da passiva, função cuja base já é nominal. Logo, não há transposição de valores.

Já o exemplo (14) possui uma dupla interpretação, já que o sintagma preposicional pode ser visto de duas formas. As duas possibilidades de leitura são:

(a) O amor livre não dará um fim à prostituição — o sintagma preposicional “com a prostituição” é, sintaticamente, classificado como complemento relativo. Não houve, portanto, transposição, visto que o complemento relativo é uma função de base nominal e “prostituição” é um substantivo. A preposição (com) representa apenas um índice de valência e não um transpositor sintático.

(b) A prostituição não será capaz de destruir o amor livre — o sintagma preposicional “com a prostituição” é, sintaticamente, classificado como adjunto adverbial. Nesse caso, houve transposição de substantivo em advérbio através do transpositor “com” (uma preposição), visto que um sintagma de base nominal passa a se comportar como um advérbio.

A partir das análises dos exemplos (13) e (14), observa-se que a função sintática está intimamente relacionada à interpretação, o que comprova que é bastante difícil dissociar sintaxe e semântica.

3.1.2 A conjunção como instrumento de transposição

Da mesma forma que a preposição opera um novo sintagma ao unir-se ao substantivo, a conjunção subordinativa o faz em relação ao verbo, de modo a tornar a oração subordinada, um outro sintagma.

A conjunção também funciona como *gramema exofórico*, visto que relaciona a oração subordinada que inicia à oração principal do período. Dessa forma, a oração subordinada passa a exercer uma função sintática em relação a um termo da oração principal. Observem-se os esquemas a seguir, em que se desenvolvem as formações de orações subordinadas a partir do acréscimo de um elemento conector:

<u>Gosto</u> de você	→	<u>que</u> gosto de você	→	Nunca disse	/	<u>que</u> gosto de você.
verbo		conj. + oração		Oração principal		oração subordinada substantiva
Ele <u>chegou</u>	→	<u>quando</u> ele chegou	→	Levantaram-se	/	<u>quando</u> ele chegou.
verbo		conj + oração		Oração principal		oração subordinada adverbial

É importante ressaltar que cada oração inicial (“gosto de você” e “ele chegou”) possui sua própria construção sintagmática. Todavia, ao ser analisada em relação à principal e iniciada por conjunção, passa a constituir um único sintagma, de um nível mais elevado, pronto para exercer uma função sintática.

Há casos em que o transpositor é representado por um grupo de palavras, por vezes, classificado como locução conjuntiva. Como já foi descrito neste trabalho, dentre outras formações, a locução conjuntiva pode ser formada por “preposição + conjunção”. Nestes grupos, acredita-se que a transposição seja exercida pelos dois membros da construção,

uma vez que a preposição que inicia a locução conjuntiva dá-lhe significação própria e contribui para a formação e a classificação da oração subordinada que a segue.

(15) Duvidavam muito dela / até que ela contou a verdade.

Em (15), a oração “até que ela contou a verdade” é subordinada à primeira (“Duvidavam muito dela”), graças ao processo de transposição pelo qual passa. O grupo “até que” funciona como transpositor oracional, de modo a subordinar uma oração a outra. Dentro desse grupo, há dois elementos, cada um responsável por uma etapa no processo de transposição: a conjunção *que* transforma a oração em membro de outra oração; a preposição *até* dá orientação significativa ao período, além de permitir que a oração por ela encabeçada funcione como subordinada adverbial temporal. Orações subordinadas adverbiais são os maiores exemplos de transposição desse tipo, em que um grupo de palavras funciona como transpositor. Isso se deve ao fato de que, na maioria das vezes, as orações adverbiais sejam iniciadas por locuções conjuntivas.

3.1.3 O pronome relativo como instrumento de transposição

O pronome relativo constitui um caso semelhante ao das conjunções antes vistas, já que sua propriedade é, também, a de relacionar a oração subordinada, neste caso adjetiva, a um termo da principal.

No entanto, essa palavra instrumental possui suas particularidades em relação às duas anteriores. É um termo de tripla-face, tendo em vista que, além de relacionar duas

orações, graças à sua condição pronominal, retoma, anaforicamente, um nome da oração principal e exerce, dentro desta oração, uma função sintática.

Assim, o pronome relativo funciona como determinante da oração subordinada adjetiva ao mesmo tempo em que exerce função sintática dentro da mesma. Possui, portanto, funções inter e intraoracionais.

(16) O rapaz saiu / O rapaz é meu amigo → O rapaz, que é meu amigo, saiu.

Em (16), podem-se observar as particularidades das orações adjetivas, que são introduzidas por pronomes relativos. Neste exemplo, *que* = “rapaz” e, portanto, é sujeito da oração subordinada adjetiva. Além de sujeito da oração subordinada, é o conector do período e o transpositor da oração subordinada.

A respeito dos instrumentos gramaticais que subordinam orações (conjunções subordinativas e pronomes relativos), além de operadores de transposição, pode-se afirmar que possuem mais duas propriedades:

- (a) a de “miniaturizar” a oração com que se articulam, para que esta oração possa funcionar como membro de outra oração;
- (b) a de funcionarem como *gramemas exofóricos*, já que se voltam para o exterior da oração que integram, formando com a mesma um todo que não pode ser substituível por apenas uma das partes.

A conjunção subordinativa transpõe verbos em orações substantivas e adverbiais. O pronome relativo transpõe verbos em orações adjetivas. Em casos de oração reduzida, tal *transposição* se dá através das desinências das formas nominais – infinitivo, gerúndio e

particípio. Assim, os morfemas -r, -ndo e -do fazem as vezes de transpositores, unindo-se ao verbo e promovendo a relação entre a oração principal e a subordinada, seja ela substantiva, adjetiva ou adverbial.

Há, também, os casos em que uma preposição se antepõe a uma oração reduzida. Optou-se, nestes casos e neste trabalho, por considerar que a preposição acumula as funções de conectivo e elemento transpositor da oração subordinada que ela introduz:

- (17) “A massa da lasanha, primeiro tem que colocar no fogo ATÉ ferver...”
(D&G/RJ, Informante do segundo grau)

Em (17), a preposição *até* transpõe um verbo na forma nominal (“ferver”) em oração subordinada adverbial temporal. A transposição, nestes casos, é auxiliada pela desinência do verbo.

3.2 Os verbos transpositores

O papel dos verbos transpositores é fazer com que um constituinte não verbal passe a funcionar como núcleo do predicado, ou seja, como predicator. Há dois tipos de verbos que podem funcionar como transpositores: o verbo *ser* e os verbos *auxiliares*.

3.2.1 A transposição exercida pelo verbo SER

O verbo *ser*, considerado por muitos estudiosos o verbo por excelência, também pode exercer função de transpositor graças à sua propriedade de transformar em predicator

toda e qualquer palavra que se una a ele. Tem, portanto, a capacidade de fornecer o “status” de verbo a qualquer palavra.

Segundo Carone (1986), há, inclusive, línguas, como o turco, em que o verbo *ser* comporta-se como uma forma presa, articulando-se a um radical, formando, assim, um novo verbo. Comporta-se, portanto, como desinência. Sendo assim, a classificação tradicional do verbo *ser* como um Verbo de Ligação, atribuindo ao nome a posição nuclear do predicado nominal é, no mínimo, incoerente, tendo em vista que o verbo *ser* é uma forma livre que se comporta como verdadeira forma presa ao predicativo, “verbalizando-o”.

Essa propriedade transpositora do verbo *ser* faz com que Carone (1986) afirme, segundo Tesnière (1976), que o predicado nominal possui dois núcleos: um estrutural (o verbo “de ligação”) e outro semântico (o predicativo).

Até aqui a análise é coerente e o verbo *ser* pode ser considerado como transpositor pelo fato de verbalizar qualquer unidade que a ele se una. Não é um verbo predicador, mas sim um transpositor que transforma substantivos (O rapaz é rei), adjetivos (O rapaz é estudioso) ou advérbios (O rapaz é assim) em predicadores. Assim, os sintagmas “é rei”, “é estudioso” e “é assim” funcionam como verbos.

O problema aparece quando Carone (1986:67) afirma que “*substantivos, adjetivos e advérbios podem ser transferidos, pelo translativo ser, à condição de predicativos*”. Tal afirmação é equivocada em relação aos adjetivos, já que, sendo o predicativo uma função característica de base adjetiva, só se pode considerar que há transposição em “O rapaz é rei” e em “O rapaz é assim”, visto que em “O rapaz é estudioso”, o vocábulo “estudioso”, de valor adjetivo, ao exercer função predicativa, acaba por ocupar uma posição que lhe é genuinamente característica. Afinal de contas, o predicativo é um atributo do sujeito.

Considera-se, portanto, que o verbo *ser* seja um transpositor com dupla possibilidade:

1ª. - É transpositor porque confere “status” de verbo a substantivos, adjetivos e advérbios que se associarem a ele. Tais classes são, assim, transferidas à função de predicador.

2ª. - É também transpositor, porque transfere substantivos e advérbios a uma função caracteristicamente adjetiva – o predicativo do sujeito. Nesse caso, se o vocábulo associado ao verbo SER for um adjetivo, não há transposição.

Segundo Azeredo (1993:47):

A condição de predicador repousa numa compatibilidade semântica entre os sintagmas – sujeito e predicador – envolvidos na relação predicativa, de modo que, se o predicador é não-verbal, o sintagma que o realiza pode ocupar o lugar de modificador do sintagma que desempenha a função de sujeito.

Parece, portanto, muito mais coerente seguir a primeira interpretação, já que, se retirado o transpositor (*ser*), é fácil a ligação entre sujeito e predicador: O rapaz é sério → O rapaz sério.

3.2.2 A transposição exercida pelos verbos auxiliares

Os verbos *ter* e *haver*, enquanto auxiliares, unem-se ao particípio, uma forma nominal, atribuindo-lhe “status” de verbo.

O particípio é considerado uma forma nominal por sua possibilidade de se colocar em construções de base nominal. É grande sua proximidade com o adjetivo e, graças a isso,

há autores que só consideram o particípio quando precedido por verbos auxiliares. Do contrário, classificam-no como predicativo (cf. Azeredo, 1993).

A presença dos auxiliares *ter* e *haver* faz com que esse particípio possa constituir o núcleo do predicado, ou seja, aproxima-o da função de predicator, que é genuinamente verbal. O verbo auxiliar, nesse caso, age como verbo transpositor, visto que funciona para exprimir categorias de número, pessoa, tempo e modo (exceto no pretérito perfeito), o que não seria possível exprimir através, unicamente, do particípio.

Uma vez transposto, o particípio recebe os mesmos complementos que um verbo receberia, o que confirma sua transposição (“Tenho comprado os cadernos”). Todavia, se o complemento vem representado por um pronome átono, este vem ligado ao verbo transpositor (“Tenho-os comprado”; e não “Tenho comprado-os”).

A auxiliarização verbal é um mecanismo que multiplica novas possibilidades, dando as nuances aspectuais e modais que as formas simples não possuem.

3.3 A transposição redundante

Chama-se transposição redundante aquela que é apenas mais um item de reforço da mudança de uma classe. Isso se dá, sobretudo, em relação aos determinantes, visto que a própria posição do vocábulo ou do sintagma já indica sua função.

(18) Quero ouvir um sim.

Em (18), a palavra “sim” é, originalmente, um advérbio. No entanto, aqui, comporta-se como substantivo por ocupar a posição que representa um objeto direto. O

determinante “um” serve como um transpositor redundante, visto que o artigo é determinante do substantivo, logo, prova que “sim”, nesse contexto, está substantivado.

3.4 As desinências de infinitivo, gerúndio e particípio como transpositores

Quando, a partir de um verbo, formam-se as chamadas formas nominais, há uma transposição de classe. Sendo assim, o verbo pode passar a substantivo, adjetivo ou advérbio.

Essa transposição é bem semelhante àquelas em que a junção de afixos a um radical promove uma mudança de classe. Já foi dado, no início deste capítulo, um exemplo bem característico desse fato: o vocábulo “orgulhosamente” que, num processo de dupla sufixação foi alterando sua classe.

Espera-se que tenha ficado claro, com este capítulo, todo o processo que envolve o mecanismo de transposição a partir dos elementos lingüísticos capazes de exercer a função de transpositores. O item *até*, assim como os conectores em geral, pode exercer a função de elemento transpositor toda vez que transpõe um sintagma (que pode ser, inclusive, uma oração) a uma classe diferente daquela do núcleo deste sintagma.

Acredita-se que o estudo do mecanismo da transposição, sob todos os aspectos, contribui para o entendimento do processo de gramaticalização não só do item *até*, mas também do grupo *até que*, classificado pela GT como locução conjuntiva.

No próximo capítulo, portanto, quando se tratar do processo de gramaticalização, sobretudo no que se refere à escala de abstratização que se propõe para o item *até*, o conceito de transposição será bastante usado, visto que, para este trabalho, transposição e gramaticalização são os principais processos que comandam as funções várias do item *até*.

4 A GRAMATICALIZAÇÃO

Os estudos atuais sobre a língua em uso e, conseqüentemente, em movimento apresentam o conceito de gramaticalização como sendo o processo pelo qual um item lexical passa a gramatical ou como um item já gramatical passa a ainda mais gramatical a depender do contexto em que é usado (cf. Poggio, 2002).

Vários são os teóricos que estudam o processo de gramaticalização. A definição do processo é mais ou menos a mesma em todos os estudos. No entanto, a abordagem que se dá a ele possui algumas diferenças.

Para se iniciar o estudo sobre o processo de gramaticalização, faz-se necessário um breve comentário sobre o Funcionalismo como teoria que estuda a língua em uso, já que a gramaticalização é um processo derivado do uso lingüístico.

4.1 Formalismo versus Funcionalismo, em poucas palavras

No pensamento lingüístico atual, há duas grandes correntes de estudo: o Formalismo e o Funcionalismo. Ambas estudam o mesmo objeto: a língua. Contudo, cada uma delas o estuda a partir de um fenômeno: o Formalismo, por sua constituição formal e o Funcionalismo, por seu uso.

Há quem as veja como teorias antagônicas, no entanto, acredita-se que sejam complementares, uma vez que não há uso lingüístico que não se relacione à constituição interna da língua, e vice-versa.

Um estudo formalista vê a língua como objeto descontextualizado, preocupando-se com as características e as relações internas de seus constituintes. Aproxima-se, portanto,

dos estudos da GT, sustentados por regras que objetivam definir o que é ou não gramatical, independentemente das transformações que o uso lingüístico provoca.

Já os estudos funcionalistas pensam a língua como um objeto mutável pelo uso. O Funcionalismo acredita que, mesmo havendo “leis” para a comunicação, há constantes alterações de sentidos e funções devidas ao contexto, levando-se em conta a comunicação. Os falantes são, portanto, os principais transformadores e criadores das formas da língua nas situações de interação verbal (cf. Barreto, 1999).

Dessa forma, conclui-se que o contexto sócio-comunicativo é definidor ao se analisar a evolução funcional da língua. Por isso mesmo, neste trabalho, opta-se por adotar a proposta do Funcionalismo, que vê a língua como um fenômeno social e não a do Formalismo, que a vê como fenômeno mental, caracterizando-a como sistema autônomo.

É evidente que não se pretende negar que a capacidade de aprender uma língua seja intrínseca ao homem, porém não se pode deixar de lado a idéia de que esse mesmo homem precisa estar em contato com o desenvolvimento das necessidades comunicativas, até porque, do contrário, de nada adiantará ter “aprendido” regras e sistematizações.

Naro e Votre (1992:288, *apud* Barreto, 1999:54) afirmam que:

Tanto o funcionalista quanto o gerativista observam aspectos reais do comportamento humano; enquanto o funcionalista estuda o comportamento lingüístico observado, o gerativista estuda outro tipo de comportamento: o de refletir e raciocinar sobre a língua.

Devido à preocupação com a constituição interna da língua, aliada a questões comunicativas, surgiu a teoria da gramaticalização, já que a evolução de um item lexical para item gramatical é fruto de interação verbal. A gramaticalização está, portanto, muito ligada ao uso lingüístico.

Assim, é evidente que a gramaticalização faz parte de um estudo Funcionalista da língua. No entanto, não se deve esquecer que, para operar mudanças, ainda que involuntariamente, o falante precisa ter conhecimento de algumas regras internas da língua. Esse conhecimento universal é que permite que sejam feitas as modificações possíveis.

Dessa forma, mesmo sendo produto de pesquisas da chamada Gramática Funcional, a teoria da gramaticalização se serve tanto dos pressupostos funcionalistas quanto dos formalistas, com destaque evidente para os primeiros por se situar no âmbito do uso lingüístico.

Um outro aspecto importante nos estudos funcionalistas é a polissemia do termo *função*. Quando se pensa em função, é provável que o conceito de dependência venha à tona. É de conhecimento geral que a GT tem utilizado o termo função para caracterizar dependência de um termo em relação a outro, explicando, assim, a ligação estabelecida, também, entre os termos função e relação.

Para os Funcionalistas, o termo função está diretamente relacionado ao sentido de *propósito*, ou seja, é função de uma palavra o propósito ela que tem de aparecer em um determinado contexto de comunicação.

Com base nessa perspectiva, surgem as chamadas funções da linguagem que, tanto na conceituação de Halliday (1973), quanto na de Jakobson (1989), envolvem os elementos relacionados ao ato comunicativo. Nesse sentido, é função tudo o que envolve comunicação, não se podendo mais analisar a linguagem descontextualizada. Sendo em relação ao produtor do discurso, ao interlocutor, à mensagem transmitida, ou mesmo à forma como ela é transmitida, usa-se o termo função, especificando-se, é claro, um tipo de função para cada elemento da comunicação.

Tendo em vista todas essas questões, o conceito de função que se adota neste estudo é o que relaciona um termo e o seu uso, ou seja, o que trabalha com a idéia de que cada termo no discurso tem papel não só sintático como significativo. Isso deixa claro que o uso pode alterar a função de um termo, princípio básico para que se chegue ao conceito de gramaticalização.

4.2 Principais teorias em gramaticalização

Os estudos sobre gramaticalização iniciam-se na China, no século X e se tornam mais significativos no século XVIII na França, com Condillac e Rousseau, e na Inglaterra, com Tooke. Posteriormente, vieram os estudos alemães, com Bopp e Humboldt, dentre outros e os estudos americanos, com Whitney, todos do século XIX (cf. Neves, 2004).

No entanto, foi através do trabalho de Meillet, no século XX, que a gramaticalização ganhou sua primeira definição: “*atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma*” (cf. Neves, 2004: 113).

Essa passagem de léxico para gramática se dá, sempre, através de um *continuum*, ou seja, não é repentinamente que ocorre a transformação, mas, sim, através dos usos em diferentes contextos e durante um período significativo de tempo. Assim, é evidente que se encontrará sempre uma fase de ambigüidade no processo, visto que há palavras ou expressões que, durante uma época, podem funcionar tanto como autônomas (lexicais), quanto como gramaticais, até que a segunda ocorrência sobreponha-se à primeira.

Antes de Meillet (1948), também Wilhelm von Humboldt (*apud* Hopper e Traugott, 1993, 24-25) foi um inovador nesse ramo. Em 1822, publicou “Sobre a gênese das formas gramaticais e a influência dessas formas na evolução das idéias”, trabalho em que sugere

que a estrutura gramatical das línguas humanas foi precedida por um estágio evolucionário da língua em que só as idéias concretas poderiam ser expressas.

Logo, durante algum tempo, não houve o que se chama de “palavras gramaticais”, comprovando a teoria funcionalista de que a gramática não é pronta, mas sim formada a partir dos usos. Estes, sim, são capazes de fazer emergir gramática.

Após Meillet (1948), nada de muito importante foi alterado na teoria. Todavia, na década de 70, Givón (1971, *apud* Neves, 2004) inicia um processo, cujo slogan é “*A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem*”, isto é, o que hoje é, por exemplo, um afixo ou uma desinência, já foi item de encadeamento sintático no passado.

Mais adiante, tendo em vista o maior estudo sobre processos discursivos, Givón (1971, *apud* Neves, 2004), influenciado pelas crescentes pesquisas em pragmática, acrescenta que “*A sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem*”, do qual se sugere um *continuum* de gramaticalização.

Segundo Hopper (1991), que rejeita a noção de gramática estável através do conceito de “gramática emergente”¹², é gramaticalização qualquer transformação que ocorra em qualquer uma das etapas deste *continuum*. O processo que passa por todas as fases do *continuum* é apenas um caso prototípico, mas não indispensável.

Entretanto, não se deve esquecer que a gramaticalização é um processo unidirecional, ou seja, ainda que não se passe por todas as etapas do *continuum*, é importante que só se entenda como gramaticalização um fenômeno que ocorra na direção léxico → gramática, nunca ao contrário.

¹² Na gramática emergente, segundo Hopper (1991), a estrutura origina-se do discurso e é moldada por ele; para o autor, não há gramática, há gramaticalização, isto é, cristalização das formas discursivas mais produtivas.

Alguns estudos sobre a passagem de palavra gramatical à palavra autônoma no discurso vêm sendo chamados de lexicalização. No entanto, essa não é uma contraposição à gramaticalização, mas sim um processo distinto.

Há, ainda, estudos sobre o fenômeno da *discursivização* que seria um “*processo em que os elementos perdem função lexical e gramatical para ficar a serviço da organização da linha de raciocínio da fala*” (cf. Martelotta, 1996: 261-262). Estes elementos passam a funcionar como *marcadores discursivos* que podem marcar uma retomada de raciocínio, uma pausa para reflexão sobre o que se vai dizer, enfim, são reorganizadores do discurso e preenchedores de pausa.

Segundo Martelotta (1996:277), considera-se discursivização

...o processo de mudança que leva determinados elementos lingüísticos a serem usados para reorganizar o discurso, quando suas restrições de linearidade se perdem em função da improvisação típica da fala, ou para preencher o vazio comunicativo causado por essa perda.

A discursivização, muitas vezes, acontece com palavras ou expressões que já sofreram o processo de gramaticalização, como é o caso de *assim*, conforme Martelotta (1996: 261-276). Não são processos excludentes, portanto. Possivelmente, quando o processo de gramaticalização tende a formar palavras que servem ao discurso, como os operadores argumentativos, por exemplo, a discursivização acaba acontecendo como consequência. Mais adiante, prova-se que este raciocínio se aplica ao fenômeno que se está estudando, ou seja, à gramaticalização do item *até*.

A definição clássica e mais aceita de gramaticalização é a de Hopper e Traugott (1993), *apud* Neves (2004): “*Gramaticalização é o processo pelo qual itens e construções*

lexicais passam, em determinados contextos lingüísticos, a servir a funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”.

Novamente, a partir desse conceito, deve-se observar que a gramaticalização é parte de um estudo funcionalista sobre a linguagem, já que se trabalha em relação a “contextos lingüísticos” e se trata o fenômeno como um “processo”, ou seja, não é algo pronto, definido, mas sim mutável constantemente em decorrência do uso.

A relação entre gramaticalização e gramática é outro ponto que merece atenção. Segundo Poggio (2002), a gramaticalização é vista como um processo de criação da gramática através da necessidade discursiva. Dessa forma, percebe-se que a gramaticalização é um processo de enriquecimento da gramática que, não estando pronta, recebe constantemente novos itens derivados de mecanismos funcionais, o que vai ao encontro da *gramática emergente* de Hopper (1991).

Poggio (2002:61) ressalta que J Bybee & W. Pagliuca (1994) assinalam que, do sentido lexical, desenvolve-se o gramatical, “*através de um processo de generalização ou enfraquecimento semântico e um dos mecanismos usados é a extensão metafórica*”.

A metáfora parece ser, portanto, um dos mecanismos para que uma palavra ou uma construção deixe de ser autônoma e passe a gramatical. No fenômeno estudado neste trabalho, a metáfora é um dos principais componentes, uma vez que a transferência de limite espacial para limite textual, promovida pela gramaticalização do item *até*, é devida a um enfraquecimento semântico do item original, com manutenção de algumas características, como se verá ainda neste capítulo, em 4.4.1.

De acordo com Castilho (1997), há um ritmo unidirecional nos processos de metáfora. Percebe-se um movimento que vai do sentido básico, mais concreto, discursivamente motivado, para sentidos derivados, mais abstratos, estruturalmente

motivados. Na verdade, é importante observar que o processo de gramaticalização é caracterizado, simultaneamente, por perdas e ganhos semânticos, já que, ao mesmo tempo em que perde características funcionais e de significação da forma original, a forma gramaticalizada toma contornos próprios, adquirindo novas funções e novos sentidos.

A partir desse estudo sobre a metáfora na gramaticalização, surgem inúmeras pesquisas. Uma delas é a que resultou na teoria localista (G Lakoff & M Johnson, 1980 e Heine, 1991), segundo a qual a formação de novas estruturas lingüísticas parte de conceitos espaciais, ampliando-se para conceitos temporais e para outros ainda mais abstratos.

O objeto desta pesquisa, o item *até*, é exemplo característico dessa teoria, pois originalmente tem significação de limite espacial, passa pela significação de limite temporal e pela de limite argumentativo, ou seja, textual, até chegar a uma perda total da noção de limite, quando se caracteriza como sendo um marcador discursivo.

No item dedicado à escala de abstratização do *até*, bem como no capítulo 5, dão-se exemplos que comprovam a inserção do fenômeno estudado na visão localista aqui exposta.

Quanto à questão controversa de ser a gramaticalização um processo sincrônico ou diacrônico, adota-se a posição de Poggio (2002:62), segundo a qual:

Atualmente, a gramaticalização pode ser encarada como um processo pancrônico que apresenta uma perspectiva diacrônica, porque envolve mudança, e uma perspectiva sincrônica, porque implica variação, podendo ser descrita como um processo sem referência ao tempo.

Assim, não é objetivo deste trabalho tratar das transformações históricas do item *até*, ainda que esse estudo renda bons frutos. Para efeitos de gramaticalização, analisa-se o

até em uma perspectiva sincrônica, a partir da coexistência atual de pelo menos quatro diferentes usos.

4.3 Princípios de gramaticalização

O nome “princípios de gramaticalização” foi usado em diversos estudos para designar as características que os itens ou construções têm no processo de gramaticalização. Diversos foram os autores que se propuseram a traçar estes princípios. Para este estudo, observam-se as propostas de Lehmann (1982), Hopper (1991) e Heine (2003).

Segundo Lehmann (1982, *apud* Poggio, 2002), os itens que passam por gramaticalização obedeceriam aos seguintes princípios:

- a) Paradigmatização: construções sintáticas se integram como formas perifrásticas em paradigmas morfológicos, o que conduz a paradigmas progressivamente pequenos e homogêneos.
- b) Obrigatoriedade: a escolha dos membros do paradigma sujeita-se a regras gramaticais. Assim, a representação desse paradigma torna-se cada vez mais obrigatória na língua.
- c) Condensação: quanto mais um signo se gramaticaliza, menos complexos se tornam os constituintes com os quais ele pode se combinar.
- d) Coalescência: junção de partes que vai da justaposição para uma alternância simbólica.
- e) Fixação: o signo gramaticalizado tende a ocupar uma posição mais fixa na sentença, primeiro na sintaxe, depois na morfologia, se tornando um preenchedor de espaços gramaticais.

Outro pesquisador que traçou princípios para a gramaticalização foi Hopper (1991).

Para ele, há cinco princípios que caracterizam um processo de gramaticalização:

- a) Estratificação (*layering*): quando uma forma se gramaticaliza, passa a coexistir com outras formas similares, mais antigas. Estas últimas não são necessariamente descartadas, podendo, inclusive, interagir com as formas novas. Segundo Castilho (1997: 51), *“é assim que a gramaticalização dá surgimento à variação lingüística, considerada por alguns autores o gatilho que dispara a mudança diacrônica”*.
- b) Divergência: uma forma fonte original, mais lexical, que dá origem a uma nova forma, mais gramatical, pode também permanecer na sua forma original. Em algum momento posterior, as duas formas, a original e a nova, podem vir a sofrer as mudanças que integram suas classes. Quando a forma lexical se gramaticaliza, para um clítico ou um afixo, por exemplo, a forma lexical original pode permanecer como um elemento autônomo e passa pelas mesmas mudanças pelas quais os itens lexicais comuns passam.
- c) Especialização: muito semelhante ao princípio de obrigatoriedade de Lehmann (1982), esse princípio prega que, em um domínio funcional, em um estágio, uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas pode ser possível. Ao ocorrer a gramaticalização, essa variedade de escolhas formais diminui e o número menor de formas selecionadas assume significados gramaticais mais gerais. Há, portanto, a possibilidade de que um item passe a ser obrigatório em um contexto.
- d) Persistência: quando uma forma sofre gramaticalização de uma função lexical para uma gramatical, tanto quanto seja gramaticalmente viável, alguns traços do

significado lexical original tendem a aderir a forma nova, e detalhes de sua história lexical podem refletir-se na distribuição gramatical.

- e) Descategorização: formas em processo de gramaticalização tendem a perder ou neutralizar as marcas morfológicas e as propriedades sintáticas das categorias plenas, nome e verbo, e a assumir atributos característicos das categorias secundárias, como o advérbio e a preposição.

B. Heine (2003) chama de mecanismos inter-relacionados estas características que envolvem o processo de gramaticalização. Para ele, são quatro:

- a) Dessemantização: formas lexicais, em contextos específicos, perdem significados lexicais para adquirir significados mais gramaticais. O surgimento de novos usos não exclui imediatamente os antigos empregos.
- b) Extensão (ou generalização de contextos): um item lingüístico pode ser empregado em novos contextos, anteriormente impossíveis.
- c) Decategorização: a forma adquire novo significado gramatical, tornando as divergências crescentes entre seus usos originais e seus empregos gramaticalizados.
- d) Erosão (ou redução fonética): os termos gramaticalizados tentem a perder fonemas de suas formas originais.

Ainda segundo Heine (2003), há três estágios de gramaticalização:

- I. um item lingüístico A é recrutado para a gramaticalização;
- II. adquire uma segunda forma B causando ambigüidade entre A e B;
- III. finalmente A se perde e agora há somente B.¹³

¹³ Vários estudos atuais demonstram que este terceiro estágio de Heine (2003) não necessariamente precisa acontecer, podendo as formas A e B coexistir na língua.

Mesmo considerando que nenhuma dessas teorias esteja acabada, opta-se pelas de Hopper (1991) e de Heine (2003) neste trabalho, visto que se considera que são as que mais atendem ao fenômeno estudado. Acredita-se que isso aconteça pelo fato de se estar fazendo um estudo sincrônico do item *até*. Assim, analisa-se a co-ocorrência de diferentes usos de *até* sem que um ou outro tenha perdido sua força ou ocorrência na língua.

É de grande valia notar que, mesmo que cada autor trace seu conjunto de princípios, há casos de gramaticalização que não podem ser encaixados em todos os princípios propostos. Logo, ainda que não se encaixe em um ou outro princípio proposto por algum dos autores antes mencionados, opta-se por considerar o caso do item *até* como de gramaticalização pelas inúmeras evidências de que este item segue uma escala de abstratização bastante clara, obedecendo a trajetória ESPAÇO > TEMPO > TEXTO proposta por Heine *et alli* (1991), segundo a qual o item que passa pelo processo de gramaticalização “*obedece a uma transferência do universo referencial para o discurso, e vai do sentido mais concreto para o menos concreto*” (cf. Baião e Arruda, 1996:251).

4.4 A gramaticalização do item *até*

Talvez o conceito mais clássico de gramaticalização (“*processo pelo qual itens e construções lexicais passam, em determinados contextos lingüísticos, a servir a funções gramaticais*”) possa parecer contraditório em relação ao fenômeno que se está analisando neste trabalho, tendo em vista que o item *até* passa, em determinados contextos lingüísticos, a servir a funções muito mais discursivas do que gramaticais. Entretanto, na definição de Lichtenberk (1991), o fenômeno da gramaticalização “*abriga não apenas a evolução de um*

morfema lexical para um morfema gramatical, como também a aquisição de novas propriedades por um elemento já gramatical”. Dessa forma, as transformações pelas quais passa o item *até* na Língua Portuguesa atual parecem ser a continuação de um processo de gramaticalização mais antigo, desde o latim.

A questão diacrônica da gramaticalização do item *até* não é consensual. Há autores, como Silva Neto (1958), que afirmam que o *até* teria vindo de *ad tenus*, enquanto outros, como Steiger (1932), atribuem sua origem ao árabe *hatta*, inclusive pela aproximação com o espanhol *hasta* (= até). Segundo Viaro (2004), a forma mais antiga é, sem dúvida, *ata*, que pode, também, ser associada à forma espanhola.

Como, neste trabalho, deseja-se comprovar a coexistência de diferentes usos do item *até* no Português atual, questões diacrônicas não terão maior destaque. Entretanto, não se nega a possibilidade de estudos posteriores com ênfase na história de transformação do item.

Neste momento, procura-se demonstrar, por meio de exemplos, que o item *até* se encaixa nas teorias que definem o mecanismo de gramaticalização, a fim de comprovar que a passagem de +concreto a +abstrato que o item sofre, sincronicamente, na Língua Portuguesa, é, de fato, um caso de gramaticalização de um elemento lingüístico.

No capítulo 5, haverá uma explicação mais minuciosa a respeito dos exemplos recolhidos nos *corpora* destinados à pesquisa, de modo que, por agora, deseja-se, apenas, comprovar a inserção do item *até* nos estudos sobre gramaticalização.

4.4.1 O item *até* em uma escala de abstratização

Após uma busca atenta pelas definições e classificações que recebe o item *até* nos dicionários de Língua Portuguesa, destacam-se as seguintes acepções:

Até [do ar. hatta] prep. 1. indica um limite de tempo, no espaço ou nas ações.
adv. 2. ainda, também, mesmo
(Ferreira, 1999)

Até prep. 1. expressa um limite posterior de tempo.
2. expressa um limite espacial, o término de uma distância ou superfície.
adv. 3. também, inclusive, mesmo, ainda
4. no máximo
(Houaiss, 2001)

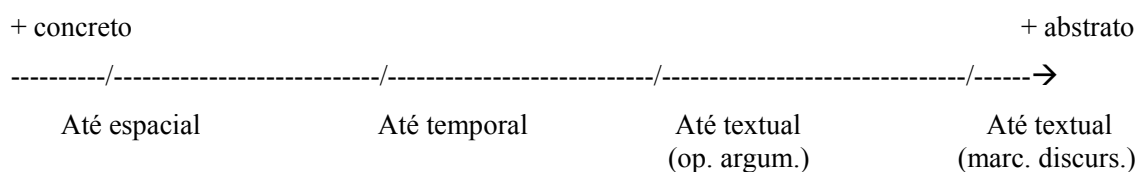
Parece claro que a idéia de limite veiculada pelo item *até* perpassa todas as definições encontradas em ambos os dicionários. Ainda que este limite passe do concreto (espaço e tempo) ao abstrato (texto), a idéia é mantida, como se pode comprovar pela acepção número 4 do dicionário Houaiss (2001).

É importante frisar, também, que ambos os dicionários mostram que, ao mudar a significação, o item pode mudar sua classe gramatical e, conseqüentemente, suas propriedades funcionais, como, por exemplo, a mobilidade na sentença. Tanto Ferreira (1999) quanto Houaiss (2001), afirmam que o item *até* aparece primeiramente como sendo uma preposição e, posteriormente, quando utilizado em outros contextos, o mesmo item passa a ser classificado como um advérbio. Isso acontece porque, funcionalmente, um item pode mudar suas propriedades sintáticas devido a uma aplicação diferenciada no uso.

Essas definições de *até* são as mais recorrentes e dicionarizadas. No entanto, de acordo com a pesquisa efetuada, as significações do item *até* não param por aqui. Há um estágio ainda mais abstrato em que se percebe que ele funciona como um marcador

discursivo, facilmente retirável do co-texto sem perda gramatical, e de significação praticamente vazia no contexto.

Com os exemplos que se mostram a seguir, pretendemos confirmar a proposta da seguinte escala de abstratização:



Nesta escala, optou-se por classificar o item de acordo com sua significação somada à sua aplicação no discurso. Sendo assim, as duas primeiras ocorrências são chamadas de “até espacial” e “até temporal”, pois o item funciona, nestes casos, como limitador de espaço e de tempo, respectivamente. Nos outros dois casos, o *até* existe em função do texto, por isso chamam-se essas ocorrências de “até textual”. Foi necessário, também, fazer uma diferenciação entre “até textual” operador argumentativo e marcador discursivo (noções que serão definidas detalhadamente mais adiante, quando se analisarem exemplos que se encaixam nesses dois últimos pontos da escala), devido à maior ou menor funcionalidade na argumentação.

Parte-se, agora, para a análise de alguns exemplos dos *corpora*, a fim de comprovar a existência da escala de abstratização antes proposta. Para tal, separam-se os exemplos em grupos, de acordo com a funcionalidade exercida por cada um dos casos.

Grupo I: Até espacial

(19): “Ele me pediu licença e disse vou **ATÉ** o portão e rápido... mais aí esse rápido estava ficando demorado... aí eu resolvi verificar e fui ao chegar lá o que vejo ele nos braços da outra aos beijos quando eu vi...”
(D&G, informante de CA supletivo)

Em (19), o item *até* é utilizado como uma preposição, de acordo com a classificação da GT, pois relaciona dois termos, subordinando-os (o verbo ir e o lugar – portão – limite até onde se vai). Esse uso é um dos mais comuns encontrados nesta pesquisa. A preposição encabeça um sintagma preposicional (“até o portão”) que funciona como adjunto adverbial de lugar, modificador direto do verbo.

(20): “... um monte de malandro aí do morro... aqui no morro de Parada de Lucas... foi e assaltou ela... levaram ela... bateram nela... levaram todo o dinheiro que ela tinha... depois... fizeram ela descer do ônibus... vir a pé **ATÉ** em casa... tomaram o sapato dela...”
(D&G, informante de CA supletivo)

Em (20), o uso de *até* é bastante parecido com o do primeiro exemplo. No entanto, há um caso particular, aqui: o uso de uma outra preposição (*em*), indicativa de lugar, logo após à também preposição *até*. Apesar dessa diferença, o item, neste exemplo, também veicula idéia espacial, indicando limite até onde se vai em um espaço. Observe-se, ainda, que o verbo que está sendo modificado pelo sintagma preposicional em função de adjunto adverbial (“até em casa”) também possui idéia de movimento: o verbo vir. A maior ocorrência de casos como estes ocorre com verbos de movimento como ir, vir, andar etc.

(21): “...a aluna subiu as escadas e foi para sala de aula, depois o diretor foi **ATÉ** ela e a agarrou com força, ela o arranhou...”
(D&G, informante de segundo grau)

Em (21), a mesma idéia de limite espacial é mantida, no entanto, neste caso, o limite não é mais um objeto como um portão ou uma casa, mas sim uma pessoa (ela). É um caso diferente, pois a preposição *até* une-se a um pronome pessoal para indicar limite.

Baseando-nos nesses exemplos, bem como nos outros encontrados na pesquisa, observa-se que o uso espacial do *até* é o mais concreto de todos. Indica uma limitação concreta no espaço, na maioria das vezes, relacionada a verbos de movimento, ou seja, o *até* inicia os sintagmas que indicam onde o movimento representado pelo verbo parou.

Ao iniciar tais sintagmas, o item *até* pode vir ou não seguido de uma outra preposição, como é o caso do segundo exemplo desse grupo. Os dicionários pesquisados (Ferreira, 1999; Houaiss, 2001) indicam que é correto associar *até* a outra preposição ou não. É possível que isso ocorra, também, para evitar a ambigüidade, em alguns casos.

Nos exemplos deste grupo, observa-se que *até* funciona como uma preposição, subordinando o termo que a ela se liga ao verbo anterior (“vou até o portão”; “vir até em casa”; “foi até ela”).

Grupo II: Até temporal

(22): “...faço instalação lá... a... a que eu gosta/ **ATÉ** hoje a que eu aprendi... sei fazer melhor... é a instalação de... de três pontos de luz com um interruptor de duas seções... faz várias emendas... né?”
(D&G, informante de segundo grau)

Em (22), a própria presença de um adjunto adverbial de tempo (“hoje”) evidencia o caráter temporal da sentença. O item *até* vem indicar um limite em relação a esse tempo. Na verdade, a expressão “até hoje”, é bastante usual em contextos em que se quer dizer que, desde algum tempo até o presente momento, ocorre (ou deixa de ocorrer) alguma ação. Da mesma forma que, no exemplo (22), o informante diz que o que ele aprendeu *até hoje*

foi “a instalação de três pontos de luz com um interruptor de duas seções”; ele poderia ter dito que *até hoje* não aprendeu outra instalação que não essa. O uso de *até hoje*, em geral, mostra algo permanente que se vem tentando realizar e ainda não se conseguiu (“até hoje espero pelo seu telefonema”, “até hoje não aprendi a dançar tango”, “até hoje não esqueci aquela noite”...).

(23): “... depois lava... aí põe o óleo na frigideira... deixa ficar lá... um tempo... e depois põe a batata frita lá dentro... e espera... **ATÉ** ela ficar boa...” (D&G, informante de segundo grau)

O exemplo (23) representa um tipo de texto em que é muito comum o uso do item *até* com idéia de limite temporal: a receita. Geralmente, no “modo de preparo” das receitas é muito fácil encontrar idéias de limite, ou seja, até quando se deve realizar um procedimento e o momento de passar para outro. A principal diferença deste uso é que o *até* encabeça uma oração reduzida de infinitivo (“até ela ficar boa”), mostrando que a preposição pode funcionar como conector oracional.

(24): “Logo após a batida começou a juntar um monte de motoristas de táxi querendo intimidar o Alexandre, **ATÉ** que chegou um carro da polícia” (D&G, informante de terceiro grau)

Em (24), a preposição *até* não aparece sozinha, mas sim como parte do que a GT chama de locução conjuntiva. O grupo *até que* (preposição *até* + conjunção *que*) funciona como conector oracional e introdutor de uma oração subordinada adverbial temporal. A oração, aqui, diferentemente de (23), é desenvolvida (“até que chegou um carro da polícia”). Como se poderá comprovar mais adiante (cf. capítulo 5), o item *até*, em casos como este, realiza importante papel de transpositor oracional.

É evidente que, nos três exemplos deste grupo, o *até* tem a função de marcar um limite no tempo, menos concreto que o limite espacial, mas bastante claro ainda.

Ao desempenhar esta função, o item *até* pode se unir a um advérbio de tempo (como hoje, no exemplo 22), a uma oração reduzida (como no exemplo 23), ou mesmo formar uma “locução conjuntiva” com a conjunção *que* (como no exemplo 24). De toda forma, o *até* vai indicar um limite máximo no tempo, funcionando como uma preposição, um item relacional, assim como no grupo I.

Como preposição, o *até* assume as características próprias desta classe. Ao observar a definição de preposição a seguir, fica claro que é próprio da classe das preposições o comportamento exercido pelo *até* dos grupos I e II:

... palavra invariável, cujo papel é o de ligar um constituinte da frase a outro constituinte ou à frase toda, indicando, eventualmente, uma relação espaço-temporal. Essa relação é denominada regência: as preposições traduzem, pois, relações gramaticais e espaço-temporais. (Dubois *et alli*, 2004:483)

Assim sendo, nota-se que, ao assumir noções espaço-temporais, o item *até* representa um caso prototípico do que se chama tradicionalmente de preposição.

Antes de se iniciar a análise dos exemplos dos grupos III e IV, cabe uma explanação acerca das noções de operador argumentativo e marcador discursivo.

Segundo Martelotta (1996: 194), “operadores argumentativos são elementos que, além de desempenhar funções de caráter basicamente gramatical, dão uma orientação argumentativa ao discurso”. De acordo com Anscombre & Ducrot (1976), alguns dos principais autores da Semântica Argumentativa, os operadores argumentativos são elementos gramaticais que têm como função indicar a força argumentativa dos enunciados e a direção que devem tomar, bem como encadeá-los, formando textos. Sendo assim, eles

constituem uma relação direta entre a língua e o discurso, uma vez que são elementos gramaticais que funcionam como orientadores discursivos.

Há uma infinidade de classes que podem funcionar em determinado contexto como um operador argumentativo, dentre as quais se destacam as preposições. Em diversos contextos em que elas seriam classificadas como *palavras denotativas* pela gramática tradicional, os estudos mais recentes mostram que, na verdade, seu verdadeiro comportamento é o de operar uma *orientação argumentativa no discurso*, como Martellota (1996: 194) bem define.

A maioria dos exemplos recolhidos a partir dos *corpora* da dissertação em questão representa este uso. Dentre eles, os mais frequentes são os casos em que a preposição *até* passa a funcionar como o que Koch (2003: 31) classifica como “*operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala de orientação no sentido de determinada conclusão*”. A autora exemplifica este grupo com *até, inclusive, mesmo e até mesmo*.

Segundo Martelotta (1996: 195), tanto operadores argumentativos quanto marcadores discursivos operam no nível do discurso. Para ele, qualquer elemento de função textual cumpre sempre uma função orientadora da interação. O que os diferencia é que os marcadores discursivos “*estão mais ligados ao processo da discursivização, uma vez que assumem funções mais voltadas para a orientação da interação*”.

Pretende-se, aqui, traçar uma escala de usos do *até* em direção a uma sempre maior abstratização. A escolha desta nomenclatura se deu pela grande proximidade com o discurso que tem o item *até*. Já que os marcadores discursivos resultam de uma trajetória de discursivização, nada melhor do que convencionar que o último grupo do processo contenha itens caracterizados como tal, visto que, desde o princípio, propôs-se traçar uma trajetória a partir da metáfora ESPAÇO > TEMPO > TEXTO.

Grupo III: Até textual – Operador argumentativo

Nos exemplos deste grupo, inserem-se todas as ocorrências de *até* como estratégia argumentativa, isto é, aquelas que chamam a atenção do interlocutor para as intenções comunicativas do produtor do discurso.

É claro que, dentro da função de operador argumentativo, pode-se encontrar ainda subdivisões do item. No capítulo 5, quando se fará uma análise de casos, estas subdivisões serão melhor explicitadas. Por agora, deseja-se exemplificar um dos papéis argumentativos do item *até*:

(25): “...porque o cara não define um plano... econômico pro país... depois... isso é muito ruim... porque se tivesse um plano já definido... **ATÉ** investimentos estrangeiros podiam vir pro:.... pro Brasil... né? (...) as pessoas preferem investir **ATÉ** na África... pô... no/ na Ásia do que investir no Brasil...”
(D&G, informante de terceiro grau)

Em (25), a idéia que se quer transmitir é de que *mesmo* investimentos estrangeiros, que não vêm de forma fácil, poderiam chegar ao Brasil, caso tivéssemos um plano econômico. Assim, o Brasil seria bastante beneficiado ao criar um plano econômico, tanto que *até* investimentos estrangeiros apareceriam.

Ainda no mesmo exemplo, mostra-se que *mesmo* um continente como a África, cuja “imagem” é inferior à do Brasil em diversos aspectos, acaba recebendo mais investimentos estrangeiros que o Brasil. Através dessa contra-expectativa, o informante defende sua idéia de que a criação de um plano econômico seria realmente vantajosa para o Brasil, tendo em vista que utiliza idéias limites em sua argumentação.

(26): “...você fala com um... você vê um político falando numa hora de um jeito... aí daqui a pouco ele... junta com outro de outro partido... tudo bem que possa **ATÉ** mudar de opinião... mas muda... e não ajuda... sabe?”
(D&G, informante de terceiro grau)

O exemplo (26) segue a linha de mostrar um argumento máximo em uma escala em direção a uma conclusão, ou seja, um político pode mudar bastante, mudar seu discurso, mudar de partido, mudar *até* de opinião, mas no final nada dá certo. Nesse caso, a argumentação promove uma concessão, até mesmo pela presença da expressão “tudo bem” antes do argumento. O informante *inclusive* admite que um político possa mudar de opinião, mas, de qualquer forma, ainda assim, será o mesmo político que o decepciona.

Em relação à mobilidade na sentença, deve-se observar que ela é possível; porém, às vezes, pode implicar uma alteração, ainda que pequena, no sentido. O falante poderia dizer “tudo bem que possa até mudar de opinião” ou “tudo bem que até possa mudar de opinião”, ou ainda “tudo bem que possa mudar até de opinião”. Das três formas estaria escalando sua argumentação, mas com uma sutil diferença significativa: em um caso, o político pode fazer várias coisas, dentre as quais *até* mudar de opinião; no segundo caso, o político pode muitas coisas, *inclusive* mudar de opinião; no terceiro caso, o político pode mudar sob vários aspectos, *mesmo* em relação à sua opinião.

Mesmo sendo sutis e, por vezes, parecendo escolhas aleatórias do falante (ainda que se saiba que nenhuma escolha é totalmente aleatória, no que se refere à produção do discurso), não se pode deixar de notar que tais diferenças de sentido podem, em determinados casos, acarretar alteração no argumento que se quer defender.

(27): “...sabe? pra você ter um segundo grau... você vê por aí que quase não tem vagas... eles não estão dando prioridade... o ensino está horrível... pela greve que estão/ e... e... pela greve que eles fazem... né? e:: **ATÉ** mesmo pra você entrar numa faculdade hoje em dia tá? você tem que disputar com muita gente são... são pouquíssimas faculdades pra muita gente que quer fazer...”

(D&G, informante do segundo grau)

A tese que se pretende defender no exemplo (27) é a questão da precariedade do ensino. Como argumentos, o falante vai citando uma série de exemplos como a greve, o descaso governamental, etc. Além desses todos, ele cita que *até* para entrar em uma faculdade atualmente há problemas.

Portanto, para ele, não deveria haver problemas para ingressar no nível superior e, diante de tantos outros empecilhos para o bom ensino, este parece ser o mais absurdo, tanto que ele usa o grupo “até mesmo” iniciando-o. Dessa forma, o fato de que a disputa pelo ensino superior tem sido violenta, na opinião do informante, é um exemplo máximo da caracterização de que há problemas com o ensino.

O uso de *até* como operador argumentativo é diretamente proveniente de um processo metafórico ESPAÇO > TEMPO > TEXTO, previsto por Heine *et alli* (1991), em que o item argumentativo, de modo análogo, ainda mantém propriedades dos itens espacial e temporal.

Ao se dizer que o “*até* operador argumentativo” é o que a GT chama de advérbio, está-se partindo das definições de advérbio que o consideram uma palavra de natureza invariável. Por outro lado, há gramáticas que o incluem em uma categoria à parte: a das chamadas palavras denotativas, que já foram abordadas no presente trabalho.

Parece que tal classificação é muito mais textual, discursiva, que propriamente gramatical. Portanto, acabam figurando na lista das palavras denotativas, aqueles itens que a GT não pode classificar dentro de seus termos e que têm uma função argumentativa no

texto. É provável que se encontre, pois, a palavra *até* na lista (infinita, é bom lembrar) de palavras denotativas de inclusão, justamente pelo fato de esta poder ser substituída por *inclusive*, em alguns contextos.

Rocha Lima (2002:177), sem mencionar a nomenclatura “operador argumentativo”, já indica a função textual desse tipo de palavra. Para ele, são palavras denotativas as que, “*antes modificam a frase em sua totalidade do que o verbo em particular, manifestando-se, através delas, uma apreciação da pessoa que fala*”.

Assim, conclui-se que o grupo III abarca os usos do item *até* presentes em textos argumentativos, nos quais se pretende defender uma posição. A hipótese que se defende aqui é a de que o aparecimento desse item se justifica em textos como esse, justamente pela idéia de limite que ainda carrega do “*até espacial*”.

Ao indicar um limite na argumentação, o item *até* acaba iniciando o argumento considerado mais forte pelo falante. É como uma “cartada final” na linha da argumentação. O falante vai citando seus argumentos que justificam sua tese até que apresenta o último deles, o mais forte e relevante para que se chegue à sua conclusão.

É claro que essa evidência pode ser mais ou menos clara. Acredita-se que essa clareza depende muito da forma como se fala, ou seja, da prosódia, ainda que não se tenha testado essa hipótese, já que não foram ouvidos os inquéritos dos *corpora* recolhidos. Ao falar esse *até* mais “fortemente”, o falante indica, de forma ainda mais evidente, que pretende dar seu argumento mais forte da escala que leva à conclusão por ele proposta.

É importante citar, ainda, que esse uso de *até*, na maioria dos casos, pode ser trocado por *inclusive*, *mesmo* ou *até mesmo* (como já foi explicitado no exemplo 9), o que leva a crer que os quatro casos pertencem ao mesmo grupo argumentativo.

Justamente por se tratar de um caso de gramaticalização, ao passar pelo *continuum*, a transferência de um valor de *até* para outro não se dá de maneira imediata. Há, entre as fases, estágios de ambigüidade entre os usos, que justificam que o estudo em questão seja chamado de gramaticalização.

Os dois próximos exemplos ilustram um caso de ambigüidade entre os grupos III e IV:

(28): “eh... uma certa vez eu... estava saindo do... do banheiro... enrolado na toalha... estava **ATÉ** meio molhado ainda... né? aí... tranquei a porta do quarto da... da minha mãe...”
(D&G, informante de segundo grau)

Em (28), mesmo que seja possível substituir o *até* por *inclusive*, que é uma das principais características dos exemplos do grupo III, parece claro que o item *até* serve muito mais como um reforço na fala do informante do que propriamente como um indicador de limite de argumentação. Dessa forma, dizer “estava *até* meio molhada” e “estava meio molhada” não chega a significar uma diferença no processo de argumentação.

Há, é claro, uma interpretação que faz com que seja possível classificar esse *até* como operador argumentativo: o emissor estava mesmo acabando de tomar banho, pois estava inclusive ainda meio molhado. Assim, o item *até* poderia funcionar como o indicador de um argumento que confirme o que se vinha falando. Parece, no entanto, que esta interpretação depende de tantos fatores externos ao texto que é melhor analisar o exemplo (28) como um caso intermediário entre os grupos III e IV. Esta análise é perfeitamente plausível, uma vez que a gramaticalização prevê estágios intermediários no *continuum* do processo.

O exemplo abaixo confirma, mais uma vez, a fase intermediária que há entre os usos de *até*:

(29): “... foi a maior confusão isso... sabe? aí depois () falar que a minha prima estava grávida... e pior que não é verdade... né? mas ((riso)) tudo bem... ela falava... que ela estava grávida... que não sei o quê... “é () assim que vocês falam dele... né? como é que estão... hein?” estava grávida... e a rua toda estava sabendo... menos a mãe dela... a mãe dela descobriu **ATÉ** esse ano... parece... aí ela falou com a mãe... deu nisso ((riso))”
(D&G, informante de CA supletivo)

Em (29), a idéia de esvaziamento semântico fica ainda mais clara. Da mesma forma que em (28), há a possibilidade de substituir o item *até* por *inclusive*, o que não impede que se diga que tanto um quando outro têm significação esvaziada.

A retirada de *até*, em (29), pode ocorrer sem prejuízos concretos ao entendimento da fala do informante. Parece ser muito mais uma maneira de seqüenciar o discurso, de cadenciar a fala, sem, todavia, significar algo muito concreto para a sentença como um todo.

Os exemplos (28) e (29), e sobretudo este último, mostram que este uso do *até* não é argumentativo como o do grupo III. É de significação mais vazia e é próprio da linguagem informal, mais despreocupada, visto que marca apenas uma forma de o falante interagir com seu interlocutor. Dizer que o chão estava “*até* meio molhado”, ou que sua mãe descobriu “*até* esse ano” não parece pertencer a nenhuma escala de argumentação, mas sim a uma escala na cadeia da fala, talvez uma coloquialização que evidencia uma marca de proximidade na relação interpessoal.

Como semelhança em relação ao grupo III, pode-se observar que estes usos de *até* também são sinônimos de *inclusive*, ou seja, a idéia de inclusão é a mesma, mas a finalidade com que é usada é outra. No grupo III, a inclusão era justificada pela escala argumentativa. Incluía-se, por último, o argumento mais forte. No grupo IV, a inclusão é

discursiva, é um modo de encadear o discurso na fala, somando-se ao texto mais um elemento. Este uso é bastante semelhante ao uso de “aí”, “né?”, “então”, em alguns casos.

No entanto, esse uso de *até* não tem significação totalmente esvaziada. Isto é, a noção de limite que o item *até* vem trazendo desde suas ocorrências espaciais não chega totalmente a se anular em exemplos como estes. Por outro lado, não se pode depreender uma significação tão marcante como é a do item *até* nos exemplos do grupo III, nos quais ele funciona claramente como operador argumentativo.

O que se quer reafirmar, neste ponto, é que as indefinições de classificação, são, também, uma prova de que se está diante de um caso de gramaticalização, tendo em vista que se trata de um processo.

Grupo IV: Até textual – marcador discursivo

A principal característica dos exemplos que constam no grupo IV é a possível retirada do item *até* das sentenças de que faz parte, sem prejuízo para o entendimento do interlocutor. Sua ausência não causaria prejuízo na argumentação, já que não faz substancial diferença na interpretação do discurso.

Os exemplos deste grupo apontam para uma discursivização do item *até*, pois as idéias de inclusão e de limite encontram-se totalmente esvaziadas.

Ex. (30): também não... de... **ATÉ**... eu venho do cedo pra cidade né? eu quase... eu chego na cidade sete horas né?
(NURC-RJ, inquérito d2-296)

Considera-se, nesta pesquisa, que este caso faz parte do último estágio do processo de abstratização do item *até*. Parece mais correto afirmar, neste ponto, que este estágio final representa um processo de discursivização, tendo em vista que, agora, o item *até* funciona como encadeador discursivo e não resta a ele mais nenhuma significação que estava presente nas suas outras ocorrências.

4.4.2 A gramaticalização do item *até* pelos princípios de Hopper (1991)

Já que o processo que tornou o item *até* mais abstrato na Língua Portuguesa está sendo considerado, neste trabalho, como gramaticalização, deseja-se, neste momento, comprovar-se esta hipótese através dos princípios de gramaticalização propostos por Hopper (1991). Portanto, faz-se agora uma leitura desses princípios aplicando-os ao fenômeno estudado.

Estratificação

O primeiro princípio proposto por Hopper (1991) é o da Estratificação, de acordo com o qual, formas gramaticalizadas e formas similares, mais antigas, podem coexistir na língua.

Ilustra-se esse princípio com os exemplos do grupo III (operadores argumentativos). Nestes exemplos, o item *até* poderia ser substituído por *inclusive*, *mesmo* ou *até mesmo*, visto que todos são operadores argumentativos de mesma função: marcar o argumento mais forte em direção a uma conclusão.

Assim, de acordo com o princípio de Hopper (1991), *até* e qualquer uma das formas sinônimas, neste caso, coexistem na língua, ainda que sejam similares, isto é, a

gramaticalização de *até* não exclui a possibilidade do uso de *inclusive* ou de *mesmo* em seu lugar.

Divergência

O princípio da Divergência parece ser um dos que mais justificam ser a abstratização do *até* um caso de gramaticalização. Segundo este princípio, a forma original e a forma gramaticalizada a partir da primeira podem coexistir na língua, cada uma seguindo as alterações que integram as classes a que pertencem.

O “*até* espacial” (grupo I) é considerado, aqui, como forma original. A gramaticalização segue o *continuum*: “*até* espacial” > “*até* temporal” > “*até* operador argumentativo” > “*até* marcador discursivo”. Do “*até* espacial” ao “*até* temporal” não se deu mudança de classe, mas em relação aos outros usos de *até*, houve significativa mudança, marcada principalmente pela mobilidade que os dois últimos usos adquiriram na sentença.

Isso não fez com que as formas mais antigas desaparecessem ou diminuíssem seu uso. Continua-se usando o item *até* como indicador de limite espacial e temporal normalmente, mas, agora, surgiu um novo uso, através de um processo de criação. A existência do novo uso não significou o desaparecimento do uso antigo.

Especialização

De acordo com o princípio da Especialização, em um estágio da gramaticalização, o uso de uma forma no lugar da outra acaba se tornando obrigatório. Em relação ao fenômeno em estudo, este princípio não contribui tanto quanto os outros. Pode-se, apenas, pensar no fato de que, em contextos em que se usa um marcador discursivo, só se usa o *até* do grupo

IV, ou em outros em que se pede um operador argumentativo, só se usa o *até* do grupo III. Isso tudo em relação aos outros usos de *até*.

No entanto, como a palavra não mudou sua estrutura, é o contexto que acaba distinguindo qual forma é a obrigatória para o uso.

Por outro lado, observando as frequências de uso, sobretudo na linguagem oral, parece que o item *até* vem se especializando como introdutor de argumento mais forte em direção a uma conclusão. Seu uso é muito mais comum do que o uso de *inclusive* ou de *mesmo*. No capítulo 5, intitulado “análise dos dados dos *corpora*”, pretende-se comprovar que essa especialização no uso do item *até* é um fato, inclusive, por meio de questões de ordem quantitativa.

Persistência

Outro princípio que se adequou bastante a este estudo foi o da Persistência, que diz que alguns traços da forma original acabam permanecendo nas formas gramaticalizadas. Este princípio foi base para a análise feita em relação à escala de abstratização do item *até*.

Ao passar de espacial a discursivo, ao mesmo tempo em que vai perdendo características antigas e ganhando novas, algumas propriedades vão se mantendo, cada vez com menos força, é claro.

O “*até* temporal” (grupo II) perde um pouco a idéia concreta em relação ao “*até* espacial” (grupo I), mas mantém a classe (preposição), a imobilidade na sentença e a idéia de limite.

O “*até* textual - operador argumentativo” (grupo III) torna-se mais abstrato que os dois usos anteriores no *continuum* e muda de classe e função na sentença, além de adquirir mobilidade. No entanto, a idéia de limite ainda existe, visto que este tipo de *até* marca o

argumento mais forte, ou seja, o argumento limite em uma escala de argumentação que leva a uma conclusão.

O “*até* textual - marcador discursivo” (grupo IV), por estar mais distante do primeiro uso, acaba perdendo as propriedades iniciais, pois além de se tornar totalmente abstrato, muda de função na sentença e perde quase que completamente a idéia de limite. Contudo, em relação ao seu antecessor imediato na escala de abstratização, o “*até* - operador argumentativo” (grupo III), mantém algumas características: a mobilidade e a função na sentença, e a possibilidade de troca por *inclusive*.

Descategorização

Tendo em vista que o “*até* espacial”, item inicial do processo em questão, não parte do que se chama de categoria plena (nome e verbo), fica mais difícil analisar o fenômeno sob o aspecto da descategorização. Entretanto, em relação ao que foi exposto no princípio da Persistência, ao passar de concreto a abstrato, o item *até* mudou de classe e, conseqüentemente, perdeu propriedades de sua categoria de origem, como a fixidez na sentença, visto que se tratava de uma preposição.

Os dicionários, dentre os quais destacam-se Ferreira (1999) e Houaiss (2001), ao listar as possíveis acepções do item *até*, deixam bastante claro que, em se tratando dos usos espacial e temporal, o item é classificado como uma preposição. Diferente é a classificação, quando o item *até* aparece como sinônimo de *também*, *inclusive* ou *mesmo*. Neste caso, o item é classificado como advérbio, por passar a possuir propriedades próprias desta categoria, principalmente, a mobilidade na sentença.

Acredita-se, então, que esta seja uma evidência do processo de descategorização, uma vez que os exemplos dos grupos I e II mostram um *até* conector, de posição fixa e

significação mais concreta. Já os exemplos dos grupos III e IV mostram um *até* com posição mais flexível (ainda que a mudança de colocação possa acarretar mudança de significação para a sentença como um todo), significação mais abstrata e sem a função de conectar duas partes da sentença.

Como já se disse neste trabalho, nem todos os casos de gramaticalização se encaixam perfeitamente em todas as teorias sobre o tema, justamente pelo fato de que ainda há muita pesquisa em desenvolvimento.

Deseja-se que, neste ponto do trabalho, tenha ficado claro que, de acordo com os princípios de gramaticalização propostos por Hopper (1991), por mais de uma evidência, pode-se tratar a questão da abstratização do item *até* como um caso de gramaticalização.

4.4.3 O caso de *até que*

Pretende-se, neste momento, discutir o comportamento do item *até* quando anteposto à palavra *que*. A GT classifica o grupo preposição + conjunção como locução conjuntiva, por suas propriedades conectoras. Contudo, é bom lembrar que nem sempre o grupo *até que* constitui um bloco cristalizado e que nem sempre a palavra *que* posposta ao item *até* é uma conjunção.

Parte-se, portanto, da hipótese de que há dois processos de gramaticalização paralelos quando se fala de *até* e quando se fala de *até que*. E, sendo assim, tais processos acabam sendo independentes, uma vez que não se cruzam, apenas o acontecimento de um permite o acontecimento de outro.

A seguir, ilustram-se alguns exemplos dos *corpora* para comprovar essa teoria:

(31): “Depois do bar, nós resolvemos ir para casa, no Grajaú. Eu peguei o carro e fui dirigindo alucinadamente **ATÉ QUE**, no Rebouças, um Voyage surgiu na minha frente e eu não pude desviar”.

(D&G, Informante de terceiro grau)

Em (31), o grupo *até que* representa o que a GT classifica como uma locução conjuntiva adverbial temporal, ou seja, liga duas orações sendo que subordina a segunda (adverbial temporal) à primeira (oração principal).

A presença do item *até* nesse grupo contribui para dar a ele a idéia de limite temporal presente na preposição *até*, mesmo nos casos em que ela não está acompanhada da conjunção *que*. Entretanto, ao se unir à conjunção, o *até* acaba formando um grupo, cristalizado, que funciona como um conector e tem as propriedades funcionais de uma conjunção.

Diz-se que o grupo *até que* está cristalizado pelo uso pelo fato de se poder substituí-lo por uma única palavra (conjunção) que também indique tempo, como, por exemplo, a conjunção *quando*. No entanto, tal substituição perderia a idéia de limite que nada tem a ver com a conjunção *que*, mas sim com a preposição *até*, membro da locução conjuntiva.

A força dessa preposição no grupo que forma é tanta que ela é capaz de unir as duas orações da mesma forma, mas sem a conjunção *que*. A única alteração que ocorreria seria a passagem de oração desenvolvida à oração reduzida de infinitivo: “fui dirigindo alucinadamente até um Voyage surgir na minha frente”.

Assim, entre a preposição *até* e a locução conjuntiva *até que*, há dois tipos de semelhanças: a significativa (indicam limite no tempo) e a funcional (são conectores que podem unir orações).

Caso diferente acontece no exemplo a seguir:

(32): “(o casamento)...eu não acho que isso é/ eu não acho que isso seja uma prisão não... eu acho **ATÉ** que:.... que é o começo de tudo... eu acho que eh:.... eu acho... eu acho que a pessoa se conhece mais... e acaba/ acho que acaba se entregando àquilo... e... acaba gostando...”

(D&G, Informante de segundo grau)

Nesse caso, *até* e *que* não constituem um todo. É possível retirar o item *até* da sentença sem prejuízo sintático. A própria entonação ao falar mostra uma pausa entre os elementos *até* (= inclusive) e *que* (conjunção integrante).

Assim, a oração subordinada substantiva objetiva direta (“que é o começo de tudo”) poderia se relacionar com sua principal (“Eu acho”) mesmo sem a presença de *até*. No entanto, a presença do item, introduzindo a oração subordinada, antes de ser um mecanismo de transposição sintática, é um mecanismo de intensificação discursiva.

Conclui-se, dessa forma, que a presença do item *até*, em casos como o de (32), é livre e, portanto, não cristalizada como em (31). Serve como um operador argumentativo marcador de contra-expectativa (cf. Baião e Arruda, 1996) no sentido de fazer uma concessão diante da argumentação feita. Para o informante, o casamento não é necessariamente o fim de tudo. Ele acha que pode *até* ser o começo de tudo, apesar das várias opiniões contrárias que possam existir.

Assim, esse uso de *até* é o mesmo daqueles que foram incluídos no grupo III quando se traçou a escala de abstratização do item *até*. A presença de uma conjunção *que*, logo após, não significa nada além de comprovar que o item *até*, operador argumentativo, pode iniciar sintagmas nominais, advérbios ou mesmo orações, sejam elas desenvolvidas ou reduzidas.

Logo, conclui-se que, neste exemplo, o item *até* funciona de modo a operar uma argumentação na direção de uma concessão. Inicia uma oração desenvolvida, introduzida pela conjunção *que*, mas não realiza com ela nenhuma relação de dependência.

O próximo exemplo representa um caso diferente dos dois anteriores, que está em um estágio intermediário.

(33): “aí eu fiz a segunda chamada e **ATÉ QUE** eu tirei uma boa nota na prova... ela viu que tinha nada a ver... que eu não estava colando... aí ela pediu desculpa e... ficamos amigas...”
(D&G, Informante de segundo grau)

Em (33), não se pode dissociar o uso de *até* do uso de *que*. A união [*até* + *que*], neste caso, forma um grupo cristalizado, como em (31), mas de aparição não obrigatória, ou seja, serve ao discurso, mas não é sintaticamente indispensável.

Diz-se que este caso constitui um estágio intermediário entre os dois anteriores, exemplificados por (31) e (32), visto que pode ser analisado sob dois aspectos:

1º.) Em relação à significação, está bem próximo do caso explicitado pelo exemplo (32), em que o item *até*, não obrigatório, aparece apenas como estratégia de argumentação do falante e não constitui um bloco com a conjunção *que*. Cabe ressaltar, neste ponto, que em (32) apenas o item *até*, sozinho, é capaz de funcionar como operador argumentativo. Em (33), a mesma função é exercida pelo grupo *até* + *que* que funciona junto, como um bloco significativo.

2º.) Em termos de constituição, é mais próximo do exemplo (31), visto que, mesmo sem ter valor temporal, nem tampouco ser uma locução conjuntiva, é um grupo cristalizado que funciona junto, em bloco. A grande diferença entre as construções cristalizadas presentes em (31) e (33) é a possibilidade de o grupo *até que*, exemplificado em (33), ser

retirado da sentença sem prejuízos sintáticos (“aí eu fiz a segunda chamada e até que eu tirei uma boa nota na prova” X “aí eu fiz a segunda chamada e eu tirei uma boa nota na prova”).

Não se pode classificar esse tipo de construção exemplificada em (33) como locução conjuntiva por razões óbvias: não desempenha função de conector, nem é terminado por uma conjunção, já que o *que*, aqui, não funciona como tal.

Parece claro que, assim como no exemplo (32), é também de um operador argumentativo que se está tratando em (33). Todavia, diferentemente de (32), em que o operador argumentativo era apenas o item *até*, sendo que o *que* não podia ser retirado da sentença sem prejuízos sintáticos, por ser uma conjunção integrante, agora o que se chama de operador argumentativo é o grupo *até que*, já que ele, em bloco, serve ao discurso. É o tipo de operador argumentativo que introduz uma expectativa contrária (o informante não esperava tirar uma boa nota, mas *até que* tirou).

Encerra-se este capítulo, esperando que tenha ficado clara a proposta de análise pretendida: o item *até* passa por um processo da gramaticalização no português atual e essa gramaticalização reflete uma escala de abstratização no uso do item. Quanto mais abstrata for a significação do item *até*, isto é, quanto mais esta significação estiver a serviço do discurso, mais gramaticalizada é a amostra recolhida.

O próximo capítulo destina-se a analisar os exemplos dos *corpora* na sequência de abstratização que antes se definiu, a fim de comprovar, mais uma vez, que o uso de *até* tem cada vez mais se especializado como elemento argumentativo.

5 ANÁLISE DOS DADOS DOS CORPORA

Neste capítulo, pretende-se fazer uma análise de alguns exemplos recolhidos dos *corpora* estudados¹⁴, a fim de comprovar a inserção do item *até* nos fenômenos descritos ao longo da pesquisa feita nesta dissertação.

Como metodologia de análise dos dados, utiliza-se a transcrição dos exemplos, seguida de uma análise (morfossintática, semântica e argumentativa) feita caso a caso. Dessa forma, comprova-se que a transposição é uma das mais produtivas realizações do item *até*, quando ele é classificado como preposição, e que a gramaticalização é o principal fenômeno responsável pelas suas diferentes ocorrências.

Inicialmente, faz-se uma breve análise quantitativa dos dados, de modo que fique claro o que, de fato, está ocorrendo com o item *até* em termos de uso(s). Assim, ainda que o objetivo do trabalho não seja um estudo *variacionista*, pode-se, por meio dessa análise quantitativa, descrever as ocorrências que mais aparecerem nos *corpora* utilizados, bem como as formas mais produtivas de uso do item *até*, em uma perspectiva sincrônica.

5.1 Quantificando dados e definindo padrões

As ocorrências de *até* nos *corpora* pesquisados foram agrupadas com base nas propriedades de cada uma das suas diferentes acepções — “*até* espacial”, “*até* temporal”, “*até* operador argumentativo” e “*até* marcador discursivo” —, identificando as frequências de uso de cada um dos casos encontrados, como se pode visualizar na tabela a seguir:

¹⁴ Cabe lembrar, neste ponto, que os dados foram recolhidos de três diferentes *corpora*, todos de língua oral: D&G-RJ, NURC-RJ e VARPORT (cf. 1.4).

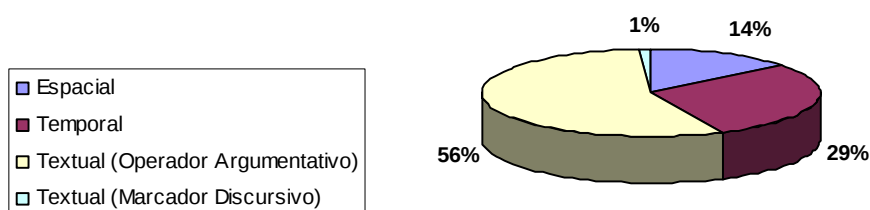
Tabela 1: ocorrências do item *até* nos corpora analisados

	ATÉ espacial	ATÉ temporal	ATÉ textual (operador argumentativo)	ATÉ textual (marcador discursivo)	TOTAL
D&G-RJ	14 / 9%	46 / 32.4%	84 / 58%	1 / 0.6%	145 / 100%
NURC-RJ	29 / 15%	66 / 34%	97 / 50.5%	1 / 0.5%	193 / 100%
VARPORT	21 / 16.5%	27 / 21.5%	79 / 61.5%	2 / 1.5%	129 / 100%
TOTAL	64 / 14%	139 / 29%	260 / 56%	4 / 1%	467 / 100%

Pelo que se observa na tabela 1, em um total de 467 ocorrências do item *até*, 56% são de “*até* operador argumentativo”; 29% são de “*até* temporal”; 14% são de “*até* espacial”; e 1% é de “*até* marcador discursivo”. Em relação à escala de *abstratização* descrita no capítulo 4, observa-se uma frequência de uso cada vez maior no sentido +abstrato da escala, com exceção do marcador discursivo (14% > 29% > 56%). O fato de as ocorrências de “*até* operador argumentativo” serem mais numerosas do que todas as outras juntas (56% contra 44%), mostra que o item *até* vem se especializando (cf. Hopper, 1991) neste uso. Acredita-se, também, que a menor frequência de uso do “*até* marcador discursivo” se deve a dois fatores: a ausência de significação do item e o fato de este uso ser mais recente na língua.

O gráfico abaixo ilustra as ocorrências do item *até* listadas na tabela anterior:

Gráfico 1: ocorrências de *até*



Antes de se passar à análise de alguns exemplos, é necessário definir, através de suas propriedades, o que são efetivamente as diferentes ocorrências do item *até*.

***Até* - espacial**

O “*até* espacial” é aquele que indica um limite de posicionamento no espaço. Suas principais propriedades são:

- a) Colocação na sentença: possui fixidez posicional; aparece seguido por sintagmas nominais, preposicionais ou por advérbios (aqui, lá...).
- b) Morfossintaxe: preposição; funciona como conector.
- c) Semântica: tem uma forte idéia de limite concreto no espaço.
- d) Presença na sentença: sua presença é obrigatória e sua retirada acarreta perda sintática e semântica.

***Até* - temporal**

O “*até* temporal” é aquele que marca um limite de ação no tempo, tendo como propriedades:

- a) Colocação na sentença: possui fixidez posicional; pode vir seguido por orações reduzidas de infinitivo, por orações desenvolvidas (casos em que aparece formando um bloco conector com o item *que* — *até que*), por sintagmas nominais ou por advérbios de tempo (hoje, ontem, amanhã...).
- b) Morfossintaxe: preposição; funciona como conector.
- c) Semântica: tem uma idéia de limite menos concreto no tempo.
- d) Presença na sentença: sua presença também é obrigatória e sua retirada acarreta perda sintática e semântica na sentença.

Até - operador argumentativo

O “até operador argumentativo” é aquele que marca uma direção argumentativa que o produtor deseja dar ao discurso e à interpretação que o receptor venha a ter desse discurso. Em alguns casos, sua classificação é de difícil análise, visto que, muitas vezes, necessita de interpretações subjetivas. Pode aparecer de três diferentes formas: como “operador que assinala o argumento mais forte de uma escala de orientação no sentido de determinada conclusão” (cf. Koch, 2003:31), como “marcador de contra-expectativa” (cf. Baião e Arruda, 1996) ou como termo inclusivo.

Cada uma dessas classificações possui suas propriedades, o que ajuda a diferenciá-las não só entre si, mas também das classificações expostas anteriormente (“até espacial” e “até temporal”).

As propriedades do “até indicador de argumento mais forte” (cf. Koch, 2003) são:

- a) Colocação na sentença: não possui fixidez posicional. Entretanto, por vezes, seu deslocamento na frase pode acarretar pequenas mudanças de significado (por exemplo, “eu acho que até poderia ser” X “eu acho até que poderia ser” X “eu até acho que poderia ser”). Sua colocação na sentença é uma escolha do produtor do discurso, logo, não importa a estrutura sintática dos termos que o antecedem ou sucedem. Aparece sempre iniciando o argumento a que se deseja dar maior destaque.
- b) Morfossintaxe: é classificado, pela GT, ora como advérbio, ora como palavra denotativa de inclusão. Sua função é direcionar a argumentação de acordo com as intenções do locutor.
- c) Semântica: tem uma idéia de limite abstrato (limite discursivo-argumentativo).

d) Presença na sentença: sua presença na sentença não é obrigatória, mas sua retirada acarreta perda semântica.

As propriedades do “até marcador de contra-expectativa” (cf. Baião e Arruda, 1996) são:

a) Colocação na sentença: não possui fixidez posicional. Não há restrições de posição para este uso de *até*. Muitas vezes aparece seguido do item *que*, sem, no entanto, formar com ele um bloco cristalizado como é o caso do *até que* temporal.

b) Morfossintaxe: pode ser classificado como advérbio justamente pela idéia concessiva que veicula. Entretanto, há possibilidade de a GT classificá-lo como palavra expletiva ou de realce. Sua principal função é mostrar um encaminhamento do discurso diferente do que se espera.

c) Semântica: tem uma idéia de limite bem mais abstrato no discurso.

d) Presença na sentença: curiosamente, apesar de não ter uma função sintática específica, sua presença na sentença não é dispensável como se poderia supor. Semanticamente falando, a não utilização do item *até* em casos como este acarreta uma concreta perda significativa para o discurso.

As propriedades do “até inclusivo” são:

a) Colocação na sentença: não possui fixidez posicional. Na maioria dos casos, aparece depois do verbo, dentro de uma oração.

b) Morfossintaxe: não possui classificação morfológica definida. Pode ser classificado como um advérbio ou uma palavra denotativa (pela sinonímia com *inclusive*), mas, em geral, a GT prefere considerar este uso de *até* como expletivo ou de realce. O “até

inclusivo” localiza-se, na escala de abstratização, na fronteira entre operadores argumentativos e marcadores discursivos.

c) Semântica: já não possui idéia de limite.

d) Presença na sentença: sua presença não é nada obrigatória podendo ser retirado sem prejuízos sintáticos e com pouquíssimos prejuízos semânticos da sentença.

Tendo em vista as três subdivisões antes apresentadas para o “até operador argumentativo”, veja-se a tabela a seguir que contempla tais usos de *até* nos *corpora* pesquisados:

Tabela 2: usos de “até operador argumentativo”

	ATÉ indicador de argumento mais forte	ATÉ marcador de contra- expectativa	ATÉ inclusivo	TOTAL
D&G-RJ	42 / 50%	12 / 14%	30 / 36%	84 / 100%
NURC-RJ	71 / 73%	3 / 3%	23 / 24%	97 / 100%
VARPORT	41 / 52%	4 / 5%	34 / 43%	79 / 100%
TOTAL	154 / 59%	19 / 7%	87 / 34%	260 / 100%

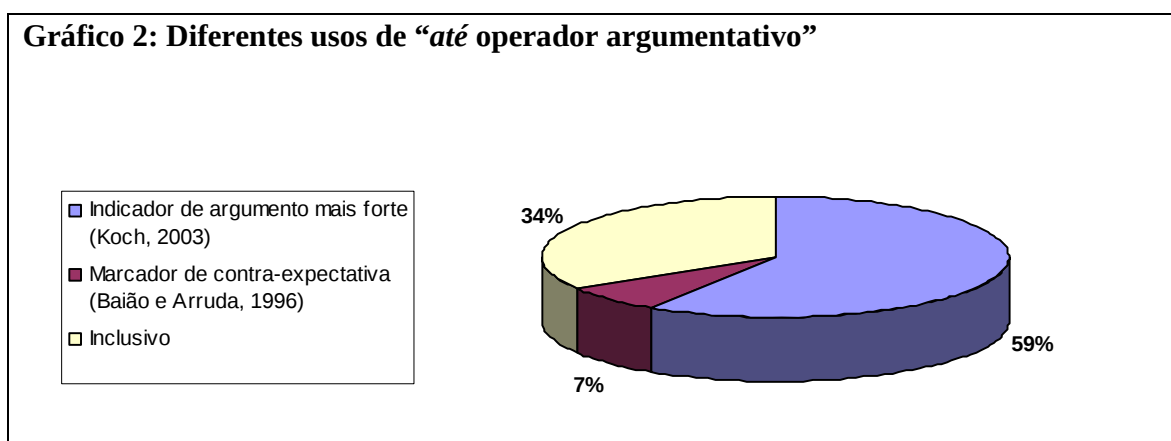
O “até indicador de argumento mais forte” é o caso de “até operador argumentativo” que mais aparece nos *corpora* (59%). Este uso é o mais produtivo dos três, pois é efetivamente argumentativo: conduz o receptor do discurso à direção argumentativa que o produtor deseja dar.

O “até inclusivo” aparece um pouco menos, mas em número expressivo (87/34%). Mesmo que se aproxime mais dos casos em que o item *até* funciona como marcador discursivo, sobretudo por sua significação bastante fraca, o “até inclusivo” abarca

diferentes usos de *até*, todos com a finalidade de acrescentar uma idéia ao discurso. Acredita-se que o número considerável de ocorrências desse tipo deve-se a este múltiplo comportamento que o “*até* inclusivo” possui.

O “*até* marcador de contra-expectativa” aparece em menor número que os outros dois (19/7%). Isso se deve ao fato de que este uso de *até* possui significação bastante específica: a concessão. Portanto, como não há diferentes usos que se encaixem neste rótulo, esse tipo de operador argumentativo totaliza um menor número.

O gráfico a seguir confronta estes diferentes usos de “*até* operador argumentativo”:



***Até* - marcador discursivo**

O “*até* marcador discursivo” representa a perda lexical do item *até* que passa pela escala de abstratização que foi mostrada no capítulo 4. Heine *et alli* (1991) já pressupunha que um elemento gramaticalizado poderia atingir o estágio “zero” da escala de abstratização. Dificilmente a gramaticalização de um item chega a este estágio e, durante muito tempo, o item *até* não era considerado um marcador discursivo. No entanto, tendo em vista alguns exemplos que foram recolhidos nesta pesquisa, percebeu-se que o item *até*

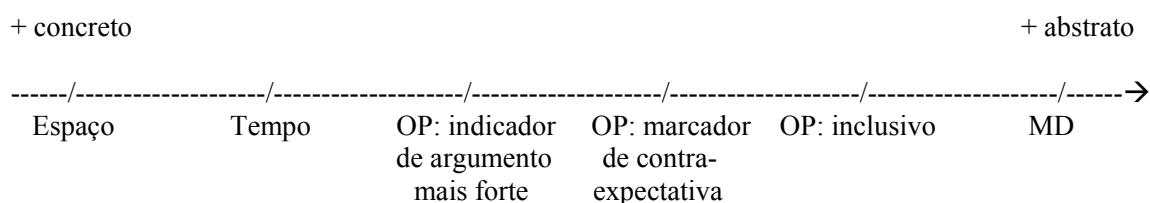
começa a ser usado apenas com a função de organização de linha de raciocínio da fala. Segundo Martelotta (1996), esta é uma das características do processo de discursivização de um item lingüístico. É o que acontece, por exemplo, com itens como “né?” e “então”.

Esta ocorrência do item *até*, ainda que praticamente vazia de significação, também possui propriedades básicas que ajudam a descrever o comportamento dos itens que pertencem a esta classificação.

As propriedades do “*até* marcador discursivo” são:

- a) Colocação na sentença: não possui fixidez posicional.
- b) Morfossintaxe: não possui classificação morfológica pela GT. É apenas um encadeador do discurso oral.
- c) Semântica: a idéia de limite é levada a zero.
- d) Presença na sentença: sua presença na sentença é um artifício do falante ou para chamar a atenção do ouvinte ou para refletir sobre o que irá dizer, sem interrupção na cadeia da fala.

Após esta definição das propriedades de cada uso do item *até*, pode-se traçar uma escala de abstratização ainda mais detalhada em que OP equivale a operador argumentativo e MD a marcador discursivo:



Nesta escala, apresentam-se as diferentes acepções do “*até* operador argumentativo”, mostrando quais delas são mais abstratas e caracterizando o “*até* inclusivo”, como o uso que mais se aproxima do “*até* marcador discursivo”, levando em consideração as suas propriedades que apontam em direção à discursivização.

5.2 Análise de exemplos

Para efeitos de organização, na análise de alguns exemplos, nesse momento, optou-se por se começar a numeração a partir do número (1), quebrando a sequência que se vinha adotando ao longo do trabalho. Isso se justifica por se tratar de uma parte nova do trabalho. Com o reinício da numeração, separam-se os exemplos de acordo com os diferentes usos de *até*.

***Até* - espacial**

Exemplo (1): Fui com ela **ATÉ** a cidade alta a pé e conversamos sobre várias coisas inclusive sobre que ela iria lá para encontrar seu namorado e desmanchar com ele.

(D&G-RJ, Informante de segundo grau)

No exemplo (1), o item *até* aparece como marcador de limite espacial. Esta é sua acepção original, tendo em vista a escala ESPAÇO > TEMPO > TEXTO, que já se apresentou. Em contextos como este, o item é classificado como preposição por sua capacidade de relacionar dois termos, subordinando o segundo ao primeiro.

De fato, no exemplo (1), o item funciona como um elemento subordinador, já que relaciona a oração “Fui com ela” ao marcador de lugar “*até* a cidade alta”. A nomenclatura

tradicional classifica o termo iniciado pela preposição *até* como sendo um adjunto adverbial de lugar. A transformação do substantivo “cidade” em termo capaz de exercer função própria de advérbio (um marcador de lugar) deve-se, sobretudo, à presença do item *até*, considerado, aqui, um elemento transpositor. O sintagma nominal (SN) “a cidade”, uma vez precedido de preposição, transforma-se em sintagma preposicional (SPrep). A preposição, neste caso, funciona como um multiplicador de funções, tendo em vista que promove a transposição de um item originalmente nominal em item adverbial.

O item *até* possui, além disso, uma particularidade. Se o SN “a cidade” aparecesse precedido de outra preposição, como, por exemplo, *em* (na cidade) ou *de* (da cidade), ele também seria transposto a uma função adverbial, inclusive podendo representar um marcador de lugar. No entanto, as duas preposições antes citadas não dariam ao SPrep uma significação própria, tendo em vista que nem a preposição *em*, nem a preposição *de* possuem carga significativa forte, além, é claro, da idéia locativa. Diferentemente destas preposições, atua a preposição *até*: além de formar um SPrep com função de adjunto adverbial de lugar, ainda fornece a idéia de limite, por se tratar de uma preposição forte (cf. Rocha Lima, 2002) e, portanto, possuir uma carga semântica própria.

Na maior parte das ocorrências do item *até* com significação de limite espacial recolhidos nesta pesquisa, é recorrente a estrutura [Preposição (*até*) + SN = SPrep]. Além disso, na maioria dos casos, o SN que será precedido pelo item *até* é formado por [determinante + núcleo], sendo este determinante representado em geral por artigos (“*até a mesa*”, “*até o quarto*”, “*até a recepção*”, “*até a metade*”, “*até um porto*”...) e, em menor escala, por pronomes (“*até minha prancheta*”, “*vir até nossa casa*”). Encontraram-se casos em que o SN é representado por um pronome substantivo, como em “*fui até ela*”.

Há, também, casos em que o elemento que sucede a preposição *até* é um advérbio de lugar, como em “eu fui *até* lá” ou “da Tijuca *até* aqui...”. Pela frequência com que foi encontrado nos dados pesquisados, sobretudo no *corpus* do NURC-RJ, parece que esta construção é bastante usada na Língua Portuguesa. Isto confirma a hipótese de que o item *até* não funciona em uma construção como o único elemento capaz de indicar lugar, posto que os advérbios “lá” e “aqui” são dêiticos locativos. Ele é, além disso, um elemento responsável por dar uma significação nova ao SN a que se une (idéia de limite espacial).

Exemplo (2): Abri a porta do carro em que me encontrava e me pus a caminhar **ATÉ** o carro dele, só não podia imaginar que ao chegar **ATÉ** ao carro dele iria encontrar minha irmã ao lado dele agora imagine só a situação como não ficou. Ficou um clima horrível e acabou estragando a noite de todos.
(D&G-RJ, Informante de terceiro grau)

O exemplo (2) mostra duas ocorrências de *até* em construções praticamente iguais, a não ser pela presença de uma outra preposição — *a*. Já é previsto nos dicionários e nos compêndios gramaticais que uma preposição possa vir acompanhada de outra, muitas vezes por funções de realce, mas também por exigências sintáticas. Neste caso, as construções “*até* o carro dele” e “*até* ao carro dele” são bastante semelhantes e parece que a presença da preposição *a*, que também indica uma movimentação no espaço, reflete apenas uma questão de realce — um destaque maior para a movimentação espacial.

No entanto, não é sempre que esta “segunda preposição” é tão dispensável assim. Há casos em que a presença de uma nova preposição, após o uso de *até*, reflete que há duas idéias a serem transmitidas: a idéia locativa propriamente dita e a idéia de limite de deslocamento no espaço. É comum, nos *corpora*, encontrarem-se exemplos como “ir *até* em casa”, nos quais a preposição *em* é a responsável pela idéia locativa estática, e a preposição *até* é a responsável pela idéia locativa de movimento.

O próximo exemplo evidencia este tipo de uso do item *até*:

Exemplo (3): ... um trem belíssimo flecha que se chama ... que corta o Chile de debaixo **ATÉ** em cima... então nós subimos depois... de Puerto () **ATÉ** Santiago do Chile... nesse trem... () de um lado...
(NURC-RJ, inquérito d2-296)

No exemplo (3), o uso da preposição *em* é imprescindível. Não seria possível dizer, por exemplo, “*até cima**”. Na análise feita a partir do exemplo (1), já se mencionou que é comum encontrarem-se, nos *corpora*, dados em que a preposição *até* seja sucedida por um advérbio de lugar como “lá”, “aqui”, “ali” etc. No caso do exemplo (3), o item *até* aparece seguido pelo advérbio “cima”, também indicador de lugar. Além disso, há, entre eles, mais uma preposição (*em*), também responsável pela idéia locativa. Assim, há, neste exemplo, três elementos responsáveis pela transmissão da idéia de lugar, sendo dois deles — a preposição *em* e o advérbio *cima* — indicadores de localização estática e um deles — a preposição *até* — indicador de localização dinâmica (limite de movimento no espaço).

Ainda no exemplo (3), observa-se mais uma ocorrência do item *até* funcionando como preposição e iniciando um SPrep com a função de adjunto adverbial de lugar. Neste caso, o item *até* também pode ser classificado como um elemento *transpositor*, visto que transpõe um nome próprio de lugar (“Santiago do Chile”) à função adverbial. Especificamente neste inquérito do NURC-RJ, aparecem muitos casos em que o item *até* vem sucedido por um nome de lugar, visto que se trata de uma descrição de viagem. Em textos como este, bem como naqueles em que se deseja indicar um caminho, uma orientação para se chegar a determinado endereço, é muito comum o uso da preposição *até* para indicar os limites que se deseja impor em relação ao caminho a ser percorrido.

Até - temporal

Exemplo (4): ...também está completamente diferente da situação da rua quando eu era criança... em Ramos eu ainda morava quando... acho que **ATÉ** a minha adolescência vi... nas proximidades da minha casa... um jeito... campos... peladas diferentes né... e hoje não existe mais nenhum desse jeito... e hoje a rua é muito mais movimentada do que era na minha época... então... talvez já seja um risco muito maior jogar bola na rua... não sei... (VARPORT, inquérito Oc-B-9C-1m-002)

No exemplo (4), o informante reflete sobre o fato de não se jogar mais futebol na rua como há algum tempo se fazia. Ele afirma que “até a sua adolescência” presenciou “peladas de rua” e que, talvez, por representar um risco, o tempo em que se jogava bola na rua não existe mais.

O uso do item *até* no exemplo (4) evidencia um limite temporal. Ao traçar uma linha do tempo, o informante percebe que até a época em que ele era adolescente ainda havia esse tipo de prática. No entanto, hoje, que ele já é adulto, não existe mais.

Estruturalmente, o item *até* vem seguido por um SN (“a minha adolescência”) formando com ele um SPrep com função adverbial. Funciona, portanto, como elemento *transpositor*, pois faz com que um item de base nominal passe a exercer a função de adjunto adverbial de tempo.

Essa transposição exercida pelo uso de “*até* – temporal” repete-se ao longo dos *corpora* em exemplos como “até este dia”, “até os dezoito anos”, “até uns oito anos de idade”, “até o final do ano”, “até uma certa temperatura” etc. Em todos os casos, sublinham-se os SN levados à condição de limite pelo uso da preposição *até*. Todos os SN sublinhados são *transpostos* à função de adjunto adverbial de tempo nas sentenças a que pertencem.

Entretanto, não é apenas unindo-se a SN que o item *até* pode funcionar como elemento *transpositor*. Uma considerável parte dos exemplos de “*até* temporal” mostram o item *até* precedendo orações reduzidas de infinitivo, como é o caso do exemplo a seguir:

Exemplo (5): você põe numa panela e vai mexendo no fogo **ATÉ** ficar com aquela consistência assim... não muito dura...
(D&G-RJ, Informante de segundo grau)

Em (5), há 3 orações: 1ª) “você põe na panela...”; 2ª.) “...e vai mexendo no fogo...”; 3ª) “...até ficar com aquela consistência assim...”. A primeira e a segunda orações são coordenadas entre si, mas a terceira oração é subordinada à segunda e exerce a função de adjunto adverbial de tempo. Assim, analisando a relação que há entre a segunda e a terceira orações, classificam-se como: 2ª) oração principal e 3ª.) oração subordinada adverbial temporal reduzida de infinitivo. O elemento conector entre as duas orações é o item *até*.

Entretanto, além da função de conector oracional, o item *até* exerce ainda uma outra: a de elemento *transpositor*. Ao unir-se à oração reduzida, faz com que esta oração possa funcionar como adjunto adverbial da oração principal. A transformação de uma oração em termo sintático de outra oração pode ser classificada como *transposição* e o elemento sintático responsável pela *transposição* que ocorre no exemplo (5) é a preposição *até*.

A GT não dá destaque à possibilidade de as preposições funcionarem como elementos conectores. No entanto, por exemplos como este, vê-se que esta é uma possibilidade mais do que evidente. Há preposições que podem, inclusive, funcionar como conectores de orações desenvolvidas. Trata-se desta questão no próximo exemplo.

Exemplo (6): a sentença já transitou em julgado... não há mais recursos de espécie alguma... então... essa execução definitiva... vai se processar **ATÉ**... **ATÉ** que o:.... o titular do direito seja... ao titular do direito... seja entregue tudo aquilo que ele demandou e que a justiça reconheceu.
(NURC-RJ, inquérito ef-341)

Em (6), tem-se a seguinte estrutura: “a execução definitiva vai se processar até que tudo (...) seja entregue ao titular de direito”. A oração iniciada por *até que* funciona como adjunto adverbial de tempo em relação à anterior. Esta construção (*até que*) funciona como o elemento conector das duas orações e forma um bloco cristalizado, ou seja, não pode ser quebrado, só funcionando nesta ordem e nesta posição.

No entanto, diferentemente da GT, que postula que o bloco *até que* funciona como um todo na constituição do período composto, acredita-se que esta constituição dá-se por partes. Primeiramente, a conjunção *que* inicia a oração “tudo seja¹⁵ entregue ao titular de direito” formando a oração “que tudo seja entregue ao titular de direito”. Esta oração formada, graças ao acréscimo do item *que*, pode funcionar como subordinada, exercendo uma função sintática em relação a uma oração principal.

Como se pode ver pelos períodos a seguir, a oração “que tudo seja entregue ao titular de direito” passa a ser capaz de funcionar com diferentes funções substantivas:

- a) Desejo que tudo seja entregue ao titular de direito (objeto direto).
- b) É bom que tudo seja entregue ao titular de direito (sujeito).
- c) Só peço uma coisa: que tudo seja entregue ao titular de direito (aposto).
- d) Tenho necessidade de que tudo seja entregue ao titular de direito (complemento nominal – a preposição *de* funciona como índice de valência).

¹⁵ Como já se disse em capítulos anteriores, o verbo usado no subjuntivo é, também, consequência do acréscimo do item *que* à oração. Talvez seja melhor dizer que a oração “tudo será entregue ao titular de direito” é transposta à condição de SN através do acréscimo do *transpositor que* formando, assim, “que tudo seja entregue ao titular de direito”.

Não é possível que, apenas com o acréscimo do item *que*, a nova oração possa exercer uma função adverbial. Para tal, é necessário que se acrescente a ela um termo capaz de fornecer ao período uma significação nova que indicará a circunstância que o adjunto adverbial (em forma de oração) veiculará.

- e) Tenho feito tudo **para** que tudo seja entregue ao titular de direito (finalidade).
- f) Não fico satisfeito **sem** que tudo seja entregue ao titular de direito (condição).
- g) A execução definitiva vai se processar **até** que tudo seja entregue ao titular de direito (tempo).

Inúmeros são os termos capazes de se unir à oração iniciada pelo item *que* e formar, com ela, uma nova oração capaz de exercer uma nova função e transmitir um novo significado ao período. Mateus *et alli* (1989:310-11) afirmam que os grupos conectores temporais terminados pelo item *que* devem ser divididos de acordo com a base que antecede o *que*. No caso de bases prepositivas, como é o caso dos exemplos citados nas letras e, f e g, é a significação da preposição que determinará a significação da oração e, conseqüentemente, do período.

Percebe-se, assim, que o elemento que dá a verdadeira acepção temporal à oração “*até* que tudo seja entregue ao titular de direito” é o item *até*. Dessa forma, conclui-se que a oração “*que* tudo seja entregue ao titular de direito”, capacitada pelo item *que* para funcionar como subordinada substantiva, é transposta à função adverbial pelo acréscimo da preposição *até*, indicadora de limite temporal.

Assim, mesmo que, diante do produto final, afirme-se que o grupo *até que* seja uma locução conjuntiva, nos moldes da GT, não se pode deixar de ressaltar que a existência de

uma oração adverbial é devida à presença do elemento *até*. Assim, é o item *até* que funciona como verdadeiro conector das orações principal e subordinada em “A execução definitiva vai se processar *até* que tudo seja entregue ao titular de direito”.

Exemplo (7): aí sábado eu posso ficar tranquilo **ATÉ** meio dia mais ou menos... minha filha não acorda... minha filha acorda tarde também... depois dessa hora a gente sai com ela... por aí...
(NURC-RJ, inquérito d2-158)

Em (7), o uso de *até* marca, mais uma vez, um limite temporal. O informante relata que aos sábados pode ficar mais tranquilo, pois sua filha não acorda cedo. Então, até o limite de meio dia, aproximadamente, ele não precisa se preocupar. Este uso de *até* antecedendo um horário específico é um dos mais comuns nos *corpora* recolhidos.

A idéia de limite fica ainda mais clara no exemplo (7), pois, na sequência, o informante diz: “depois dessa hora a gente sai com ela”. Assim, utiliza-se uma espécie de linha divisória no tempo: até o meio dia a filha dorme e depois do meio dia a família sai.

Neste caso, o item *até* funciona como uma preposição, já que relaciona dois termos, subordinando o segundo ao primeiro. Além disso, seu uso caracteriza, mais uma vez, uma *transposição*, pois a preposição *até* junta-se a um SN para formar um SPrep com função de adjunto adverbial de tempo. Logo, como transpõe um termo de base nominal em termo com função adverbial, caracteriza um processo de *transposição*.

Exemplo (8): muitas vezes portanto essa obra da Barra do Furado esse terminal pesqueiro não foi concluído porque o próprio e/ é - candidato na época - é começou a obra e não concluiu então **ATÉ** hoje continua nessa situação e nós *estamos* sofrendo com isso.

(VARPORT, inquérito Op-B-90-1m-002)

O exemplo (8) mostra uma expressão muito usada nos exemplos dos *corpora* pesquisados: “até hoje”. A idéia de limite temporal fornecida pelo *até* somada ao advérbio de tempo “hoje” é um dos mais freqüentes usos do “*até* temporal”. Todavia, deve-se analisar mais cuidadosamente esta idéia de limite.

Se, diferentemente, o informante tivesse usado, no lugar de “hoje”, o advérbio de tempo “ontem”, o divisor temporal passaria a ser o dia anterior e, portanto, no momento em que ele fala, a obra já teria sido concluída.

Entretanto, quando se diz “até hoje” — ou mesmo “até então” — não se quer necessariamente dizer que “amanhã”, por exemplo, a obra já terá sido terminada. O advérbio de tempo “hoje” não necessariamente representa um limite temporal. O uso de “até hoje”, em geral, reflete que algo vem acontecendo há algum tempo e ainda permanece acontecendo (no caso do exemplo (8) seria o adiamento da conclusão da obra). Assim, quando o informante diz que “até hoje a obra não foi concluída” é como se ele dissesse “até o presente momento a obra não foi concluída e parece não haver previsão para tal”.

***Até* - operador argumentativo**

Neste momento, opta-se por dividir os exemplos exatamente nas três diferentes funções que o item “*até* operador argumentativo” pode exercer: “*até* indicador de argumento mais forte”, “*até* marcador de contra-expectativa” e “*até* inclusivo”, respectivamente.

I. Até - indicador de argumento mais forte (cf. Koch, 2003)

Exemplo (9):

DOC - você mantém contato com alguma dessas pessoas com quem você saía?

LOC - lá? ah... tem... tem às vezes corresponde... não porque... eu estou no Rio... uma lá? ah... tem... tem às vezes corresponde... não porque... eu estou no Rio... uma outra foi pra São Paulo... a outra está lá ainda... mas pra ir... foi um pra cada canto né... Tem gente em (?).. tem gente em... Astolfo Dutra em... Governador Valadares... tem gente que foi **ATÉ** pra Tocantins... então fica difícil... né... fica muito difícil da gente se reunir de novo... (VARPORT, inquérito Oc-B-9C-002)

No exemplo (9), tem-se, assim como em alguns exemplos do “até espacial” e do “até temporal”, uma construção em que o item *até* aparece sucedido por uma preposição (*pra* = para) somada a um nome próprio indicador de lugar. No entanto, em (9), o item *até* não funciona como uma preposição. Apenas o item *pra* deve ser classificado como preposição neste exemplo, pois relaciona dois termos subordinando o segundo ao primeiro. Caso o item *até* fosse retirado do texto, a sentença não se tornaria agramatical, visto que é perfeitamente possível falar “tem gente que foi pra Tocantins”. Assim, o item *até*, elemento discursivo, tem presença facultativa na sentença.

No exemplo (9), o item *até* não encabeça um SPrep. Na verdade, o SPrep é iniciado pela preposição *pra* — “pra Tocantins”. Toda a análise feita sobre o item *até*, nos exemplos (1), (2) e (3), funciona para a preposição *pra* (para) neste exemplo: é ela o elemento *transpositor* responsável pela *transposição* de Tocantins (substantivo) à função de adjunto adverbial de lugar, além de ser a responsável pela indicação de movimento espacial, sem, é claro, a idéia de limite que é específica do item *até*.

Esta idéia de limite, reforçando a tese de que o item *até* sofre um processo de gramaticalização sincronicamente na Língua Portuguesa, faz-se presente na significação do *até* que aparece no exemplo (9), ainda que ele deixe de ser uma preposição e passe a operador argumentativo. O exemplo (9) encaixa-se, portanto, no grupo III da escala de

abstratização que se apresentou no capítulo 4. A idéia de limite, que ainda está presente no item, reflete a manutenção de características da forma original (persistência), já prevista nos princípios de gramaticalização de Hopper (1991).

Em (9), o emissor do texto pretende provar que as pessoas que faziam parte daquele determinado grupo foram, realmente, “*uma para cada canto*”. Para comprovar sua tese, ele vai citando os diversos lugares para os quais as pessoas foram (Rio, São Paulo, Astolfo Dutra, Governador Valadares). Dentre tantos lugares, ele cita Tocantins que considera distante o suficiente para provar que as pessoas do grupo foram mesmo para os mais diferentes lugares. Dessa forma, “*até para Tocantins*” serve como o argumento máximo em uma escala de argumentação que pretende comprovar a tese de que é difícil que aquela gente que fazia parte do grupo com quem ele saía possa se reunir novamente.

Exemplos como este, em que o item *até* funciona como operador argumentativo indicador de argumento mais forte, são os que mais aparecem neste trabalho. De acordo com o princípio da *especialização* de Hopper (1991), um item lingüístico que passa por gramaticalização tende a se especializar em um determinado uso, passando a ser, inclusive, obrigatório em determinados contextos. Parece que o item *até* passa por um processo de *especialização* na Língua Portuguesa e isso se dá por dois motivos: (a) a frequência de uso de *até* como elemento do discurso é, pelo menos, 50% maior do que a de outros usos; (b) quando é sinônimo de *inclusive*, *mesmo* e *até mesmo*, o item *até*, em detrimento de seus sinônimos, é preferido pelos falantes do Português atual.

Os exemplos (10), (11) e (12) a seguir são prototípicos¹⁶ no que se refere às ocorrências do item *até* como operador argumentativo:

Exemplo (10): Aliás, pra mim foi um sacrifício entrar, porque eu tenho um pouco de claustrofobia, entendeu? Eu, por exemplo, ando num avião qualquer, no tempo, no meu tempo de procuradora da LBA, eu andei **ATÉ** de teco-teco, mas eu não tenho medo, engraçado, no avião eu não tenho medo e em elevador eu tenho. (VARPORT, inquérito Oc-B-70-3f-001)

Em (10), o informante escala sua argumentação da seguinte maneira: “eu não tenho medo de andar de avião porque eu já andei *até* de teco-teco”. Em Ferreira (1999), “teco-teco” é definido como um “*avião pequeno, de um só motor de explosão, de reduzida potência, para trajetos curtos*”. O nome “teco-teco” faz referência ao barulho provocado por este tipo de avião, de onde se conclui uma certa incerteza quanto às condições de segurança.

Sendo assim, o fato de a informante não ter medo nem de “teco-teco” confirma a tese de que ela efetivamente não tem medo de andar de avião algum. O item *até*, neste caso, funciona como um operador argumentativo indicando o limite de uma argumentação.

Da mesma forma que no exemplo (9), o item *até* aparece, em (10), seguido de outra preposição (*de*). Entretanto, este caso é diferente de todos os outros anteriores. Após o item *até* — que não deve ser classificado como uma preposição neste exemplo —, aparece a preposição *de* que funciona, aqui, como um *transpositor*, iniciando um SPrep com função de adjunto adverbial de meio. A preposição *de* transpõe o substantivo “teco-teco” à função de advérbio de meio e, portanto, não é indicativa de lugar.

A grande diferença, em (10), é o fato de que a preposição *de*, além de não indicar lugar, vir precedida de um item *até* que também não indica limite espacial. Sendo assim, a

¹⁶ Taylor (1992:42), *apud* Rosário (2007), afirma que os protótipos servem como pontos de referência para a categorização de exemplares não tão claros de uma determinada categoria. Os protótipos são aqueles exemplos de ocorrência de um item que possuem maior frequência de uso em determinadas situações.

função locativa não está presente em nenhum dos dois vocábulos (nem em *de*, nem em *até*), como se poderia supor. O item *de* é uma preposição funcionando como elemento transpositor que, por sua significação fraca (cf. Rocha Lima, 2002), indica, neste exemplo, o meio pelo qual se anda (ou viaja). O item *até* é um operador argumentativo que funciona, no exemplo (10), para marcar um argumento limite em direção à tese de que o informante não tem medo de andar de avião.

Exemplo (11): eu tenho meus irmãos rapazes que o que eu estiver contando pra você... você é minha grande amiga... eu conto pra eles **ATÉ** as minhas... vamos dizer... as minhas mais íntimas experiências...
(NURC-RJ, inquérito d2-147)

Em (11), a informante fala sobre a relação que ela tem com alguns irmãos do sexo masculino. Para mostrar que é uma relação de grandes amigos, ela afirma que conta tudo para esses irmãos, inclusive as suas mais íntimas experiências. Ora, se até as experiências íntimas (que não se costuma compartilhar com qualquer pessoa) são divididas, esses irmãos são, realmente, considerados como verdadeiros amigos dela.

É muito comum, nos mais diferentes tipos de discurso, este uso do item *até*. Koch (2003: 31) classifica itens como este como “operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala de orientação no sentido de determinada conclusão”. No exemplo (11), a conclusão a que se quer chegar é que os irmãos são considerados como amigos. Esta é a tese. Vários argumentos poderiam ser usados, como, por exemplo “estão sempre por perto”, “ajudo-os no que precisarem”, “participam de todos os momentos da minha vida” etc. O argumento usado pelo informante é “conto para eles até as minhas mais íntimas experiências”.

Ora, pode-se contar para um irmão várias coisas (como foi seu dia, seus sentimentos, seus planos etc.), mas suas íntimas experiências só são contadas para os grandes amigos. Por isso, este último fato vem precedido pelo operador argumentativo *até*, que tem a função de reforçar um argumento, mostrando que ele é o mais forte na escala de argumentação que se pretende estipular.

É importante lembrar que nem sempre todos os argumentos da escala vêm expostos no texto. Na maioria das vezes, cabe mais a uma interpretação externa, com base no conhecimento de mundo que se tem acerca de determinado assunto.

Ainda sobre o exemplo (11), deseja-se reforçar a diferença do uso de *até* nessas situações e do uso do mesmo item na função de preposição (como nos exemplos de 1 a 8). Em (11), o item *até* não relaciona dois termos, nem tampouco subordina um ao outro. Pode ser retirado do texto sem prejuízos estruturais. Sua presença é, na verdade, extremamente necessária ao discurso, pois, como já se afirmou, é o item *até* que destacará o argumento mais forte em direção a uma conclusão. Nestes casos, *até* não forma SPrep e não funciona como elemento transpositor. Basta observar que o SN “as minhas mais íntimas experiências” funciona como um objeto direto do verbo “contar”, ou seja, é um item de base nominal com função nominal (a de objeto direto). Logo, não há transposição neste caso.

O exemplo (11) comprova a abstratização do item *até*, exemplificando um uso mais abstrato em relação ao uso preposicional, mas que ainda mantém algumas características do original. A idéia de limite veiculada pelo item *até* quando ele funciona como preposição, por exemplo, continua bastante forte neste uso do item, mesmo que ele passe a funcionar como um operador argumentativo. Sendo o elemento que inicia um argumento máximo, a idéia de limite que carrega consigo é substancial.

Exemplo (12): dormindo naquele lugar você ouvia tudo né? **ATÉ**... pensamento... né? ((risos))
(NURC-RJ, inquérito d2-269)

No exemplo (12), o uso de *até* marca, mais uma vez, uma argumentação em direção a uma tese. Na verdade, neste exemplo, destaca-se uma expressão cotidiana, de uso bastante comum, mas que não se pode analisar sem levar em conta a questão argumentativa, somada a uma análise metafórica. Quando o informante afirma “naquele lugar você ouvia tudo”, ele se refere a um dormitório, semelhante a um hotel em que as paredes e o teto eram muito frágeis. Ora, quem, em um lugar como este, ouve tudo, pode ouvir, por exemplo, conversas, ruídos de diferentes origens, um toque de telefone etc. Agora, se é possível ouvir “*até* pensamento”, é porque realmente a estrutura do dormitório é muito frágil.

É claro que a expressão “ouve até pensamento” é conotativa e é usada, em contextos como este, apenas para reforçar uma idéia. No entanto, ela funciona como o argumento mais forte em direção à conclusão de que a estrutura do tal dormitório é realmente muito frágil e precária.

É muito comum que, assim como nos exemplos (10), (11) e (12), não se listem todos os argumentos da escala argumentativa finalizando com a utilização do argumento mais forte. A presença de um item argumentativo como *até*, por si só, já marca a maior força na argumentação. No entanto, há exemplos em que se listam, ao menos, mais dois argumentos além do que se chama de “argumento derradeiro”.

Exemplo (13): você ten/ ganhando bem... você pode dar uma boa educação ao seu filho... e tendo... bons:: hospitais para qualquer problema de saúde... ele poder ti/ consertar seu () físico... **ATÉ** mental ... **ATÉ MESMO** espiritual... que você chega num lugar... que ele te rece/ receba bem... que você está bem...
(D&G-RJ, Informante de terceiro grau)

O informante do exemplo (13) fala sobre as necessidades de melhorias no emprego, na educação e na saúde do país. Segundo ele, para melhorar a educação dos filhos, é necessário que se tenha um melhor salário e, para tal, é importante que haja bons hospitais, de forma que a pessoa esteja física, mental e espiritualmente apta para conquistar melhores empregos.

Esta melhora devida aos bons hospitais aparece em uma escala: primeiro o informante cita a melhora física; depois, a mental e, por último, a espiritual. Logo, sua tese é: bons hospitais promovem saúde e uma pessoa saudável pode conseguir melhores salários que poderão resultar em uma melhor educação para seus filhos. Os argumentos para sustentar a tese de que bons hospitais tenham de existir é que a melhora do ser humano não seria só física, mas também mental e, ainda mais satisfatoriamente, espiritual.

Portanto, em (13), o informante acredita que uma melhora da saúde espiritual seja o argumento máximo na escala de argumentação que se propõe a fazer, seguido da melhora mental e, menos expressivamente, da melhora física. Neste exemplo, a escala argumentativa é explícita e, para destacar o argumento mais forte, o emissor utiliza uma gradação: primeiro usa *até* e, posteriormente, *até mesmo*.

Na maioria dos estudos sobre argumentação, dentre os quais destacam-se os de Koch (2003), *até* e *até mesmo* são analisados como sinônimos, juntamente com *inclusive* e *mesmo*. O que se vê, em (13), é que o uso de *até mesmo* marca uma força argumentativa ainda maior, sobretudo nos casos em que o item *até* já foi utilizado na mesma escala de argumentação.

O próximo exemplo vem ilustrar a teoria de Koch (2003:46), de acordo com a qual o item *até* pode funcionar como um *marcador de pressuposição*.

Exemplo (14): um caso gravíssimo... puxou a garota pelo braço na maior violência... e aí ela terminou arranhando ele... deu a maior confusão na escola... chegaram **ATÉ**... a levantar hipótese de... expulsar... né?
(D&G-RJ, Informante de segundo grau)

Em (14), o informante relata uma confusão que ocorreu em sua escola. A tal garota contrariou as regras, o diretor reagiu e ela parece não ter cedido. Realmente, por este relato, parece que a confusão foi enorme e, imagina-se que, provavelmente, as consequências não seriam simples. Como consequências de uma confusão escolar, tem-se um castigo, uma advertência verbal, um documento de notificação aos pais, uma suspensão ou mesmo a expulsão. O informante, neste exemplo, mostra acreditar que a expulsão é uma medida extrema, visto que utiliza o item *até* para iniciar este ponto da argumentação.

Pressupõe-se que, em situações escolares, a expulsão é mesmo a medida mais extrema que se pode tomar. Logo, se chegaram a levantar a hipótese de suspender a menina, é porque, realmente, a confusão que ela armou, inclusive arranhando o diretor, foi muito grave, do contrário não chegariam nem a cogitar esta hipótese. Poderiam tê-la castigado de diferentes formas, mas, se se cogita a hipótese até de expulsão, realmente a tese do locutor está confirmada: deve ter sido mesmo um caso gravíssimo.

Percebe-se, aí, a presença da noção de limite do item *até* que permanece também nos usos argumentativos: a expulsão é a providência máxima em casos de indisciplina escolar. Observe-se que a pressuposição orientou a argumentação e, linguisticamente, foi marcada pelo uso do operador argumentativo *até*. O item *até* é, portanto, um *marcador de pressuposição*, na nomenclatura adotada por Koch (2003: 46).

Exemplo (15): maraVilha... prendo lá na... na sala... maraVilha... "PARECE **ATÉ** QUE ENTROU NUMA NUMA ESCOLINHA DE ARTE... MEU DEUS... MARAVILHOSO"... eles minha filha... Eles... nem Rembrant se sentia assim... nem Rembrant se sentia assim
(NURC-RJ, inquérito d2-147)

No exemplo (15), a informante é uma professora do ensino fundamental que fala sobre a valorização que dá aos seus alunos, quando eles fazem qualquer espécie de desenho. Ela afirma, ainda, que faz isso porque quer que eles se sintam valorizados. O trecho destacado no depoimento representa o que ela diz aos seus alunos quando eles a entregam algum desenho.

Quando ela diz às crianças que parece até que elas entraram em uma escolinha de arte, elas se sentem valorizadas (“como nem *Rembrant* se sentiu”). Essa valorização fica reforçada pela presença do item *até*, tendo em vista que ele funciona como intensificador do argumento. Percebe-se, inclusive, que a informante tem outras atitudes a fim de valorizar o trabalho de seus alunos. Ela, por exemplo, prende todos os desenhos na sala de aula, maravilhada. Dizer que as crianças parecem ter entrado em uma escolinha de arte é mais uma estratégia que ela usa para elogiá-las.

O item *até*, em (15), poderia anteceder o verbo “parece” — “até parece que entrou...”. Entretanto, mais produtivos são os casos em que o item vem após o verbo — “parece até que entrou”. Nesta segunda posição, que é a posição em que o item aparece no exemplo (15), o item *até* fica anteposto ao conectivo *que*, fazendo parecer que se trata de uma estrutura semelhante àquelas descritas a partir do exemplo (6). Entretanto, não se trata, aqui, de um bloco cristalizado, mas sim de dois itens independentes, ou seja, *até que*, em (15) não é uma “locução conjuntiva”. O item *que*, neste exemplo, funciona como conector entre as orações “parece” (oração principal) e “que entrou numa escolinha de arte” (oração subordinada substantiva subjetiva). O item *até*, além de poder ser retirado da sentença sem prejuízos estruturais, não possui função de conector, nem tampouco de *transpositor*, como ocorria naqueles casos do grupo “*até* temporal”. Ele é, sim, um operador argumentativo que

se antepõe ao argumento representado por uma oração – “seu desenho é tão belo que parece até que entrou numa escolinha de arte”.

Os casos em que o item *até* aparece como intensificador em estruturas consecutivas (tão, tanto ... que) é bastante recorrente nos *corpora* analisados.

Exemplo (16): eu me esqueci o nome... eu tenho tanto horror a esse troço que **ATÉ** me esqueço... eh... () esse negócio de Da... Data Control... como é o nome desse troço? computador... então porque tem computador hoje sabe... acabaram com as bibliotecas... eu não sei... eu não sei como é que eles conseguiram acabar com as bibliotecas... (VARPORT, inquérito Oc-B-9C-3m-001)

Observe-se, no exemplo (16), a estrutura: “...eu tenho tanto horror a esse troço que até me esqueço...”. Este trecho apresenta uma construção consecutiva, com a presença dos elementos “tanto” e “que”. O item *até*, em relação à formação consecutiva, em nada é indispensável, ou seja, é perfeitamente possível falar “...eu tenho tanto horror a esse troço que me esqueço...”. Entretanto, sua retirada representaria uma ausência significativa em relação à escala argumentativa.

Em (16), o informante declara seu horror aos computadores porque eles acabaram com as bibliotecas, em sua opinião. Quando vai dizer isso no inquérito, ele se esquece do nome “computador” e justifica este esquecimento através do horror que sente. Logo, ele tem tanto horror de computador que até esquece a palavra. Ele considera, portanto, que esquecer o nome de um objeto é o mais forte motivo (limite argumentativo) para justificar seu horror ao mesmo.

Exemplo (17): LOC - É, lá em casa todos não não, lá os rapazes são, do futebol, é. Adoram futebol, tem **ATÉ** campo de futebol na minha casa, de campo , justamente pra, pra que a gente no fim de semana, aproveite bastante... (VARPORT, inquérito Oc-B-9R-3m-002)

Em (17), a estrutura consecutiva não aparece completa, mas o sentido pode ser facilmente inferido. O informante afirma “Adoram futebol, tem até campo de futebol em casa”. Pode-se perfeitamente entender que eles adoram tanto futebol que têm até campo de futebol em casa.

Neste caso, portanto, a estrutura “tanto...que” não é explícita, mas a interpretação do texto precisa contar com estes elementos para se fazer coerente. O uso dessa estrutura, implícita ou explicitamente, não é propriamente uma surpresa, visto que o item *tanto* leva uma argumentação ao extremo e o item *até* indica o limite argumentativo. Ora, extremo e limite são complementares entre si. Portanto, analisando os exemplos de “*até* indicador de argumento mais forte” é normal que esta estrutura possa ser aplicada.

Estes usos do item *até*, representados, neste capítulo, pelos exemplos de (9) a (17) são os mais produtivos dentre os 56% dos exemplos de “*até* operador argumentativo”. No entanto, nem todos os exemplos representam este mesmo uso argumentativo. Nos próximos exemplos, serão destacados casos que também funcionam como operadores argumentativos no discurso, mas que seguem uma linha argumentativa diferente.

II. Até - marcador de contra-expectativa (cf. Baião e Arruda, 1996)

De acordo com Baião e Arruda (1996: 256), o “*até* marcador de contra-expectativa” é o tipo de operador argumentativo utilizado para “*manter ou não a expectativa do ouvinte quanto a determinada informação*”. Em geral, este uso de *até* possui valor concessivo, demonstrando uma opinião contrária ao que vinha sendo desenvolvido na linha de raciocínio do produtor do discurso.

Exemplo (18):

D - vocês falaram em crediário... como é que se faz um crediário? o que é?

L2 - olha o crediário é complicado... **ATÉ** que agora felizmente com o advento dos cartões de crédito isso melhorou... porque antes era aquela dependência e vai syndicar a vida da gente... e vai telefona pra (repartição) ... tem que ter uma pessoa conhecida pra indicar () não consegue crédito na hora... não consegue levar a mercadoria pra casa...” (NURC-RJ, inquérito d2-269)

No exemplo (18), ao ser perguntado sobre o que vinha a ser “crediário”, o informante cita todos os fatores que fazem com que um crediário seja complicado, sem, no entanto, defini-lo. No entanto, apesar de todas as complicações da compra através do crediário (e aí está a concessão), o informante diz que, com o advento do cartão de crédito, os problemas diminuíram.

Antes de mencionar a melhora que o advento dos cartões de crédito proporcionou, o informante usa a expressão “*até que*” usada, em contextos como este, com função concessiva. Classifica-se este tipo de uso do item até como sendo um marcador de contra-expectativa (cf. Baião e Arruda, 1996): Apesar de todos os problemas do crediário, agora, com o advento do cartão de crédito, tudo tende a melhorar.

Em (18), a função de marcador de contra-expectativa é exercida não só pelo item *até*, mas sim pela expressão “*até que*” que, vale lembrar, não é a mesma que a GT classifica como “locução conjuntiva”, visto que não funciona como conector oracional. É, na verdade, um operador argumentativo que serve para marcar um argumento contrário ao restante do assunto do texto, quebrando a expectativa do ouvinte quanto às burocracias do crediário e mostrando que, desde então, existe uma maneira mais fácil de fazer uma compra a prazo: o cartão de crédito.

Exemplo (19): é... hoje em dia... as/ eu estou achando... o casamento assim... quer dizer... como muitas pessoas que estão se casando... eu sou casada a quase vinte anos... né? então... eh... pra mim... o casamento praticamente é uma rotina já... né? pelo tempo desse período de casada... estou quase chegando à boda de prata... então... pra mim... não foi tão ruim assim... pra mim agüentar até hoje ((riso)) foi **ATÉ** bom... tá? (D&G-RJ, informante do CA Supletivo)

No exemplo (19), a informante fala sobre a tendência que todas as pessoas têm em achar que o casamento longo, por se tornar uma rotina, é ruim. Ela diz que já está casada há 20 anos, que o casamento dela é praticamente uma rotina e que “agüentou” o casamento *até* hoje (usando o item *até* como marcador de limite temporal). Enfim, ela parece confirmar a teoria de que casamentos longos tornam-se monótonos.

Entretanto, em um momento de concessão, ela afirma “pra mim não foi tão ruim assim” e segue dizendo “foi até bom”. Dessa forma, quando, ao final, ela adota uma posição aparentemente contrária ao discurso que vinha desenvolvendo (o casamento dela, no final de tudo, foi até bom), ela utiliza o “*até* marcador de contra-expectativa”, fazendo com que o ouvinte, inclusive, surpreenda-se com a posição que ela toma.

Neste caso, o item *até*, por si só, funciona como elemento concessivo, diferentemente de seu uso no exemplo (18), em que vinha acompanhado da conjunção *que*. Sua colocação na sentença poderia ter sido diferente. A informante poderia ter dito “até foi bom”, “foi até bom” ou mesmo “foi bom até”. Todas essas três construções são usuais na língua portuguesa. Entretanto, levando em consideração que ela vinha citando características ruins sobre o casamento, ela aproxima o item *até* (marcador de contra-expectativa) do adjetivo “bom”, para dar maior destaque a este adjetivo, mostrando que a concessão encontra-se justamente no fato de caracterizar um casamento tão longo e rotineiro como “bom”.

III. Até - inclusivo

Os usos de “*até* inclusivo” possuem diferentes faces. Todos têm em comum o fato de o *até* ser sinônimo de inclusive, mas possuir significado praticamente vazio, funcionando mais como um termo introdutor de comentários ao discurso do que

propriamente um argumentador. É o uso que mais se aproxima do “até marcador discursivo”, este, sim, de significação verdadeiramente esvaziada.

Exemplo (20): só... agora uma coisa que eu tenho notado por exemplo neste edifício... neste apartamento... eu **ATÉ** estava pensando nisso ontem... é que se haver... se houver algum problema de incêndio só tem uma escada... né?
(NURC-RJ, inquérito did-084)

Em (20), ainda que o item *até* seja sinônimo de *inclusive*, seu uso já não é mais tão significativo como nos casos anteriores, o que aponta para uma ainda maior abstratização do item. Não é possível concluir uma argumentação clara em torno do uso deste *até*, como acontecia nos exemplos de (9) a (19). Aqui, o uso de *até* parece apenas incluir mais um comentário no discurso.

O exemplo (20) registra, portanto, um uso de *até* de classificação difícil, visto que, ao que parece, representa uma fase de transição entre o uso argumentativo e o uso como marcador discursivo. Não se pode negar, contudo, a idéia de inclusão que ele veicula. No entanto, esta inclusão, indica apenas uma ordenação no discurso e não faz diferença concreta no processo de argumentação.

Há interpretações possíveis para este texto, tentando dar ao item *até* um papel argumentativo mais forte. Por exemplo, poder-se-ia afirmar que o problema do incêndio é tão claro que “ontem” mesmo o informante estava pensando sobre isso. Isto é, pensa-se a respeito de um incêndio no edifício com tanta frequência porque o perigo é realmente iminente. Todavia, a intuição que têm os falantes da Língua Portuguesa os leva a refletir que, mesmo estes falantes, quando utilizam este tipo de *até* não têm noção exata da linha argumentativa que se pretende dar ao seu discurso. É, assim, nitidamente um uso mais vazio de significação do que os expostos pelos exemplos anteriores.

Exemplo (21): como é que é lá? lá é o pico de uma montanha... onde tem **ATÉ** uma torre de televisão... e:.... tem uma/ um...um lugar pra pouso de helicóptero também...

(D&G, Informante de terceiro grau)

A substituição de *até* por *inclusive* no exemplo (21) é bastante comum. Nitidamente, neste caso, o item *até* funciona como um “adicionador de comentário” ao texto. O informante fala sobre um lugar e parte para sua descrição. Dentre outras coisas, neste lugar, há uma torre de televisão. Não é uma surpresa, nem tampouco o argumento mais forte em uma escala de argumentação, mas sim apenas mais um comentário.

Em (21), o item *até* funciona, portanto, como um elemento capaz de promover a inclusão de um fato no discurso. Por sua sinonímia perfeita com “*também*” e “*inclusive*” é, em geral, listado entre os advérbios pela GT. Entretanto, acredita-se que seja uma classificação equivocada a que se dá apenas pela análise de sinônimos. O item *até* é, efetivamente, um organizador do discurso em casos como este. Não representa nenhuma circunstância como é de se esperar dos advérbios.

Exemplo (22): LOC - tinha... tinha sim... foi **ATÉ** lá que eu vi o Nelson da Capitinga... o Ari Toledo... eu vi lá... aqui no Rio eu só vi foi o Jô Soares... Carvalhinho... Ari Fontoura... eu acho que só...
(VARPORT, inquérito Oc-B-9C-002)

Em (22) está-se, também, diante de um item *até* usado como sinônimo de *inclusive* e, portanto, com a intenção de incluir um comentário no discurso. Tem função bastante parecida com aquela mostrada no exemplo (21).

O que faz com que este exemplo mereça especial atenção é o fato de que a expressão “foi até lá”, dependendo do contexto em que for inserida, pode, também, representar um uso de “*até* espacial”. Isso se confirma pela presença do advérbio de lugar

“lá”, um dêitico locativo que já se demonstrou estar presente em muitos exemplos em que o item *até* tem função de preposição com idéia de limite espacial.

Duas razões fazem com que não se possa dizer que o item *até* presente em (22) seja espacial. Primeiramente, ele não pode ser classificado como uma preposição, visto que seu uso não é obrigatório, nem tampouco relacional. Em segundo lugar, a significação deste *até* em nada se parece com a daqueles que transmitem idéia de limite locativo. É, na verdade, um elemento com função de cadenciar o discurso.

Exemplo (23):

D - você conhece... é cantores populares não é?

L - conheço...

D - por exemplo...

L - bom... eu posso dividir em várias áreas **ATÉ** porque é e... é uma coisa que me apaixona também tremendamente... (NURC-RJ, inquérito did-012)

O uso da expressão “até porque” aparece por três vezes nos *corpora* pesquisados e, nos três casos, o item *até* apresenta função inclusiva. Em (23), o informante (L), afirma que, ao exemplificar os cantores populares que conhece, pode dividi-los em várias áreas. A causa disso é que esse é um assunto que o “apaixona tremendamente”. Logo, percebe-se que a palavra *porque* funciona, no exemplo (23), como conectivo causal, como é de costume (o informante pode dividir em várias áreas os cantores populares por causa de sua enorme paixão pelo assunto).

O item *até*, em exemplos como este, funciona como elemento inclusivo, visto que a causa (“porque é e... é uma coisa que me apaixona também tremendamente”) não precisaria ser citada no discurso. Quando vai citar a causa, o informante prontamente utiliza o item “*até* inclusivo” como antecedente.

O uso de “até porque” parece ser cada vez mais comum e, portanto, “até porque” vem se tornando uma expressão quase que cristalizada e específica em contextos nos quais a causa de determinado fato é apenas mais um comentário do produtor do discurso.

***Até* – marcador discursivo**

Exemplo (24): também não... de... **ATÉ**... eu venho do cedo pra cidade né? eu quase... eu chego na cidade sete horas né? (NURC-RJ, inquérito d2-296)

Em (24), nota-se que o item *até* funciona como encadeador do discurso, em uma tentativa de manutenção desse discurso, mas sem transmitir qualquer idéia. É como se o informante estivesse pensando no que iria dizer e utilizasse o item *até* para manter o turno de fala consigo.

Como o item *até* é tão produtivamente usado como adicionador de comentário, é normal que os falantes da língua comessem a usá-lo sempre que pensam em adicionar um comentário novo ou como introdutor de qualquer declaração, tenha ela relação argumentativa com o discurso ou não.

Pelo esvaziamento significativo que representa este uso de *até*, opta-se por classificá-lo como marcador discursivo, tendo em vista que adquire a função de *preenchedor de pausa* (cf. Martelotta, 1996: 262).

Espera-se que, com a análise destes exemplos, tenham ficado claros os limites que caracterizam os usos do item *até*. Acredita-se que, com o auxílio das teorias sobre transposição e gramaticalização fique mais fácil entender os processos e funções por que passa o item *até*.

É claro que, nos 467 exemplos recolhidos nos *corpora*, há ainda casos de difícil classificação e de interpretação bastante subjetiva. Contudo, acredita-se que os principais casos e as funções mais usuais tenham sido contemplados na análise destes exemplos, bem como em todos os exemplos presentes nesta dissertação.

CONCLUSÃO

Com este trabalho, pretendeu-se, antes de tudo, mostrar que o uso determina diretamente a classificação de um item lingüístico. Dessa forma, espera-se que tenha ficado claro que apenas em função do uso na língua pode-se classificar cada uma das ocorrências do item *até*.

Pelas análises feitas neste estudo, verificou-se que a preposição é um conector capaz de ligar não só palavras ou expressões, mas também orações. É a preposição, como se viu, que faz as vezes de elemento transpositor nos casos em que se liga a um sintagma nominal (seja ele oracional ou não), para fazer com que ele desempenhe uma função adverbial.

Em relação às orações, o item *até* pode funcionar como o transpositor de uma oração reduzida ou desenvolvida, apenas, neste último caso, precisando do auxílio de uma transposição anterior. Portanto, pode-se afirmar que no grupo “até que”, classificado pela GT como locução conjuntiva, há dois processos de transposição distintos: o item *que* funciona como transpositor de uma oração em um sintagma nominal capaz de exercer funções sintáticas de base substantiva e o item *até* funciona como o elemento capaz de transpor este sintagma nominal oracional à função de adjunto adverbial da oração principal do período.

A escala de abstratização pela qual passa sincronicamente o item *até* parece ter sido comprovada pelos exemplos dos *corpora*, uma vez que se pôde perceber, ao longo da análise, usos cada vez mais abstratizados do item em questão. Assim, os exemplos em que o item *até* figura como elemento do discurso mostram uma idéia de limite muito mais abstrata do que nos usos espacial e temporal. Esta idéia de limite faz-se presente na maioria dos casos, mas não em todos. Há, ainda, os casos em que ela é levada ao esvaziamento,

funcionando o item *até* muito mais como um organizador do discurso do que como um operador argumentativo. São os casos em que foi classificado como marcador discursivo.

A comprovação de que o item *até* passa por uma escala de abstratização na direção espaço > tempo > texto, nos moldes da teoria localista de Heine *et alii* (1991), bem como a aplicação dos princípios de Hopper (1991) ao fenômeno em questão, mostraram que a gramaticalização é o processo que determina a coexistência dos diferentes usos do item *até* no português atual. A função textual do item parece estar se especializando cada vez mais na língua, tendo em vista o grande número de ocorrências de *até* como operador argumentativo nos *corpora*.

Verificou-se que há, realmente, controvérsias quanto à classificação do processo pelo qual passa o item *até*, ou como sendo um caso de gramaticalização verdadeiramente, ou como sendo um caso de discursivização (cf. Martelotta, 1996), uma vez que a abstratização do item caminha na direção discursiva. Entretanto, mesmo sabendo-se que pode haver opiniões contrárias, optou-se por analisar o item à luz das teorias sobre gramaticalização pelo fato de o fenômeno se encaixar perfeitamente nos princípios de gramaticalização propostos por Hopper (1991).

Como solução para este impasse, propõe-se que o último ponto da escala de abstratização, que se convencionou chamar de “*até* marcador discursivo”, é, efetivamente um caso de discursivização, o que não exclui a possibilidade de o item *até*, desde seu uso espacial, vir passando por um processo que obedece aos padrões da teoria localista de Heine *et alli* (1991) e à metaforização inerente ao processo de gramaticalização.

Os casos fronteiriços, bem como aqueles de difícil classificação, vêm confirmar, portanto, a hipótese de que a gramaticalização é um processo lingüístico abalizado no uso e que a descrição de uma escala de abstratização para o item *até* passa, por vezes, por

interpretações de ordem subjetiva. Espera-se ter comprovado, portanto, que o item *até* vem sofrendo na sincronia um claro processo de gramaticalização na língua.

Deseja-se, assim, que, com este trabalho, tenha-se dado mais um passo em relação aos estudos Funcionalistas, sem, contudo, termos esgotado o tema. Estudiosos que ainda queiram pesquisar sobre o item *até* terão um vasto campo de perguntas a serem respondidas e questões a serem definidas. Um estudo diacrônico do item, por exemplo, que recolha um número maior de dados de diferentes *corpora* pode ser bastante útil para o entendimento do processo como um todo. Por ora, conclui-se este estudo, desejando que ele possa contribuir para outros estudos sincrônicos em língua portuguesa e na esperança de que os objetivos iniciais tenham sido satisfatoriamente alcançados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBRE, J.C. & DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. In *Langages* 42, Paris, Ed. Du Seuil, 1976. pp. 61-124.

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. *Iniciação à sintaxe do português*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

BAIÃO, Rosaura de Barros & ARRUDA, Júlia. *Gramaticalização de até*. In.: MARTELOTTA, M.; VOTRE, S. & CESÁRIO, M. (orgs.) *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador: UFBA, 1999. Tese de Doutorado. 2 Vol.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

_____. *Lições de Português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BOMFIM, Eneida. *Advérbios, preposições ou conjunções? Fronteiras entre classes de palavras*. In: VALENTE, André (org) *Aulas de Português. Perspectivas inovadoras*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BORBA, Francisco S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

BYBEE, J.; PERKINS, R; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago/London: The University fo Chicago Press, 1994. p. 125-174.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

_____. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986.

CASTILHO, Ataliba T. de. *A gramaticalização* In.: Estudos lingüísticos e literários, 19. Salvador: Programa de Pós –Graduação em Letras e Lingüística da UFBA, 1997. pp 25–64.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

DUBOIS, Jean et alli. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio do século XXI - O Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna* 18 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GIVÓN, *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

HALLIDAY, M.A.K. *Explorations in the Functions of Language*. Londres: Edward Arnold, 1973.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike & HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization – A conceptual framework*. Chicago, The University of Chicago Press., 1991.

HEINE, Bernd. *Grammaticalization*. In.: JOSEPH, Brian & JANDA, Richard D. (eds) *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. pp 575-601.

HOPPER, P. J. (1991) *On some principles of grammaticization*. In: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (eds) *Approaches to grammaticalization*. v.1. Philadelphia: John Benjamins Company, 1991.

HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva: 2001.

JAKOBSON, Roman. *Linguagem e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1989.

KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KURY, Adriano da Gama. *Gramática objetiva da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1979.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors We Live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LEHMANN, C. *Thoughts on Grammaticalization. A programmatic sketch*. Colônia: Arbeiten des Kölner Universalien – Projekts 48, 1982.

LIMA, Mário Pereira de Souza. *Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa para uso das escolas secundárias*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. São Paulo: Globo, 2002.

LYONS, John. *Linguagem e Lingüística – uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

MARTELOTTA, M., VOTRE, S., CESÁRIO, M. *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MATEUS, Maria Helena *et alli*. *Gramática da Língua Portuguesa*. Portugal: Coimbra, 1989.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1948.

NARO, A. J. & BRAGA, M. L. *A interface sociolingüística / gramaticalização*. Revista Gragoatá, n. 9, pp. 125-134, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

OITICICA, José. *Manual de análise léxica e sintática*. Rio de Janeiro, Livraria Simões Alves, 1940.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. Rio de Janeiro: Ática, 2003.

POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.

RIBEIRO, Manoel P. *Nova Gramática da Língua Portuguesa: uma comunicação interativa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2006.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 41 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do. *Gramaticalização de até: usos na linguagem padrão dos séculos XIX e XX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, s. d.

SILVA NETO, Serafim da. *História da preposição portuguesa até*. In: Keller, H. –E (ed.) *Etymologica – Walter von Walburg zum sibezigsten Geburtstaga*. Tübingen. Niemeyer, pp. 751-761, 1958.

TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Éditions Klincksieck, 1976.

VIARO, Mário Eduardo. *Considerações acerca de mudanças semânticas da preposição até no português do séc. XIX*. São Paulo, USP, 2006. Inédito

BIBLIOGRAFIA

ALLARCOS LLORACH, Emilio. *Estudios de gramática funcional del español*. Madrid, Gredos: 1970.

ALMEIDA, Fernando Afonso. *Interpretação e sentido*. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & SANTOS, Leonor Werneck dos (orgs). *Estratégias de leitura: texto e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. pp. 165-172.

ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de. *ATÉ em Funcionalismo Cognitivo*. São Paulo: Série Encontro, UNESP, 1999.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 2004.

ARNAULD & LANCELOT. *Gramática de Port-Royal*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BORBA, Francisco da Silva. *Sistema de preposições em Português*. São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo, 1971. Tese de livre docência inédita.

_____. *Teoria Sintática*. São Paulo: EDUSP, 1970.

BUENO, Silveira. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1963.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. *Crônica lingüística*. In.: _____. *Dispersos*. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

CHEDIAK, Antônio José (org). *Nomenclatura Gramatical Brasileira e sua elaboração*. CADES, 1960.

COUTINHO, Maria Elisabete de Lacerda. *A preposição até*. In: PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes & HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (orgs). *Linguística e literatura: ensaios*. Salvador: Quarteto, 2004.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo. (org.). *Linguística Funcional – teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. *Operadores argumentativos: uma ponte entre a língua e o discurso*. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & SANTOS, Leonor Werneck dos (orgs). *Estratégias de leitura: texto e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. pp. 105-116.

GUIMARÃES, Eduardo. *Textualidade e enunciação*. In: VALENTE, André (org) *Aulas de Português: Perspectivas inovadoras*. Petrópolis: Vozes, 1999 pp. 113-122.

ILARI, Rodolfo. *O Estruturalismo Lingüístico: alguns caminhos*. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística – Fundamentos epistemológicos*. Volume 3. São Paulo: Cortez, 2004.

ILARI, Rodolfo *et alii*. *Considerações sobre a posição dos advérbios*. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira (org). *Gramática do Português Falado*. Volume I. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e linguagem*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2002.

LEHMANN, C. *Grammaticalization and Related Changes in Contemporary German*. In: TRAUGOTT, E. & HEINE, B. (eds) *Approaches to Grammaticalization*, v.2, Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

LEMLE, Miriam. *Análise Sintática*. São Paulo: Ática, 1986.

OITICICA, José. *Teoria da Correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

ORLANDI, Eni P. *Os efeitos da leitura na relação discurso/texto*. In: VALENTE, André (org) *Aulas de Português: Perspectivas inovadoras*. Petrópolis: Vozes, 1999. pp. 137-150.

PERINI, Mário. *Princípios de lingüística descritiva. Introdução ao pensamento gramatical*. São Paulo: Parábola, 2006.

PONTES, Eunice. *Espaço e tempo na Língua Portuguesa*. Campinas: Pontes, 1992.

SAID ALI, Manoel. *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.

SILVEIRA, Sousa da. *Lições de Português*. 6 ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960.

TAYLOR, John R. *Linguistic Categorization – Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford, Oxford University Press, 1992.

TROUCHE, Lygia Maria Gonçalves. *Polifonia e intertextualidade*. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & SANTOS, Leonor Werneck dos (orgs). *Estratégias de leitura: texto e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. pp. 143-154.

LEAL, Christiana Lourenço. As funções do item até: um estudo sintático-argumentativo. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras / UFRJ, 2007. 153 p., *mimeo*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

RESUMO

Análise do item *até* em *corpora* de língua oral do século XX (D&G/RJ, NURC/RJ e VARPORT), segundo os pressupostos funcionalistas da corrente norte-americana. Descrição dos usos do item *até* com base nas propostas de Heine (2003) e Hopper (1991), bem como na teoria localista de Heine *et alii* (1980), segundo as quais o item passa por um *continuum* de *gramaticalização* na direção ESPAÇO > TEMPO > TEXTO. Proposta de organização do item em quatro padrões, através de uma escala de *abstratização*, com base em seus usos, a partir de uma análise sintático-argumentativa: a) até espacial (mais concreto); b) até temporal (menos concreto); c) até operador argumentativo (mais abstrato e mais produtivo em nossa sincronia); d) até marcador discursivo (uso mais recente e totalmente abstratizado).

LEAL, Christiana Lourenço. As funções do item até: um estudo sintático-argumentativo. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras / UFRJ, 2007. 153 p., *mimeo*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

ABSTRACT

Analysis of the item *até* (*until*) in *corpora* of the oral language in the XX century (D&G/RJ, NURC/RJ e VARPORT), considering the functionalist assumptions of the North American current. Descriptions of the uses of the item *até* (*until*), based on the hypothesis of Heine (2003), Hopper (1991) and in the localist theory of Heine *et alii* (1991), which state that the item pass through a *continuum* of gramaticalization in the direction SPACE > TIME > TEXT. The item is organized in four patterns, through an abstratization scale, grounded in it uses, from a syntactic-argumentative analysis: a) space uses (more concrete); b) time uses (less concrete); c) text uses as an argumentative operator (more abstract and more productive in our synchrony); d) text uses as a discursive marker (more recent and totally abstracted).